

CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2009

Tema: Fraternidade e Segurança Pública

Lema: A paz é fruto da justiça (Is 32, 17)



Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Coordenação Editorial:

Pe. Valdeir dos Santos Goulart

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação:

Fábio Ney Koch dos Santos

Revisão:

Lúcia Soldera

Redator Chefe:

Côn. José Adalberto Vanzella

Cartaz da CF 2009:

Criação: Ana Paula Couto, Bianca U. Trava, Fernando R. Moretti, Nathália Bellan, Luis Gustavo Cavalcante. *Modelo:* Aduino H. Cavalcante.

Impressão e acabamento:

Editora e Gráfica Ipiranga Ltda.

Edições CNBB

SE/Sul Quadra 801, Conjunto "B"

CEP: 70401-900

Fone: (61) 2103-8383

Fax: (61) 3322-3130

E-mail: vendas@edicoescnbb.com.br

Site: www.edicoescnbb.com.br

© CNBB - Todos os direitos reservados

C748c Conferência Nacional dos Bispos do Brasil / Campanha da Fraternidade 2009: Texto-Base. Brasília, Edições CNBB. 2008.

Campanha da Fraternidade 2009: Texto-Base / CNBB.

176 p. : 14 x 21 cm

ISBN: 978-85-60263-35-6

1. Segurança Pública. 2. Campanha da Fraternidade. 3. Violência. 4. Conversão.

CDU 261.62

ORAÇÃO DA CF 2009

Bom é louvar-vos, Senhor, nosso Deus,
que nos abrigais à sombra de vossas asas,
defendeis e protegeis a todos nós, vossa família,
como uma mãe, que cuida e guarda seus filhos.

Nesse tempo em que nos chamais à conversão,
à esmola, ao jejum, à oração e à penitência,
pedimos perdão pela violência e pelo ódio
que geram medo e insegurança.

Senhor, que a vossa graça venha até nós
e transforme nosso coração.

Abençoai a vossa Igreja e o vosso povo,
para que a Campanha da Fraternidade
seja um forte instrumento de conversão.
Sejam criadas as condições necessárias
para que todos vivamos em segurança,
na paz e na justiça que desejais.

Amém.

SUMÁRIO

ORAÇÃO DA CF 2009	3
LISTA DE SIGLAS	10
CITAÇÕES BÍBLICAS	10
DOCUMENTOS DA IGREJA	10
DEMAIS SIGLAS	11
APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	15
Primeira PARTE - VER	17
1. Vida segura	17
1.1 A identidade nacional e a violência	18
1.2 (In) segurança objetiva versus (in) segurança subjetiva ...	22
1.3 Segurança humana e segurança pública	23
2. A realidade humano-existencial	24
3. Relações humanas	26
4. Relações sociais	26
4.1 A dimensão social da existência humana	26
4.2 A razão da sociabilidade	28
5. O conflito	29
5.1 Entendendo o conflito	30
5.2 As origens do conflito	31
5.3 Os tipos de conflito	31
5.4 Caminhos para superação de conflitos	32
6. A questão do medo e a pedagogia do controle	34
6.1 As origens do medo.....	35
6.2 A manipulação do medo como meio de controle da violência	36
6.3 O medo como gerador da violência	37
6.4 A indústria do medo	37

7. Os discursos sobre a violência	38
7.1 A questão do ponto de partida do discurso	38
7.2 O discurso a partir do lugar social	38
7.3 O discurso a partir do político-ideológico	40
7.4 Os bens materiais e a criminalidade	41
8. A pirâmide social e a criminalidade	41
8.1 A questão ética e o bem comum	42
8.2 A impunidade nas altas rodas do crime	42
8.3 O ECA e as medidas sócio-educativas	43
8.4 A maioria penal	44
8.5 Foro privilegiado, prisão especial e imunidades	45
8.6 Quem são os criminosos?	46
8.7 A desigualdade legislada	46
9. Entendendo as violências	47
9.1 Tipos de violência	47
9.1.1 Violência estrutural	48
9.1.2 Violência física	48
9.1.3 Violência simbólica	48
9.2 A violência no meio familiar	48
9.3 A violência contra o nascituro e sua mãe	49
9.4 Os meios de comunicação social	50
9.5 A violência e os grupos sociais	51
9.6 A violência do racismo	51
9.7 A violência no campo	52
9.8 A violência contra os povos indígenas	54
9.9 A violência no trânsito	54
9.10 A violência contra a natureza	55
9.11 A violência contra os defensores de direitos humanos	55
9.12 A violência Policial e a violência contra os policiais	56
10. Violência, corrupção e injustiça social	58
11. A violência explícita	59
11.1 O universo das drogas	59
11.2 O tráfico humano	60

11.3	A exploração sexual	61
11.4	A violência no mundo do trabalho	63
12.	Políticas públicas de segurança	64
12.1	Políticas de prevenção ao crime	65
12.1.1	Prevenção primária	65
12.1.2	Prevenção Secundária	65
12.1.3	Prevenção terciária	66
12.2	Espaços de controle social e elaboração da política	66
12.3	As responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios	67
12.4	O Instituto Médico Legal – IML e a Polícia Científica	69
12.5	Responsabilidade do Poder Público	69
13.	Sistema de garantia e defesa de direitos	71
14.	Sinais de esperança	72
14.1	Ação solidária e proteção social	72
14.2	Ação sócio-transformadora	73
14.3	Ação pastoral da Igreja	73
Segunda PARTE - JULGAR		77
1.	Introdução	77
2.	Iluminação bíblica	77
2.1	O amoroso projeto de Deus	78
2.2	O pecado e a violência	79
2.3	O profetismo diante da violência	79
2.4	A novidade do Evangelho	80
2.5	A comunidade cristã	82
2.6	Paulo: o amor renova o mundo	82
3.	Fundamentos cristológicos	83
3.1	Príncipe da paz	84
3.2	O mistério pascal	85
3.3	O mistério eucarístico	86
3.4	Cristo é a nossa paz	88

4. A missão da Igreja e a promoção da paz	90
4.1 A paz contextualizada	90
4.2 A paz positiva	91
4.3 O poder como serviço	91
5. Cultura da paz	92
5.1 A família: lugar de segurança	92
5.2 A caridade como critério de julgamento (misericórdia)	93
5.3 Não-violência ativa, objeção de consciência e desobediência civil	94
5.4 Protagonismo histórico	96
5.5 Decorrências éticas	96

Terceira PARTE - AGIR

1. Compromisso de todos na luta contra as causas e fatores da insegurança	100
2. A violência na sua realidade próxima	101
3. Ações educativas	102
4. Violência não se vence com a violência: romper com as visões de guerra	103
5. A busca de um novo modelo penal	107
6. Criação e a articulação de redes sociais populares	109
7. A responsabilidade pessoal diante do problema da violência e da promoção da cultura da paz	110
8. Denunciar a gravidade dos crimes não convencionais e dos privilégios penais	111
9. Despertar o agir solidário para com as vítimas da violência	112
10. Ações na área da formação	112
11. Outras ações que podem ser desenvolvidas	114

Quarta PARTE - GESTO CONCRETO

BIBLIOGRAFIA	131
ANEXO 1 - HINO DA CF/2009	136
ANEXO 2 - ESTATÍSTICAS SOBRE A INSEGURANÇA	139
1. OCORRÊNCIAS POLICIAIS	139
2. CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS	140
3. CRIMES VIOLENTOS CONTRA O PATRIMÔNIO	141
4. DELITOS DE TRÂNSITO	142
5. DELITOS ENVOLVENDO DROGAS	144
6. HOMICÍDIO DOLOSO	145
7. TENTATIVA DE HOMICÍDIO	156
8. LESÃO CORPORAL	148
9. ESTUPRO	149
10. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	150
11. SEQÜESTRO	152
12. ROUBO	153
13. FURTO	154
14. CONFLITOS NO CAMPO	156
15. HOMICÍDIOS EM 2006	157
16. ACIDENTES DE TRÂNSITO	158
17. VIGILANTES E POLICIAIS NO BRASIL EM 2004 TAXA POR 100 MIL HABITANTES	159
O SERVIÇO DE PREPARAÇÃO E ANIMAÇÃO DA CF	160
1. Tempo quaresmal e CF	160
2. Natureza e histórico da CF	161
3. Temas da CF no seu contexto histórico	163
4. Serviço de coordenação e animação da CF	167
5. Cronograma da Campanha da Fraternidade	172

LISTA DE SIGLAS

CITAÇÕES BÍBLICAS

At	Livro dos Atos dos Apóstolos
1Cor	Primeira Carta aos Coríntios
2Cor	Segunda Carta aos Coríntios
Ef	Carta aos Efésios
Ez	Livro do Profeta Ezequiel
Fl	Carta aos Filipenses
Gl	Carta aos Gálatas
Gn	Livro do Gênesis
Hab	Livro do Profeta Habacuc
Is	Livro do Profeta Isaías
Jl	Livro do Profeta Joel
Jo	Evangelho segundo São João
Jr	Livro do Profeta Jeremias
Lc	Evangelho segundo São Lucas
Mc	Evangelho segundo São Marcos
Mt	Evangelho segundo São Mateus
Na	Livro do Profeta Naum
Nm	Livro dos Números
Os	Livro do Profeta Oséias
Rm	Carta aos Romanos
Sl	Livro dos Salmos

DOCUMENTOS DA IGREJA

Dap	Documento conclusivo da 5ª Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e Caribenho, Aparecida
-----	--

DGAE	Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2008-2010
DH	Declaração Dignitatis Humanae sobre a liberdade religiosa, do Concílio Ecumênico Vaticano II
DM	Documento conclusivo da 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, Medellín
DP	Documento conclusivo da 3ª Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, Puebla
GS	Constituição Pastoral Gaudium et Spes, sobre a Igreja no mundo de hoje, do Concilio Ecumênico Vaticano II.
NMI	Exortação Apostólica Novo Millennio Ineunte, do Papa João Paulo II
RM	Carta Encíclica Redemptoris Missio, do Papa João Paulo II
VS	Carta Encíclica Veritatis Splendor, do Papa João Paulo II

DEMAIS SIGLAS

a.C	antes de Cristo
APAC	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
BANESTADO	Banco do Estado do Paraná
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	Conselho Episcopal Latino Americano
CF	Constituição Federal
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IML	Instituto Médico Legal
MNDH	Movimento Nacional dos Direitos Humanos
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil

OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Primeiro Comando da Capital
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
UNODC	Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes
UN.GIFT	Iniciativa Global da ONU contra o Tráfico de Pessoas

APRESENTAÇÃO

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – inicia a Campanha da Fraternidade de 2009 desejando que ela seja o grande esforço da Igreja no Brasil para viver intensamente o tempo santo da Quaresma, através da escuta atenta da Palavra, e do compromisso pessoal e comunitário de seguir suas exigências.

Este ano, a Campanha da Fraternidade apresenta-nos como tema “*Fraternidade e segurança pública*” e como lema: “*A paz é fruto da Justiça (Is 32, 17)*”. A CNBB pretende, com esta Campanha, debater a segurança pública, com a finalidade de colaborar na criação de condições para que o Evangelho seja mais bem vivido em nossa sociedade por meio da promoção de uma cultura da paz, fundamentada na justiça social.

Diariamente, chegam de todos os cantos do país notícias de injustiças e violências as mais diversas. Nossa sociedade se torna cada vez mais insegura, e a convivência entre as pessoas é cada vez mais difícil e delicada. A CNBB quer contribuir para que esse processo seja revertido através da força transformadora do Evangelho. Todos somos convidados a uma profunda conversão, e a assumir as atitudes e opções de Jesus, únicos valores capazes de garantir, de verdade, a eficaz construção de uma sociedade mais justa e solidária e, conseqüentemente, mais segura.

Celebrar a Quaresma implica, também, assumir juntos, num autêntico mutirão, como povo de Deus, a busca da paz e da concórdia, autênticos dons de Deus, mas frutos, também, de nossa co-responsabilidade. A dimensão comunitária da Quaresma é, no

Brasil, vivenciada e assumida pela Campanha da Fraternidade. Focalizando a cada ano uma situação específica da realidade social, a Campanha da Fraternidade nos ajuda a viver concretamente a experiência da Páscoa de Jesus na vida do povo. Ela mantém e fortalece o espírito quaresmal.

Dom Dimas Lara Barbosa

Bispo Auxiliar de São Sebastião do Rio de Janeiro
Secretário-Geral da CNBB

Pe. José Adalberto Vanzella

Secretário Executivo da Campanha da Fraternidade

INTRODUÇÃO

1. A Campanha da Fraternidade de 2009 quer ser o grande esforço da Igreja no Brasil para viver intensamente o tempo santo da Quaresma, constituindo-se como um extraordinário instrumento para que todos busquem a conversão e vivam um tempo de graça e salvação.

2. Através da oração, do jejum, da prática da caridade, da escuta da Palavra, da participação nos sacramentos e na vida comunitária e da prática do amor solidário, nos preparamos para viver, de maneira intensa, o momento mais importante do ano litúrgico e da história da salvação: a Páscoa. A Campanha da Fraternidade mantém e fortalece o espírito quaresmal, mostrando ser positivo o fato de ela acontecer durante este tempo litúrgico.

3. Este ano, a Campanha da Fraternidade apresenta-nos como tema “Fraternidade e segurança pública”. Mostra a preocupação da Igreja no Brasil em criar condições para que o Evangelho seja melhor vivido em uma sociedade que, a cada dia, se torna mais violenta e insegura para as pessoas e procura contribuir para que este processo seja revertido através da força transformadora do Reino de Deus.

4. O objetivo geral da Campanha da Fraternidade de 2009 é suscitar o debate sobre a segurança pública e contribuir para a promoção da cultura da paz nas pessoas, na família, na comunidade e na sociedade, a fim de que todos se empenhem efetivamente na construção da justiça social que seja garantia de segurança para todos. A paz buscada é a paz positiva, orientada por valores humanos como a solidariedade, a fraternidade, o respeito ao “outro” e a mediação pacífica dos conflitos, e não a paz negativa, orientada pelo uso da força das armas, a intolerância com os “diferentes”, e tendo como foco os bens materiais.

5. Para que o objetivo geral seja atingido, são propostos objetivos específicos:

- Desenvolver nas pessoas a capacidade de reconhecer a violência na sua realidade pessoal e social, a fim de que possam

se sensibilizar e se mobilizar, assumindo sua responsabilidade pessoal no que diz respeito ao problema da violência e à promoção da cultura da paz.

- Denunciar a gravidade dos crimes contra a ética, a economia e as gestões públicas, assim como a injustiça presente nos institutos da prisão especial, do foro privilegiado e da imunidade parlamentar para crimes comuns.
- Fortalecer a ação educativa e evangelizadora, objetivando a construção da cultura da paz, a conscientização sobre a negação de direitos como causa da violência e o rompimento com as visões de guerra, as quais erigem a violência como solução para a violência.
- Denunciar a predominância do modelo punitivo presente no sistema penal brasileiro, expressão de mera vingança, a fim de incorporar ações educativas, penas alternativas e fóruns de mediação de conflitos que visem à superação dos problemas e à aplicação da justiça restaurativa.
- Favorecer a criação e a articulação de redes sociais populares e de políticas públicas com vistas à superação da violência e de suas causas e à difusão da cultura da paz.
- Desenvolver ações que visem à superação das causas e dos fatores da insegurança.
- Despertar o agir solidário para com as vítimas da violência.
- Apoiar as políticas governamentais valorizadoras dos direitos humanos.

6. O texto utiliza o método VER, JULGAR e AGIR. O método VER-JULGAR-AGIR, consagrado pela Ação Católica, tem se mostrado adequado para a missão profética da Igreja a partir da Campanha da Fraternidade. O VER se constitui, a partir de uma apresentação da realidade como marco referencial. O JULGAR anuncia os valores do Reino e suas decorrências éticas, constituindo-se no referencial teórico. Esses valores são iluminativos para os gestos concretos da terceira parte do Texto-base: o AGIR.

Primeira PARTE

VER

1. Vida segura

7. Todas as pessoas aspiram por segurança e estão preocupadas com o problema da falta de segurança pública que se manifesta concretamente na violência, no trânsito, nos cárceres, no tráfico de drogas, de armas e de pessoas, nas desigualdades sociais, na fome, na miséria, na corrupção e em muitas outras situações. Essa legítima preocupação deve nos remeter à reflexão sobre tal questão, buscando identificar suas dimensões e suas causas.

8. A segurança pública é dever do Estado. Ela também é direito e responsabilidade de todos. Deve ser exercida para a preservação da ordem pública e da integridade das pessoas e de seus bens¹. Esta visão da segurança pública representa o reconhecimento de que o Estado Democrático de Direito é o modelo político adotado pelo nosso país. Portanto, ao reconhecer que a construção de ordem pública não é uma função exclusiva do Estado, e que está relacionada também às atitudes e valores dos cidadãos, quer isoladamente ou coletivamente, a Constituição Federal expressa o compromisso com a garantia do exercício pleno da cidadania².

1.1 A identidade nacional e a violência

9. Todos nós dizemos que o povo brasileiro é um povo pacífico. No entanto, nossa sociedade encontra-se marcada por situações de

¹ Cf. Constituição da República Federativa do Brasil, art. 144.

² Cf. MIRANDA, A.P. et al. Segurança pública, segurança social e segurança humana, p.20.

conflitos violentos e clima de insegurança que contradizem esta afirmação. Diante disso, podemos nos questionar: onde está a origem desse equívoco?

10. Em geral, a história do Brasil ensina que o processo de formação do povo brasileiro foi pacífico, resultado de convivência harmoniosa entre os diferentes povos aqui presentes e os povos que aqui chegaram, sendo denominador comum e facilitador dessa convivência o sentimento nativista, ou seja, o amor à terra e à pátria. Contudo, essa leitura histórica é questionável em sua legitimidade.

11. A colonização sempre se caracteriza pela imposição, pela violência, pelo desrespeito aos colonizados e pelo conflito. No caso da colonização brasileira não foi muito diferente. A convivência entre os povos indígenas e os povos colonizadores nunca foi pacífica, como lembra o Texto-base da Campanha da Fraternidade de 2002:

Não há dúvidas que a partir da chegada dos europeus, os povos indígenas passaram a conviver com todos os tipos de violências. Componente intrínseco ao regime imposto pela colonização portuguesa, a prática da violência acontecia, sobretudo, no trato com os escravos. Era também a estratégia mais comum na disputa da terra e ampliação das fronteiras do território colonial³.

12. A convivência com os povos indígenas continua marcada pela violência e pela violação de direitos humanos, problema que não se refere, portanto, apenas ao passado de nosso país. Um dado assustador é o crescimento no número de assassinatos associados, em grande parte, à luta pela terra: no período compreendido entre 2006 e 2007, foram assassinados 149 índios ⁴.

13. A história também nos mostra fatos em relação aos negros que questionam a crença popular da convivência pacífica. Os negros vieram para o Brasil na condição de escravos para garantir o baixo

³ CNBB. *Fraternidade e os povos indígenas*: Texto-base CF 2002, n. 46.

⁴ Cf. www.cimi.org.br/publicacoes/1208873977_2%20Relat%20Violencia%20-%202006-2007-%20Cap%20II.pdf.

custo produtivo do antigo sistema colonial e evitar o crescimento econômico daqueles que pertenciam às classes sociais mais baixas do Brasil Colonial. Vejamos a denúncia que foi feita pelo Texto-base da Campanha da Fraternidade de 1988:

Onde buscar trabalhadores que transformassem a América, recém conquistada, em retaguarda econômica da Europa moderna? A solução encontrada pelos colonizadores foi buscar no continente africano populações já afeitas ao trabalho sistemático e às tarefas da agricultura. Além de solucionar o problema de braços para o trabalho, aumentavam o lucro dos comerciantes. As embarcações, antes vazias ao virem para a América, passaram a carregar em seus porões uma “mercadoria” especialmente valiosa, constituída por africanos escravizados. A volta para a Europa não era problema, pois transportavam os produtos coloniais. O tráfico de escravos tornou-se um negócio muito rentoso.

A escravidão se fez sempre através de violência física e de inúmeros mecanismos de controle e submissão, que visavam dominar o escravo por dentro, a ponto de fazê-lo aceitar sua situação passivamente. O castigo físico tinha, segundo se dizia, o objetivo pedagógico de “corrigir e educar”, para o bom desempenho no trabalho, o escravo castigado e os outros que eram obrigados a presenciar o castigo.

Deve-se notar, ainda, que a escravidão não foi apenas uma instituição a mais naquela época. Ela ocupou o centro do sistema social e econômico nas áreas de colonização portuguesa, espanhola, francesa e inglesa na América durante séculos. Toda a produção econômica e toda a sociedade estavam assentadas sobre o sistema escravista⁵.

14. O mito da democracia racial procura esconder as desigualdades existentes entre brancos e negros, apelando para a leitura a-histó-

⁵ CNBB. *Fraternidade e o negro* – Texto-base CF 1988, nn. 44-46.

rica, romântica e abstrata do período escravista; para a “cordialidade nata” dos brasileiros que, por si só, não permitiria a violência ou racismo; para o argumento que as mesmas oportunidades são oferecidas a todos, sem distinção de raça, cor, sexo, religião, filosofia, etc. Com uma conotação irônica, chega-se a dizer que o Brasil é uma “democracia racial”, porque aqui “o negro sabe qual é o seu lugar”.

15. Nem mesmo a convivência entre os colonizadores foi pacífica. Um exemplo disto são os conflitos entre portugueses, espanhóis, franceses e holandeses no que diz respeito à ocupação do território brasileiro, causados por divergências sociais, econômicas e até mesmo religiosas.

16. Um passado de conflitos deixou heranças para a insegurança atual, marcada principalmente pela desconfiança diante das diferenças, desconfiança esta que gera medo e não contribui para a segurança. É importante também perceber que as diferenças raciais e culturais tornaram-se causa de desigualdades sociais e econômicas que resultaram em exclusão social e negação de direitos fundamentais, o que gera conflitos e provoca insegurança. Esta realidade é, muitas vezes, velada pelo manto da crença da passividade do povo brasileiro.

17. Uma das principais marcas desse passado de conflito e violência encontra continuidade na matança de jovens pobres a que se assiste nas grandes cidades brasileiras ainda hoje, provocada tanto por disputas entre grupos rivais, muitas vezes envolvidos com o tráfico de entorpecentes e de armas, quanto pela postura arbitrária e violenta de milícias e outros grupos de extermínio, e até de policiais agindo com práticas rotineiras de execução.

18. Uma outra marca desse passado de conflito diz respeito à realidade do mundo do trabalho. O antigo sistema colonial adotou, no Brasil, o trabalho escravo de negros e indígenas, o que negou o valor da pessoa humana e de seus direitos. Com o surgimento do Estado Nacional brasileiro, a escravidão continuou adotada pelo sistema produtivo e só foi legalmente proibida, em 1888, pela Lei

Áurea. Porém, o trabalho escravo e semi-escravo, embora seja crime previsto em Lei, permanece no Brasil até os nossos dias, em pleno século XXI. Este fato levou o Ministério do Trabalho e Emprego a baixar a Portaria nº 540, de 15 de outubro de 2004, criando o “Cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo”. O jornal *O Globo*, edição do dia 26 de julho de 2004, trazia como manchete de primeira página: “Ministério tira da escravidão mais 2.300 trabalhadores”. Na lista dos exploradores divulgada pelo Ministério, os “nomes de grandes empresas, fazendeiros e políticos”. Segundo o jornal, os “Novos senhores de escravos”.

19. A escravidão contemporânea no Brasil se manifesta, muitas vezes, pela existência de uma dívida, contraída pelo trabalhador com gastos de transporte até o local do trabalho, compra de alimentos e ferramentas de trabalho, dívida que não pode ser paga nas condições que o próprio trabalho oferece. Esse problema nunca foi enfrentado adequadamente pelos governos, que geralmente agem “de forma pontual, libertando escravizados, interceptando o tráfico de pessoas, multando empresas pela violação das leis trabalhistas, mas muito raramente utilizaram medidas de direito penal. O crime de desrespeito aos direitos humanos não foi coibido nem recebeu punição, mesmo nos casos em que houve violência física, tortura e homicídio”⁶.

20. Não podemos também ignorar outra marca de nossa história: o desrespeito e a violência contra as mulheres, principalmente as indígenas, as negras e as de classes sociais menos privilegiadas, que sofrem as conseqüências do sistema produtivo e da mentalidade machista presentes no país. Para enfrentar essas diversas formas de manifestação da violência no Brasil, é preciso romper as resistências sociais que impedem que se aborde o problema como um fenômeno social, ou seja, como um conjunto de comportamentos, ações e situações que podem e devem ser modificados.

⁶ Cf. FIGUEIRA, R.R. Por que o trabalho escravo?, p. 36.

1.2 (In) segurança objetiva versus (in) segurança subjetiva

21. A palavra insegurança é polissêmica por natureza, podendo se referir a uma infinidade de riscos reais ou imaginários ligados a ameaças relativas à natureza, como os terremotos e as enchentes, passando pelas doenças, até àquelas provocadas por agentes humanos⁷. Assim, torna-se necessário distinguir os tipos de insegurança, no que se refere à questão da violência em suas múltiplas manifestações. Cumpre esclarecer inicialmente em que sentido se toma o conceito de segurança, a partir da distinção entre segurança como função essencial do Estado – o que remete à estruturação material deste para cumprir tal função – e segurança como percepção coletiva, o que remete à sua dimensão subjetiva⁸. O conceito de segurança está vinculado a uma série de outros conceitos como confiança, certeza, firmeza, convicção, garantia. Significa garantir a ausência de riscos e de perigos⁹.

22. Numa grande cidade, uma pessoa pode sentir profundo medo mesmo quando o risco de ser vitimizada seja pequeno; e total segurança onde o risco seja grande. A diferença se explica pela distinção estabelecida pelos criminologistas entre o que se pode chamar de (in)segurança objetiva (o risco concreto de alguém ser vitimizado, medido pela probabilidade estatística) e (in)segurança subjetiva (medo de ser vitimizado, independentemente dos riscos concretos). Cumpre, pois, reconhecer a força dos meios de comunicação na potencialização ou minimização do medo coletivo. A distinção pode explicar a grande luminosidade jogada nos chamados crimes convencionais (crimes que, por sua natureza, são praticados mais por pessoas das camadas populares, ameaçando o patrimônio e a integridade física) em contraposição aos chamados crimes não convencionais (crimes que, por sua natureza, são praticados normalmente por pessoas das camadas altas, ou pelo próprio Estado)¹⁰.

⁷ Cf. MIRANDA, A.P. *et al.*, *Op. Cit.*, p. 12.

⁸ Cf. DA SILVA, J. *Criminologia Crítica – Segurança Pública*, p. 1.

⁹ Cf. FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Aurélio*. Verbetes: Segurança; Seguro, p. 1563.

¹⁰ Cf. DA SILVA, J. *Op. Cit.*, p. 1.

23. Como temos a realidade dada e a realidade interpretada, é preciso levar em conta que estamos lidando com uma questão que existe tanto na realidade objetiva como na subjetividade das pessoas. Ela pode manifestar-se tanto na coragem excessiva – por exemplo: o excesso de segurança em si própria que possibilita à pessoa assumir riscos desnecessários – como no medo exagerado – por exemplo: pessoas, que vivem em meio a fantasmas que se manifestam nas sombras do horror de assustadoras ameaças irreais.

24. A segurança das pessoas é tanto maior quando se consiga diminuir os riscos reais e, simultaneamente, administrar riscos, reais e imaginários, como no caso do medo¹¹. Deste modo, a insegurança moderna não é somente a ausência de proteção, mas também o oposto, ou seja, uma busca sem fim por proteção e segurança, e a disputa sobre a capacidade efetiva que uma sociedade tem de colocá-los em prática¹².

1.3 Segurança humana e segurança pública

25. As inúmeras necessidades para a manutenção da vida humana – alimentação, moradia, vestuário, etc. – levaram as pessoas a reconhecer a impossibilidade do sustento da vida individual sem viverem em sociedade. Aos poucos, a existência humana diminuiu sua dimensão privada e aumentou sua dimensão pública, condicionando a segurança pessoal à segurança pública, de modo que a segurança pessoal tornou-se cada vez mais vinculada à segurança da sociedade.

26. É certo que concepções humanitárias do ponto de vista filosófico ou religioso, têm estado presente no mundo desde a antiguidade, e têm sido fonte do direito internacional há mais de 500 anos. Porém o humanitarismo metodológico, que põe o ser humano no

¹¹ Cf. *Ibidem.*, p. 2.

¹² Cf. CASTEL, R. *A insegurança social*, p. 9.

centro das preocupações políticas, não tem tido força suficiente para atingir na plenitude esse objetivo. No caso da segurança dos cidadãos, continuamos a operar com a concepção tradicional referida às idéias de poder e das forças das armas.

27. A *segurança humana*, conceito desenvolvido no contexto das relações internacionais, abre uma nova perspectiva na luta contra a violência, criando a possibilidade de as políticas na área da segurança pública refletirem a decisão de colocar os seres humanos no centro das atenções, identificando-se, portanto, dois caminhos completamente diferentes na questão da segurança pública confora nos mostra o quadro a seguir:

DIMENSÃO	SEGURANÇA TRADICIONAL	SEGURANÇA HUMANA
Espacialidade	Territorialmente soberana	Não orientada especificamente
Foco	Estado	Comunidade e indivíduo
Assunto	Diplomático e militar	Sociopolítico, socioeconômico, ambiental
Padrões de controle	Institucionalizados	Não-institucionalizados
Tomada de decisão	Formal (política)	Informal (intuitiva)
Ameaça potencial	Violência estrutural	Violência não-estrutural
Respostas	Diplomática e militar	Científica, tecnológica; Governança multilateral

2. A realidade humano-existencial

28. Somos seres históricos. Isso significa que somos inseridos e condicionados em uma realidade com dimensões: social, política, cultural, econômica e religiosa.

29. Não estamos sós. Fazemos parte de uma sociedade que tem uma organização própria e que também apresenta seus problemas. A sociedade atua constantemente sobre nós e, se não interagimos

positivamente com ela, corremos o risco da delinquência ou da exclusão social. Nós atuamos positivamente sobre a sociedade na medida em que somos capazes de elaborar projetos sócio-transformadores e colocá-los em prática.

30. Na convivência entre as pessoas humanas estão presentes a busca do bem comum e as relações de poder. Cada pessoa deve, a partir do exercício da cidadania, assumir a dimensão política de sua existência, através do protagonismo pessoal e da participação na construção do bem comum, utilizando, para esse fim, todos os meios legítimos que estiverem ao seu alcance.

31. Todos os povos têm seu modo próprio de vida, seu modo de ser constituídos por valores e tradições construídos ao longo do tempo. Esses valores e essas tradições garantem a identidade de um povo e possuem sua legitimidade. Eles devem, porém, ser constantemente questionados no que diz respeito à sua legitimidade moral. Todas as pessoas têm a responsabilidade de contribuir para que a cultura do seu povo torne-se um caminho que conduza ao bem de todas as pessoas.

32. A comunidade humana produz bens, perecíveis ou não, que garantem seu sustento e a satisfação de suas necessidades básicas: alimentação, moradia, vestuário, educação, transporte, lazer, saúde etc. Esses bens são distribuídos entre os membros da comunidade a partir de critérios pré-estabelecidos, por exemplo, o trabalho remunerado que deve garantir o acesso a esses bens. A participação de todos na distribuição dos bens deve ter como critério fundamental a justiça pela qual seja a todos garantido o acesso a eles.

33. Existe também a necessidade da abertura para a realidade transcendente em vista da plenificação existencial. A pessoa humana realiza esta abertura através da dimensão religiosa pela qual, a partir de uma instituição, vive a dimensão comunitária de sua fé. A adesão a determinada religião acontece tanto no plano da fé como no plano da moral, de modo que a religião implica necessariamente adesão a uma doutrina e a uma moral que devem se constituir no princípio norteador da conduta humana.

3. Relações humanas

34. Relacionamo-nos como pessoas e esse relacionamento nem sempre é fácil, devido à sua complexidade que implica envolvimento de todas as dimensões do existir humano – física, afetiva, psicológica, espiritual, social, política, econômica, cultural, religiosa – . Cada pessoa tem seu modo de ser, seu modo de pensar, seu modo de agir, os quais se tornam presentes nas relações humanas.

35. As relações humanas implicam também realização de projetos, satisfação de interesses, necessidades, anseios e sonhos. Eles, no entanto, nem sempre são os mesmos para todas as pessoas e essas diferenças podem se constituir em elementos geradores de tensões, causadores de diversos graus de conflito. As relações humanas podem ser humanizadoras, mas também desumanizadoras, a ponto de negar a dignidade da própria pessoa e dos outros. Este é um dos mais fortes fatores geradores da insegurança social e da violência nas relações interpessoais.

4. Relações sociais

36. As relações sociais fazem parte da existência humana e há muitas razões para que isso aconteça. Precisamos analisar bem esta questão para melhor entender o problema da ausência de da segurança pública, assim como sua importância para a comunidade humana, pois essas relações, não raro, são marcadas por conflitos de interesses de toda sorte, os quais podem levar à discórdia e, conseqüentemente, à violência

4.1 A dimensão social da existência humana¹³

37. O ser humano não nasceu para viver só. Para crescer e desenvolver-se, ele precisa necessariamente se relacionar, vivendo em

¹³ Cf. CNBB. *Fraternidade e Política* - Texto-base CF 1996, nn. 88-91.

comunidade. Aos poucos, com o desenvolvimento da civilização, o homem se organizou em comunidades, cada vez mais complexas, desde as tribos até a sociedade tecnológica.

38. A crise da modernidade e os problemas dela decorrentes afetam muito a vida das pessoas, principalmente porque poucas entendem o que está acontecendo e, muito menos, quais os novos rumos que podem ser tomados, o que faz com que se incomodem, mas não procurem caminhos de superação.

39. A modernidade pode ser caracterizada pela idéia-força de que o progresso humano não tem fim e pela crença na capacidade ilimitada da razão humana de orientar e propor um modelo para vida e ação mais humanas. A crise dos anos 70 (choque do petróleo, regimes autoritários no Ocidente, principalmente na América Latina, guerra do Vietnã, descoberta do impacto negativo do crescimento econômico na ecologia, alargamento do fosso Norte-Sul...) derrubou o mito de um progresso sem limites. Ela fez também perceber que maior bem-estar material não leva necessariamente a maior desenvolvimento moral. Os ricos ficam cada vez mais ricos à custa dos pobres cada vez mais pobres¹⁴. Questiona-se, pois, a capacidade de certas ideologias criarem uma sociedade com justiça e paz.

40. Tanto o capitalismo industrial quanto o socialismo real aceitavam os postulados 'eficácia da razão e capacidade para fazer um planejamento global', no entanto entraram em crise. Formas extremadas de capitalismo pós-industrial mantêm a crença cega no valor absoluto do mercado. Sua proposta, no momento, é que se deve aceitar a atual organização da economia de mercado como o único caminho possível. Isto criou o que se chama crise das utopias.

41. O sonho de planejar de maneira clara os passos e a estrada não deu certo. Percebemos nossas limitações e impossibilidades de delinear de antemão, em detalhe, o futuro. Descobrimos, ainda, que há muitos outros caminhos para atingir nossos objetivos. Tudo isso significou, para muitos, perda de rumos, de orientação e pro-

¹⁴ Cf. DP, n. 575.

duziu sensação de abandono e insegurança; para outros, porém, abertura e possibilidade de novos rumos.

42. A crise da modernidade não deve, portanto, ser confundida com o fim das utopias e da esperança. Existem também aspectos positivos, pois começam a surgir sinais e caminhos novos. A crise não significa a perda de valores e princípios. Eles são como bússolas, que permitem caminhar sem se perder, mesmo diante de obstáculos que exigem mudar de estrada. Mesmo que, em dado ponto, não existam estradas e elas tenham que ser construídas, eles são referência e mostram que é necessário levar a sério o dito: “é caminhando que se faz o caminho”. Através das lutas de libertação, dos gestos que criam estruturas solidárias e não excludentes, da construção da organização popular é que, pouco a pouco, vai surgindo e se delineando a sociedade nova. A valorização de experiências transformadoras rumo a uma sociedade nova permite que a sociedade abra-se e liberte o futuro.

43. Ao colocarmos a questão da segurança pública neste contexto, percebemos claramente que as mudanças epocais pelas quais estamos passando influenciam os relacionamentos humanos, principalmente se levarmos em conta que os principais elementos que precisamos analisar refletem esta crise social.

4.2 A razão da sociabilidade

44. Existem muitas teorias para explicar a origem da sociedade e a razão de sua existência. Uma das mais antigas é a de Platão, descrita na *Carta Sétima* e que tem alguns elementos na obra *A República*, segundo a qual, o homem descobriu que sozinho não poderia satisfazer suas múltiplas necessidades, por isso se organizou em grupos e distribuiu entre seus membros as tarefas, de modo que cada indivíduo realizava uma tarefa, mas todos tinham suas necessidades básicas (alimentação, vestuário, moradia, etc.) satisfeitas.

45. Quanto mais complexa se torna a sociedade, no entanto, mais os problemas se avolumam. Hoje, o acúmulo de bens gera relações

de poder e manipulação de pessoas, e o bem pessoal é tido como mais importante que o bem comum. A convivência humana ficou perigosa, pois o “outro” passou a significar ameaça à satisfação dos interesses individuais.

46. A sociedade tornou-se insegura, tanto em relação a outros grupos sociais – ameaça externa – como em relação à convivência pacífica e harmoniosa entre os próprios membros – ameaça interna – e resolveu defender-se. A defesa veio, porém, através do confronto, por meio de estruturas cada vez mais violentas e fez com que o conflito social se generalizasse. Uma lógica de ódio e vingança instalou-se materializada na pedagogia da violência, assumida pelo próprio Estado.

5. O conflito

47. Nos primórdios da civilização grega, violentos conflitos opunham, por um lado, as grandes famílias entre si, e, por outro, essas às populações dos campos e das cidades, cidades estas que se tornavam cada vez mais numerosas e dinâmicas. Esses conflitos tornaram-se tão vigorosos que, em vários territórios, as partes envolvidas concordaram em desenvolver a performance de um personagem que, por sabedoria, experiência ou desinteresse no conflito, fixaria regras para a contenda de interesses. Foi o que aconteceu em Atenas, por volta dos anos 600 a.C. onde Drácon e Sólon, cada um a seu tempo, foram encarregados de formular ordenações para disciplinar as relações entre os membros da comunidade¹⁵.

48. Esses primeiros legisladores ocidentais assumiram o ofício de dar início ao estabelecimento daquilo que hoje denominamos Constituição. Eles definiram enunciados fundamentais para todos os membros de uma comunidade, determinaram com precisão a participação de cada ator social na defesa e na administração das questões comuns da cidade, da *polis*, definiram as instâncias de

¹⁵ BURNS, E. M. *História da civilização ocidental*, p. 156-157.

onde deveriam emanar as decisões, que envolvessem a totalidade dos membros qualificados da *polis*, para arbitrar conflitos e punir deslizes, delitos e indisciplina às normas, ou seja, criminalizar os desvios à padronização das regras de conduta.

49. O Legislativo e o Judiciário são, portanto, poderes instituídos para garantir, entre outras coisas, o controle social dos conflitos. Esses poderes estão presentes na nossa sociedade, mas sua atuação deve ser analisada criteriosamente e até mesmo questionada em seus objetivos e em sua legitimidade, para que erros sejam corrigidos e problemas possam ser superados. Neste sentido, é fundamental esclarecer que o modo como se dá esse controle pode ser autoritário ou democrático, e que ambos têm repercussão sobre os desdobramentos que advêm do próprio controle.

5.1 Entendendo o conflito

50. O conflito é basicamente o confronto entre duas posições diferentes que buscam a conquista da hegemonia. Em si, o conflito não é bom nem mau. Ele pode ser sadio, quando, para melhorar a vida das pessoas, revela a necessidade de algo novo que supere contradições e visões reducionistas ou distorcidas da realidade. Para Simmel, a existência do conflito representa a condição necessária para que uma sociedade possa buscar algum tipo de consenso entre posições divergentes em contraposição a suas discordâncias, separações e desarmonias¹⁶. Todavia, ele pode ser nocivo quando, encarado de forma radical ou imatura, sem abertura para o diálogo, torna-se fonte de violência.

51. O conflito, por si só, não é nocivo. São as posturas e as atitudes que as pessoas tomam diante do conflito que podem ter consequências desastrosas para todos os que nele estão envolvidos e para a sociedade em geral, pois são elas que podem gerar violência e insegurança social.

¹⁶ Cf. SIMMEL, G. *A natureza sociológica do conflito*, p. 125.

5.2 As origens do conflito

52. O conflito tem sua origem nas diferenças, sejam elas de que natureza forem. A isso se acrescentam sua absolutização, o não vê-las a partir do princípio da complementariedade; a radicalização de posições próprias; a incapacidade de superação das contradições, aparentes ou reais, que se manifestam nas diferenças, que podem vir de diversas fontes.

53. A primeira fonte é a própria interioridade da pessoa humana, que se descobre limitada e ambígua, e vê que a sua realidade pessoal é muito diferente e está muito distante da ideal. A partir desta constatação, emerge o conflito entre possibilidade e realidade, normalmente agravado pelos condicionamentos históricos que marcam a vida de todos.

54. A segunda fonte é a hierarquia de valores que marca a vida das pessoas. Há muitos valores em comum, que geram interesses comuns e associam as pessoas. Mas há valores diferentes, que geram interesses diferentes e diferentes formas de hermenêuticas. Estas serão legítimas ou não, de acordo com a legitimidade dos valores que as causam e, portanto, poderão ou não gerar dispersão e conflitos.

55. Outra fonte de conflito é a não satisfação de necessidades pessoais e comunitárias, sobretudo quando tal carência desumaniza a pessoa e a comunidade, que reagem em vista de sua humanização. Neste caso, para questionar a legitimidade do conflito, podemos perguntar se as necessidades são reais ou ilusórias, inerentes à natureza ou criadas pela sociedade, etc.

5.3 Os tipos de conflito

56. Os principais tipos de conflito são:

- conflitos pessoais – são aqueles que surgem no interior das pessoas, a partir das diferenças encontradas dentro de si. Embora se trate de uma realidade subjetiva do ser humano, esse

tipo de conflito pode ter sérias conseqüências para a sociedade no que diz respeito à violência e à insegurança, principalmente quando se tornam casos de anomalias e patologias do comportamento humano, gerando neuroses e psicoses. Os elementos utilizados pela pessoa para a fuga dos conflitos também podem ter conseqüências para a sociedade, como a busca do prazer com desvios no comportamento sexual, o alcoolismo e o uso de entorpecentes;

- conflitos familiares – o relacionamento familiar é sempre muito próximo, o que evidencia as diferenças e suas conseqüências, facilitando o surgimento de conflitos por cansaço, imposição de pontos de vista, falta de diálogo e intolerância;
- conflitos sociais – geralmente causados por intolerância e incapacidade de diálogo, dizem respeito a diferenças econômicas, políticas, culturais e religiosas que, por sua evolução, ferem valores e lesam direitos.

57. Esses conflitos podem se transformar em ações violentas, quando houver a ‘utilização intencional de força ou poder físico, por ameaça ou de fato, contra si mesmo, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade que resulta em ou tem alta probabilidade de resultar em ferimentos, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação’, podendo se manifestar também em agressões sexuais¹⁷.

5.4 Caminhos para superação de conflitos

58. A superação dos conflitos exige os seguintes elementos:

- capacidade de diálogo – pela qual as partes envolvidas procuram expor com clareza seu ponto de vista sobre a questão e procuram entender o ponto de vista discordante, sem absolutizações ou reducionismos, valendo-se principalmente da força e da legitimidade dos argumentos;

¹⁷ Cf. www5.who.int/violence_injury_prevention/.

- legitimidade de instâncias mediadoras – o diálogo, muitas vezes, não é fácil por uma série de motivos e a mediação, seja de pessoas, seja de instituições, seja do Estado, se faz necessária. Essa mediação deve ser legítima, ou seja, a instância mediadora deve ser reconhecida entre as partes, gozar de amparo, seja legal, seja moral, e ter competência para realizá-la (entendendo competência não simplesmente como estar capacitado, mas também como pertinência, isto é, algo próprio da sua situação, que lhe diga respeito);
- identificação do problema real – ela é necessária para que as pessoas não fiquem simplesmente discutindo questões aparentes ou trocando acusações sobre atos realizados, o que impossibilita a superação do conflito;
- delimitação da questão – é comum ouvirmos que pessoas “fazem tempestade em copo de água”. Se não delimitamos corretamente o problema, podemos ser simplistas diante dele ou absolutizá-lo e transformá-lo em um monstro de sete cabeças que não pode ser superado. A delimitação da questão é fundamental para encontrar caminhos reais para superá-la;
- clareza de critérios de análise – se não temos critérios claros, podemos ser ambíguos, equívocos ou ficar falando línguas diferentes, o que só agrava o conflito;
- distinção entre consenso e demanda – a superação do conflito, às vezes, é fácil, ocorrendo por via consensual, porém, outras vezes, esse processo torna-se longo, demorado, complicado e seus resultados dificilmente satisfazem ambas as partes;
- compromisso com as decisões tomadas – caso não haja esse compromisso, as decisões geram novos conflitos e o problema tende a agravar-se;
- compromisso ético – para que os conflitos sejam de fato superados, é necessário que ambas as partes tenham reta intenção e busquem o bem e a verdade.

59. Para prevenir conflitos violentos, é absolutamente necessário que a paz comece a ser vivida, como valor profundo, no íntimo de cada pessoa, pois assim poderá estender-se às famílias e às diversas formas de agremiação social, até envolver toda a comunidade política¹⁸. Em um clima difuso de concórdia e de respeito à justiça, pode amadurecer a verdadeira cultura de paz¹⁹, cuja proposta está baseada nos seguintes pressupostos:

- o respeito à vida e à sua dignidade;
- a prática da não-violência em todas as suas formas (física, sexual, psicológica, econômica e social);
- a prática da generosidade para terminar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e econômica;
- a defesa da liberdade de expressão e da diversidade cultural;
- a promoção do consumo responsável e de um desenvolvimento econômico que preze o equilíbrio no uso dos recursos naturais do planeta;
- a plena participação das mulheres na vida social e o respeito aos valores democráticos²⁰.

6. A questão do medo e a pedagogia do controle

60. Todas as pessoas sentem certa inquietação diante de um perigo ou de uma ameaça, reais ou imaginários. Para evitar esse mal-estar, é necessário que haja um mínimo de controle das situações de perigo e das ameaças, principalmente quando presentes na realidade mais próxima das pessoas. Esse controle pode ser realizado tanto em vista da superação dos problemas como também de outros

¹⁸ Cf. *Catecismo da Igreja Católica* n. 2317 in *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*, p. 276.

¹⁹ Cf. JOÃO PAULO II, *Discurso ao Corpo Diplomático* (13 de janeiro de 1997) in *L'Osservatore Romano*, ed. em português, 18 de janeiro de 1997, p. 6. in *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*, p. 276.

²⁰ Cf. www.unesco.org.br/manifesto2000.

interesses ligados ao setor econômico, à manipulação social e às relações de poder.

6.1 As origens do medo

61. O medo é um importante elemento para a preservação da vida humana, pois ele sempre se manifesta diante das situações de perigo aparente ou real e deixa a pessoa em estado de alerta, acionando seus recursos defensivos e ofensivos.

62. Os perigos, que se constituem basicamente em causas de medo, podem ter diferentes origens.

- Origem natural – elementos naturais são causa de ameaça à vida humana: terremotos, maremotos, tempestades, vulcões, doenças, animais cuja presença representa um risco como os violentos ou os peçonhentos, etc.;
- Origem sócio-cultural – são os perigos causados por problemas decorrentes da convivência humana e não superados, entre os quais:
 - ✓ medo decorrente de problemas de ordem econômica, como a fome, a miséria, a falta de moradia, o desemprego;
 - ✓ medo decorrente de catástrofes produzidas pela ação humana como desastres ecológicos, acidentes nucleares, inundações causadas por rompimentos de barragens;
 - ✓ medo decorrente de discriminações como racismo, eugenia, pobreza, religião, ideologia;
 - ✓ medo decorrente da violência como criminalidade, tráfico e uso de entorpecentes, tráfico humano, guerras, transgressões no trânsito, mau uso da terra, abusos do Estado e ações abusivas da mídia;
 - ✓ medo decorrente da imposição da sociedade e do mercado como eficiência exigida no desempenho das

atividades, exigências de qualificação, padrão de beleza, expectativa social;

- ✓ medo decorrente de pressão psicológica que gera violência simbólica, como repressões em geral, sistemas punitivos, anúncios de atitudes violentas, possibilidade de vingança, controle por parte do crime organizado, entre outros.
- Origem religiosa – são perigos causados por fanatismos, pela ameaça de forças ocultas, poderes demoníacos, ausência de misericórdia, punição pelos maus atos praticados, exclusão da instituição religiosa, pela consciência escrupulosa e pelo autoritarismo institucional.

6.2 A manipulação do medo como meio de controle da violência

63. Para o controle da violência e para o aumento da segurança o principal meio utilizado é o medo. Assim, a manipulação do medo é feita:

- através da punição e da repressão ameaçadora e também violenta, feita pelos aparelhos repressivos do Estado²¹ e pelas diferentes formas de milícias constituídas pelo crime organizado e por grupos justiceiros;
- através do seu controle e manutenção, geradores da necessidade da transferência de responsabilidade para a instituição competente. Isto é feito por meio de ameaças ou de controle ideológico de relações de poder. O que, na prática, acontece a partir do discurso que intimida e de aparelhos ideológicos do Estado²², principalmente os meios de comunicação social.

²¹ Cf. ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos do Estado*.

²² Cf. *Ibidem*.

6.3 O medo como gerador da violência

64. Todo animal acuado é potencialmente perigoso. O ser humano é um animal racional. A racionalidade exerce controle sobre a animalidade, porém este controle não é absoluto. Em determinados casos, pode acontecer que instintos levem a comportamentos irracionais, o medo instintivo pode superar a ação da razão e levar o ser humano a agir de forma violenta.

6.4 A indústria do medo

65. A sociedade em que vivemos não tem como fundamento principal a pessoa humana, mas sim o poder econômico, segundo o qual tudo deve contribuir para o lucro. A busca do lucro está presente nas mais diversas situações como uma grande força devoradora que submete tudo a si²³. Sendo assim, o medo deve necessariamente se tornar uma fonte de lucro. Aqui encontramos as causas da existência da indústria do medo, a qual, para manter-se, depende, paradoxalmente, de que as pessoas continuem com medo. Este transforma-se em mercadoria, atraindo empresas que vão desde aquelas que lidam com sistemas de defesa, alarmes, vigilância, escolta, monitoramentos, blindagens, seguros dos mais diferentes tipos até aquelas que lidam com a comunicação de massa. Na verdade, a indústria do medo garante emprego para muitas pessoas e considerável margem de lucro para as empresas e organizações que nela investem.

66. De 1998 a 2004, o número de vigilantes cadastrados na Polícia Federal passou de 280.193 para 1.148.568. A crescente expansão de serviços particulares de segurança está diretamente relacionada a três fatores: o crescimento da criminalidade, a percepção da violência e o sentimento de insegurança e as mudanças na forma de utilização do espaço urbano e da circulação das pessoas, que tem reforçado uma perspectiva de segregação. A falta de controle sobre as atividades dos seguranças particulares abre espaço para

²³ Cf. MARCUSE, H. *Eros e civilização*.

o cometimento de ilegalidades e violações, que pervertem a idéia de complementaridade da segurança privada, tornando-a concorrente do poder público.²⁴

67. A isso se acrescenta o fato de que, em muitas regiões do país, o Estado não se faz presente ou sua presença é marcada pela corrupção de seus agentes ligados ao mundo do crime ou coniventes com ele. Neste caso, o Estado deixa de ser garantia de segurança e abre caminho para que a indústria do medo se imponha.

7. Os discursos sobre a violência

68. Um dos elementos mais importantes na discussão sobre segurança pública é a violência. Ela requer uma análise profunda e deve ser considerada sob diversos aspectos e pontos de vista, a fim de que se compreendam os vários discursos que existem sobre ela, o que está por trás desses mesmos discursos, as propostas neles embutidas e assim se busquem os possíveis caminhos para a sua superação.

7.1 A questão do ponto de partida do discurso

69. Não existe discurso ingênuo. Todo discurso tem embasamento teórico e ideológico e procura satisfazer determinados interesses. Ao analisar um discurso, uma de nossas primeiras preocupações deve ser identificar quem o faz, para, através deste ponto de partida, determinar ideologia, fundamentos teóricos, base conceitual, intenção, interesses e objetivos nele contidos.

7.2 O discurso a partir do lugar social²⁵

70. Nas periferias das grandes cidades, a violência, o crime e o tráfico de drogas são cada vez maiores. Muitos se perguntam: será

²⁴ Cf. ZANETIC, A. *A questão da segurança privada*.

²⁵ Cf. DA SILVA, *Op. Cit.*, p. 18-19.

que a pobreza é a causa da violência? Em primeiro lugar, é notório que grandes líderes do crime organizado não costumam morar em favelas. Por outro lado, a ausência do Estado, a falta de perspectivas e de modelos a seguir torna muitas pessoas, sobretudo jovens e adolescentes, muito vulneráveis diante das promessas de dinheiro fácil, de aventura e de proteção da parte dos corruptores. No entanto, quem trabalha nas comunidades de periferia sabe muito bem como seus moradores são acolhedores, honestos, trabalhadores, pessoas da paz e do bem, que sonham e lutam por um mundo mais justo e solidário. São, sim, vítimas da violência e da truculência de uma minoria criminosa, que se impõe à população, não raro com a conivência de pessoas que deveriam zelar por sua segurança²⁶.

71. Associar pobreza a violência pode gerar grandes injustiças na avaliação das pessoas. Milhares de moradores de certos bairros das grandes cidades sequer ousam apresentar o próprio endereço quando encaminham currículos com a finalidade de obter um emprego. O simples fato de morar em certas regiões já é suficiente para estigmatizá-los, como se fossem todos delinqüentes. Além disso, várias cenas de violência gratuita têm sido divulgadas pela mídia, tendo como fautores jovens de famílias abastadas. A violência pode ser uma reação de uma pessoa que não se sente acolhida pelo ambiente em que se encontra, seja por sua exclusão sistemática das condições mínimas para uma vida digna, seja por relações pessoais inadequadas e/ou violentas. Assim, pode haver pessoas violentas em qualquer lugar do tecido social²⁷.

72. Todo discurso que assume, no sentido negativo, uma postura ideológica, cria atitudes sectárias, com elementos polarizados que determinam a manutenção da situação atual. O lugar do discurso é um dos elementos que marca sua ideologia e seu conteúdo.

73. No discurso alinhado à ideologia das camadas dominantes é comum que se encontrem frases do tipo: “O problema do crime é a

²⁶ CNBB. *Fraternidade e Defesa da Vida*. Texto-base CF 2008, n. 134.

²⁷ *Ibidem*, n.135.

falta de repressão”, “Pobre é pobre porque não se esforça”, “É preciso construir mais cadeias”. No discurso alinhado à ideologia das camadas populares e dos excluídos é comum encontrar-se frases do tipo: “O problema do crime é a fome e a miséria”, “O criminoso é uma vítima da sociedade.”

74. No que diz respeito à localização geográfica, não é diferente. Aqueles que vivem em lugares privilegiados costumam apresentar seu discurso a partir do princípio da exclusão, em vista do afastamento da ameaça, por exemplo: “é preciso remover as favelas para bem longe”; “bandido tem que morrer”, “o Brasil precisa da pena de morte”; “é preciso dar mais força à polícia”. Os que vivem nas favelas ou nas periferias geralmente possuem um discurso que revela a transferência de responsabilidade do pessoal para o social, por exemplo: “o crime é fruto do capitalismo selvagem”; “os negros são marginalizados por falta de oportunidades”; “o jovem comete crimes por problemas familiares”; “é preciso humanizar as favelas”.

7.3 O discurso a partir do político-ideológico

75. Extremismos ideológicos não conduzem à boa compreensão do problema da violência e, muito menos, ao encontro de caminhos para sua superação. A superação do problema exige ação sem determinismos, exclusivismos, unilateralismos biológicos ou sociológicos para explicar a origem da criminalidade²⁸. Elencar as causas da criminalidade e da violência é tarefa sem fim. Melhor será perguntar: Que fatores condicionam, em determinado momento e lugar, esses fenômenos? O criminologista Lopes-Rey, por exemplo, sugeriu cinco “elementos condicionantes”: o poder, o desenvolvimento, a desigualdade, a condição humana, o sistema penal²⁹. A reflexão sobre esses fatores (e outros) pode ensejar caminhos mais racionais para o enfrentamento do problema.

²⁸ Cf. ALVES, R. B. *Criminologia*, p. 124.

²⁹ Cf. LOPEZ-REY, M. A. *Criminologia*, p. 42-45.

7.4 Os bens materiais e a criminalidade

76. Muitas questões ligadas à criminalidade têm alguma relação com a questão patrimonial. Uma sociedade fundamentada em valores meramente materiais cria a necessidade de conquistar, por todos os meios, lícitos ou não, algum tipo de enriquecimento que garanta acesso aos vários privilégios. Com isso, o fator econômico acaba por se tornar uma das causas mais importantes no universo da criminalidade.

77. O sistema penal brasileiro, incluída a legislação, é marcadamente elitista, observando-se, ademais, uma preocupação desmedida com o patrimônio, em detrimento do ser humano. Tal fato reflete os desvalores de uma sociedade que, além de elitista, é materialista e consumista. Assim, como se atribui pouco valor à pessoa humana, principalmente se for pobre, ela é também desvalorizada perante a lei e o sistema. A desigualdade penal é legislada, do que são exemplos a prisão especial, o foro privilegiado e a imunidade parlamentar estendida a crimes comuns.

8. A pirâmide social e a criminalidade

78. A criminalidade espalha-se por nossa sociedade e manifesta-se de diferentes formas em todas as classes sociais. Ao observarmos a pirâmide social, percebemos que quanto mais nela se sobe, mais sofisticados são os crimes, crescendo sua abrangência em progressão geométrica.

79. No recolhimento dos impostos, a sonegação por parte dos pobres é pequena e traz menores danos para a sociedade, enquanto a sonegação pelos mais ricos é de maiores conseqüências, porque implica numa ausência considerável de recursos e inviabiliza, frequentemente, a ação do Estado naquilo que lhe compete, como o desenvolvimento de projetos sociais. Esse exemplo mostra que no crime, seja ele cometido pelo rico ou pelo pobre, é este último o mais vulnerável às conseqüências da criminalidade.

8.1 A questão ética e o bem comum

80. Certa distorção ética observada na sociedade gera uma discriminação social segundo a qual a criminalidade é sempre associada à pobreza. A atitude das pessoas em geral é discriminatória dos pobres e moradores de periferias das cidades, de modo especial das favelas. Essa discriminação gera uma visão míope da realidade do crime no Brasil, o que impede que se possa enxergar a realidade na sua totalidade.

81. Com isso, o conceito de bem comum fica deturpado passando a ter como eixo referencial o rico, uma vez que numa sociedade determinada pelo poder econômico, a posse de bens significa legitimação de privilégios e critério de justiça. Essa compreensão indevida de justiça a partir do poder econômico e da sociedade de privilégios dele decorrente, impossibilita a construção de uma sociedade pautada numa ética que tenha como princípio e fundamento o bem comum, a igualdade e a dignidade de todas as pessoas e o Estado de direito. A maior consequência deste fato é a dificuldade sempre crescente de garantia de uma sociedade segura.

8.2 A impunidade nas altas rodas do crime

82. A situação dos presídios brasileiros também exige um olhar cuidadoso. Os casos noticiados pela imprensa de grandes chefes de grupos criminosos vivendo confortavelmente em prisões de segurança máxima, levaram a população a pensar que essa é a situação típica em nossas cadeias. Para a grande maioria dos presos, porém, a realidade é muito diferente. Como os presídios estão superlotados, as condições de vida são precárias, o ambiente é extremamente violento, as nossas prisões freqüentemente são lugares onde se incita ao crime e à violência, ao invés de recuperar o preso³⁰.

³⁰ Cf. CNBB. *Fraternidade e Defesa da Vida*. Texto-base CF 2008, n.133.

83. O Brasil tem sido palco de grandes escândalos: corrupção, tráfico de influências, desvios de verbas, entre outros, estão sempre presentes no noticiário nacional. Esses tipos de crime são os que trazem as conseqüências mais trágicas para nossa sociedade, como fome, desemprego, falta de assistência à saúde, analfabetismo, recessão da economia e outros malefícios. Dificilmente, no entanto, alguém é condenado pela prática de tais crimes, considerados não convencionais. Ao serem tratados como escândalos político-financeiros, prioriza-se uma postura “denuncista” e midiática, criando no público a impressão de que os casos tiveram começo, meio e fim. Na prática, ao serem tratados como casos espetaculares, criam a idéia de uma prática excepcional, fruto de um comportamento desviante, cuja solução é a busca de um culpado, sem que realmente ocorra uma transformação do ambiente que propicia os crimes de “colarinho branco”³¹.

84. O sistema prisional brasileiro visa especialmente aos que praticaram crimes comuns. As pessoas que praticam crimes contra a ética, a economia e as gestões públicas, como os do “colarinho branco”, ao responderem aos processos, recorrem reiteradamente às diversas instâncias do sistema judiciário, alegam publicamente inocência – nunca provada – e, muitas vezes, até conseguem a aprovação da opinião pública, que se expressa pelo ditado popular: “esse rouba, mas faz!”

8.3 O ECA e as medidas sócio-educativas

85. A situação dos adolescentes sujeitos a medidas sócio-educativas é, também, muito preocupante, principalmente por causa da violência que está presente nas instituições que os abrigam. Um exemplo é o caso do Distrito Federal onde, segundo dados do Ministério Público, 178 jovens perderam a vida enquanto cumpriam medida sócio-educativa entre os anos de 2003 e 2005. A falta de programas efeti-

³¹ Cf. MIRANDA, A.P. *Considerações acerca da criminalização da sonegação fiscal e das fraudes no Brasil*, p.332.

vos de educação, a insuficiência de oficinas profissionalizantes e a superlotação são alguns dos problemas mais sérios que estão presentes nos centros de internação de menores e, para quem cumpre liberdade assistida, a ineficiência é ainda maior³².

8.4 A maioria penal

86. Existe um movimento mundial para a redução da idade penal, de modo que o adolescente em conflito com a lei seria internado em um sistema prisional comum. Isso acarretaria no aumento do quadro da criminalidade e não na recuperação de jovens infratores. É necessário que as unidades de internação de adolescentes sejam eficazes, dando-lhe oportunidades de crescer e evoluir como cidadãos e, não, como criminosos³³.

87. A CNBB, através da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz reunida nos dias 16 e 17 de abril de 2007 em Brasília, afirma sua posição contrária à proposta de redução da idade penal e lembra que onde foram tomadas de forma correta as medidas sócio educativas previstas no ECA, os resultados foram positivos.

88. Além de violar cláusula pétrea constitucional, a proposta afronta parâmetros internacionais de proteção dos direitos humanos que o Estado Brasileiro se comprometeu a cumprir, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, as Regras Mínimas Para a Administração da Justiça de Menores (Regras de Beijing), as Diretrizes para a Prevenção da Delinquência Juvenil, as Regras Mínimas Para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade (Regras de Riad) e o Pacto de San Jose da Costa Rica, documentos que demandam proteção e cuidados especiais para os infratores com menos de 18 anos³⁴.

³² Cf. Jornal de Brasília, 14/06/2007.

³³ Cf. www.oabsp.org.br/palavra_presidente/2006/artigo-a-impunidade-e-a-maioridade-penal/.

³⁴ Minuta da Frente Parlamentar em defesa dos direitos da criança e do adolescente, sendo relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes in www.pastoraldomenonacional.org/materiais.htm.

8.5 Foro privilegiado, prisão especial e imunidades

89. Uma sociedade que supervaloriza o patrimônio, acaba por se tornar uma sociedade de privilégios, garantidos em larga medida pelo poder aquisitivo. Por exemplo, todos têm direito à saúde, porém alguns são atendidos em clínicas especiais e em hospitais altamente qualificados, enquanto outros praticamente não recebem atendimento por causa da precariedade dos serviços públicos de saúde. Algo semelhante acontece em relação à justiça, pois, embora as ciências jurídicas considerem que todos são iguais perante a Lei, alguns, como os militares, os magistrados, os deputados, os senadores, o presidente da República e os ministros de Estado, têm foro privilegiado. Embora em muitos casos isto seja necessário e legítimo, em outros torna-se um meio de burlar a justiça e garantir a impunidade.

90. Devido à impunidade, multiplicam-se as ações criminosas, que, fundamentadas no desrespeito às pessoas e à Lei, buscam a satisfação de interesses ilegítimos. Quem pratica tais ações persegue de todas as formas as pessoas que, em defesa dos direitos individuais, dos direitos comunitários ou por ação profética, opõem-se a seus projetos. Não hesita em até mesmo atentar contra a vida alheia, como ocorreu nos casos de perseguição no Estado do Pará, que resultaram em mortes como a da Irmã Dorothy Stang. Inúmeras lideranças são, com frequência, ameaçadas, como é o caso de bispos como Dom Flávio Giovenale, Dom José Luís Azcona Hermoso e Dom Erwin Kräutler, perseguidos por defenderem os direitos humanos e lutarem contra o tráfico humano, a prostituição infantil e o trabalho escravo.

91. Pessoas que cometeram crimes contra a ética, a economia e a gestão pública geralmente ficam impunes em nosso País. As que possuem curso superior, quando eventualmente presas, têm direito a “prisão especial”. Assim, por exemplo, se duas pessoas praticam juntas o crime de extorsão mediante seqüestro, e se uma delas possui curso superior, uma vai para uma dessas cadeias infectas de nosso País e a outra será acomodada em algum lugar “especial”.

Em alguns casos, presos na própria residência. Como se o Brasil ainda fosse uma oligarquia. Tudo sem contar a imunidade parlamentar (estendida a crimes que nada tenham a ver com a atividade parlamentar) e o foro privilegiado.

92. Quem não tem grande poder aquisitivo ou poder político não goza de privilégios e fica à mercê de um poder judiciário desprovido de recursos essenciais que possibilitem o desempenho eficaz de suas atribuições. Assim, quem desviou milhões de verbas públicas escandalosamente tem oportunidade de se defender, de recorrer a várias instâncias e até mesmo de contar com a imunidade, enquanto uma pessoa que furtou doze barras de chocolate em São Paulo foi condenada a seis meses de reclusão por tentativa de furto. Para ser punida “de forma exemplar”³⁵.

8.6 Quem são os criminosos?

93. Criminoso é basicamente quem infringe a lei vigente. Esta pode variar de um país para outro, de modo que um determinado ato é crime em um lugar e não em outro. O crime é uma questão mais legal do que ética, uma vez que nem toda a lei é moral.

94. Dado o pluralismo cultural, há diferentes hierarquias de valores que possibilitam diversificadas formas de análise da realidade e, em consequência, diferentes abordagens do agir humano distinguindo os atos criminosos de uma comunidade para outra. Criminoso é, portanto, aquele que comete um ato que não é aceito pelos valores que norteiam a lei vigente.

95. O Poder Legislativo, na sociedade democrática, é eleito pelo povo, mas isso não significa que este poder respeite a vontade soberana de quem o elegeu. Muitas vezes isso não acontece, de modo que o criminoso é aquele que age contra os valores do poder constituído.

³⁵ Tal ação foi, depois, extinta pelo STJ. Cf. www.mp.ms.gov.br/portal/principal/notall.php?pg=1&id=3864

8.7 A desigualdade legislada

96. O poder econômico e o poder de mídia são grandes forças que influem na ocupação dos poderes institucionais de um país. O poder legislativo, nos âmbitos federal, estadual e municipal, está, muitas vezes, atrelado a esses poderes. Com isso, o princípio de igualdade de todas as pessoas diante da Lei torna-se comprometido e a desigualdade social, política, cultural e econômica passa a ter fundamentos legais, garantindo assim a continuidade de uma sociedade de privilégios, como escreve George Orwell, que mostra a desigualdade legislada nos princípios do animalismo que, na sua segunda versão aparece: “todos os animais são iguais, porém alguns animais são mais iguais do que os outros”³⁶.

9. Entendendo as violências

97. A questão da violência deve ser analisada a fundo, seja para compreendê-la no plano teórico, seja para conhecer como ela acontece na prática. É comum, quando se fala em violência, que se tenha em mente a violência da criminalidade. Porém é preciso atinar para o fato de que, da mesma forma que podemos sofrer a violência, podemos também ser agentes ou causadores dela. Melhor falar em violências.

9.1 Tipos de violência

98. Basicamente, existem três tipos de violência: a estrutural, a física e a simbólica. Cada tipo de violência exige um tipo de abordagem, assim como diferentes encaminhamentos e critérios para sua superação. É importante determinar como a violência torna-se concreta.

³⁶ ORWELL, George. “A revolução dos bichos”, p. 48.

9.1.1 Violência estrutural

99. Esse tipo de violência tem a ver com as formas sistemáticas de negação da cidadania a indivíduos e grupos determinados de cidadãos, baseadas principalmente na discriminação social contra os “diferentes”. São obstáculos institucionais que impedem ou dificultam a realização das potencialidades humanas dos discriminados, sobretudo nas áreas da educação, do emprego e da saúde.

9.1.2 Violência física

100. Esse tipo de violência é facilmente perceptível, pela facilidade de visualização e por sua materialidade, uma vez que implica atuação sobre uma realidade corpórea. A reação da sociedade diante dela é quase sempre contrária, provocando até mesmo diversos tipos de mobilização. Percebe-se, no entanto, que por causa do crescimento desse tipo de violência, muitas pessoas já a vêem sob o critério da normalidade e reagem com indiferença diante de determinados casos, sem perceber a necessidade de sua superação.

9.1.3 Violência simbólica

101. Esse tipo de violência é menos perceptível no meio social, mas nem por isso seus efeitos são menos nocivos. A ação acontece por coação através da força de símbolos, situações, constrangimento, ameaças; pela exploração de fatos ou de situações; pela negação de informações ou de um bem de necessidade imediata ou irrevogável; por chantagens e pela cultura do medo, entre outras formas. Pela humilhação!

9.2 A violência no meio familiar

102. Os lares estão cada vez mais violentos. Tal realidade evidencia-se através das mais diferentes formas de violência, como:

- acidentes domésticos;
- maus tratos intencionais ou causados por negligência ou descuido;
- excesso na punição física ou simbólica;
- brigas entre casais;
- violência contra a mulher;
- agressão aos filhos;
- alcoolismo e outros tipos de dependência química;
- pedofilia e abuso sexual;
- violência contra as pessoas idosas³⁷.

9.3 A violência contra o nascituro e sua mãe

103. Atentados contra a vida de inocentes começam antes mesmo de seu nascimento e contam, em alguns casos, com a negligência ou com o amparo do Estado, como é o caso da insuficiência, em vastas regiões do país, do atendimento a gestantes, sobretudo em casos de gravidez de risco, e do aborto provocado. A fase intra-uterina e a primeira infância são fundamentais para o desenvolvimento futuro da pessoa. Muitos traumas e desvios de comportamento são provenientes de maus tratos, rejeição, subnutrição, medicação inadequada e tantas outras formas de agressão ou de descasos.

104. Há diversas formas de realizar o aborto intencional: com medicamentos, com aspiração, com curetagem, pela cesárea, etc. Mo-

³⁷ Constatam-se diversos tipos de abusos contra idosos, como abuso físico, psicológico, financeiro, sexual, negligência ou ausência de ação, provocados por familiar, amigo, vizinho, cuidador, profissional. Maus tratos na família podem acontecer em decorrência de relações familiares desgastadas pelo tempo, conflitos familiares, problemas econômicos entre outros. Em instituições próprias para idosos, pode acontecer capacitação inadequada e número insuficiente de pessoal, supervisão deficiente e trabalho isolado, entre outros (cf. CNBB. *Fraternidade e Pessoas Idosas*. CF 2003, n.211).

ral e eticamente todas as formas são igualmente graves, uma vez que todo aborto provocado nega a uma criança o direito de viver quando ela ainda não pode se fazer ouvir.

105. Eventualmente, após grande pressão, tem-se obtido autorização judicial no Brasil para realizar aborto de fetos que apresentam malformações, embora isto seja ilegal. É o aborto eugenético: recusa em aceitar os “imperfeitos”.

106. Essa temática tem exigido um grande protagonismo da parte de tantos Movimentos em Defesa da Vida e de pessoas de boa vontade, não só católicas, mas de todos os segmentos da sociedade brasileira. A CF de 2008, que abordou o tema *Fraternidade e Defesa da Vida*, com o lema *Escolhe, pois, a Vida (Dt 30,19)*, foi uma intensa oportunidade para fortalecer esse protagonismo.

9.4 Os meios de comunicação social

107. O sociólogo Johan Galtung é conhecido por ter estabelecido, no contexto das relações internacionais, a distinção entre “jornalismo pacífico” e “jornalismo de guerra”. No primeiro caso, trata-se de uma forma de jornalismo que aborda o conflito de modo a estimular a “análise conflitual”, a pesquisa de suas causas estruturais e a resposta não-violenta ao mesmo. O segundo, tradicional, toma o conflito em si mesmo, como algo dado. Depreende-se daí que os meios de comunicação tanto podem contribuir para a redução como para o aumento da violência. Contribuem para o aumento quando repassam valores que fundamentam uma sociedade violenta ou quando apelam para o sensacionalismo, como acontece com alguns apresentadores que fazem dessa prática a sua grande arma para atingir o público. Existem programas, tanto para adultos como para o público infantil, que favorecem a disseminação de uma mentalidade violenta. Além disso, os meios de comunicação social propagam a liberdade sexual exacerbada, que cria bases para o relativismo moral e abre caminho para diversificadas formas de violência.

108. Os meios de comunicação social, que têm a obrigação moral de colaborar com a construção da segurança pública, muitas vezes

fogem dessa sua responsabilidade social e contribuem para o aumento da insegurança social.

9.5 A violência e os grupos sociais

109. A convivência entre os diferentes grupos sociais nem sempre é pacífica. As diferenças existentes entre os grupos podem variar desde questões religiosas ou ideológicas até formas de compreensão do mundo. Principalmente nas grandes cidades, alguns grupos, como as gangues, são organizados em função da violência. Devemos também analisar as questões de ordem cultural, que advém das variadas hierarquias de valores e determinam modos de vida que podem gerar dificuldades de convivência entre as pessoas.

110. Outro elemento que favorece as reações violentas é o fanatismo em torno dos esportes, em especial do futebol. O ardor da torcida, o alcoolismo e o consumo de entorpecentes fazem com que torcidas organizadas tornem-se violentas como tem ocorrido. com frequência, em algumas cidades brasileiras, ocasião em que torcedores são espancados até a morte ou atingidos por tiros.

111. Os grupos sociais radicais, incapazes de um diálogo que tenha por objetivo a construção do bem comum, não colaboram com a segurança pública. Ao contrário, muitas vezes se constituem em grave ameaça para ela.

9.6 A violência do racismo

112. Uma das formas mais cruéis de racismo é a negação da sua existência quando ele existe de fato e é indisfarçável. No Brasil, o sonho nacional de um país harmonioso, sem preconceitos de raça ou de cor, ou seja, de uma sociedade em que as pessoas sejam valorizadas pelo seu conteúdo humano, e não pela aparência, é certamente o sonho da maioria dos brasileiros. Ocorre que o sonho não encontra correspondência na realidade, sobretudo na realidade dos que sofrem a discriminação. Mais cruel ainda é insistir com

os discriminados que eles não o são; ou, pior ainda: que eles é que discriminam, ou se discriminam. Argumentos retóricos falaciosos proliferam para negar o óbvio: “Quem não tem um pouco de sangue negro?”; “No Brasil, somos todos misturados”; “Aqui não tem branco nem negro; somos todos brasileiros”; “Minha tataravó era índia (ou negra)”; “Não existe racismo porque não existem raças”; “Querem nos dividir”; “Estão importando um problema que não temos”; e por aí afora. Ora, como alguém já disse, a melhor maneira de não resolver um problema, ou agravá-lo, é fingir que ele não existe, cumprindo observar que a insistência em sustentar o mito da democracia racial só faz aumentar as tensões sociais e produzir intolerância³⁸. O não reconhecimento do direito à diferença acarreta atitudes de intolerância para com aqueles que simplesmente se declaram negros ou índios. Há mesmo os que acham que todos os índios deveriam usar terno e gravata. E os que acham que os índios não são patriotas.

113. A incapacidade da convivência com o diferente, da descoberta de novos valores e da admiração da riqueza que se faz presente em outras raças e culturas torna-se cada vez mais uma ameaça à segurança pública e um caminho para o ódio, a violência e a morte. Se quisermos resolver esse problema, a preliminar é reconhecer que se trata de um problema importante, a ser enfrentado pelos brasileiros de todas as cores. Não só o racismo individual, nas relações interpessoais e sociais, mas principalmente o racismo estrutural, refletido nas barreiras da educação e do emprego. Tudo sem considerar o racismo simbólico, presente nas sutilezas e atitudes de muitas pessoas, como quando os detectores de metais dos bancos parecem detectar cores.

9.7 A violência no campo

114. Outro sério problema brasileiro é a violência no campo, que tem inclusive causado muitas mortes, principalmente nas regiões

³⁸ Sobre este assunto, veja-se: DA SILVA, J. *Violência e racismo no Rio de Janeiro*. Niterói: UFF / Eduff, 1988.

Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Entre as principais causas desta situação estão: a morosidade nos processos de reforma agrária e de assentamento; os interesses internacionais em relação à exportação da soja e ao biodiesel; a exploração predatória das florestas para o crescimento do agronegócio; os grandes latifúndios; a diminuição da agricultura familiar e de subsistência; a pouca disponibilidade de empregos; o surgimento e o crescimento de organizações de resistência; a ausência do Estado nas regiões mais interioresanas.

115. Em 2007, foram assassinadas 28 pessoas em conflitos pela terra, número menor que em 2006, quando foram registrados 39 assassinatos. Esta diminuição ocorreu porque no Pará, em 2007, registraram-se cinco mortes, enquanto, em 2006, foram registradas 24. Em contraposição a essa forte retração no Pará, no restante do país houve aumento de 50% no número dos assassinatos acontecidos em 14 estados. Em 2006, houve 39 mortes concentradas em oito estados. Isto mostra que a violência se espraia pelo Brasil, dominando novos espaços.

116. O maior crescimento da violência é verificado em relação ao número de famílias expulsas da sua terra pelo poder privado. As famílias expulsas passaram de 1.657, em 2006, para 2.711, em 2007, portanto um crescimento de mais de 100%.

FAMÍLIAS EXPULSAS		
Região	2006	2007
Centro-Oeste	0	318
Nordeste	459	491
Norte	714	757
Sudeste	95	435
Sul	49	710
Total	1.317	2.711

117. Os dados apresentados mostram que o poder do latifúndio e do agronegócio está atento e atuante, disposto a agir por conta própria caso o poder público não atenda suas reivindicações de punir os trabalhadores que se levantam na defesa de seus direitos³⁹.

118. Sem justiça no campo, não pode existir segurança. Sem segurança no campo, a sociedade estará sempre ameaçada, pois ficará marcada pelo medo e pela violência.

9.8 A violência contra os povos indígenas

119. Como já vimos (§§ 11 e 12), a violência contra os povos indígenas continua a ser uma triste realidade em nosso país. Ela abrange, basicamente, quatro elementos:

1. Violência contra o patrimônio indígena;
2. Violência contra a pessoa praticada por particulares e agentes do poder público;
3. Violências provocadas por omissões do poder público;
4. Violência contra povos indígenas isolados e de pouco contato.

9.9 A violência no trânsito

120. Outro sério problema é a violência no trânsito que, no Brasil, causa mais mortes do que muitas guerras no exterior. O aumento considerável de veículos nas vias públicas; a ausência de um controle mais eficaz por parte do poder público; o despreparo de motoristas, motociclistas e pedestres; as brigas por causa de pequenos acidentes ou situações resultantes de despreparo ou descuido; o péssimo estado de conservação das rodovias e da respectiva sinalização; o uso do álcool e de entorpecentes; a falta de investimento em educação e em segurança no trânsito são importante elementos que devem ser abordados ao se tratar desse problema.

³⁹ <http://www.cptnac.com.br/?system=news&eid=6>.

A tudo isso soma-se ainda o estresse gerado pelas grandes cidades e agravado por grandes congestionamentos que predispõem os motoristas, motociclistas e pedestres a procurarem as soluções mais fáceis, porém nem sempre as mais seguras, para evitar as dificuldades de locomoção.

121. A violência no trânsito e a dependência dos meios de transporte, principalmente nas grandes cidades, diminuem cada vez mais a possibilidade de uma vida segura, ampliam os riscos para a vida e para a integridade física e contribuem para o aumento da violência nos relacionamentos entre as pessoas. Com a edição recente lei anti-álcool, nº 11.705, de 20 de junho de 2008, a chamada “Lei de Tolerância Zero”, e a intensificação da fiscalização, abriu-se a perspectiva de que a violência no trânsito e os acidentes diminuam consideravelmente.

9.10 A violência contra a natureza

122. O meio ambiente também tem sido alvo da violência das pessoas. A exploração econômica sem critérios, a depredação da natureza, a situação em que se encontram as florestas, a poluição dos rios e das águas em geral, a contaminação do ar, a extinção de espécies vegetais e animais são resultantes da ação predatória dos seres humanos, são sintomas de grave doença que avança sobre nossa civilização.

123. Hoje, estamos sofrendo sérias consequências das ações contra o meio ambiente como o efeito estufa, o aquecimento global, a indisponibilidade cada vez maior de água potável e o aumento dos diversos tipos de poluição nas grandes cidades. Tudo isso gera medo crescente em relação ao futuro e ao agravamento dessas consequências, o próprio planeta torna-se inseguro para todos.

9.11 A violência contra os defensores de direitos humanos

124. Há pessoas de boa vontade que lutam para diminuir a violência. Organizadas em diferentes frentes de atuação, como o

mapeamento e denúncia de trabalho escravo, do tráfico de pessoas, da exploração sexual de menores, da violência contra a mulher, das agressões a minorias, de práticas de torturas e espancamentos de presos e muito mais. Essas pessoas abnegadas nem sempre são aceitas. A sociedade não compreende, por exemplo, que se uma pessoa tornou-se criminoso porque desrespeitou os direitos humanos, desrespeitar os direitos humanos do presidiário é igualmente um crime e iguala uns e outros na delinquência. Além disso, os defensores dos direitos humanos, com frequência, mexem com interesses e causas de poderosos.

125. A mesma sociedade não percebe que, se é justo que quem cometeu um delito seja privado do seu direito de ir e vir e de alguns outros direitos sociais e econômicos, não é justo que seja privado de seus direitos fundamentais como pessoa humana. Assim, muitos apóiam grupos de extermínio que, por sua vez, fazem uso do terror como instrumento de afirmação de sua existência, buscando parecer que são mais poderosos do que realmente são. As ações dessas quadrilhas de criminosos buscam impressionar outros grupos como uma estratégia de atração de novos integrantes. Infelizmente, suas ações colocam em risco a vida de civis e policiais⁴⁰.

126. As organizações que lutam pelos direitos humanos procuram resgatar esses direitos fora do universo da criminalidade. Sofrem, porém, violência constante, seja da parte de policiais e agentes penitenciários mal preparados, seja da parte de parentes e amigos de vítimas do crime, que confundem justiça com vingança e não são capazes de pensar na superação dos problemas sem desrespeito à pessoa humana.

9.12 A violência Policial e a violência contra os policiais

127. Os policiais, com frequência, vivem em um universo violento, seja na realização de trabalhos comunitários, seja na luta contra a

⁴⁰ Para maiores informações, ler: MUNIZ, J. & PROENÇA JR, D. *Onda de ataques no Rio de Janeiro - pequenas notas*.

violência. Muitos são causa dela, chegando a atitudes extremadas, inclusive provocando a morte de pessoas inocentes. Isto se evidencia em diversas situações que geraram processos disciplinares e criminais, muitas vezes com condenações, mas outras vezes com impunidade. Há também o problema da extorsão praticada por determinados policiais e o uso do *status* policial em benefício próprio, o que gera sempre desconfiança em relação à autoridade da polícia como um todo. Nesses casos, têm fundamental importância as ouvidorias e corregedorias externas e autônomas para o controle das polícias e a superação de problemas dessa natureza.

128. Por outro lado, os policiais em geral sofrem com a violência. Além de serem vítimas da ação de bandidos, padecem outros tipos de vitimização, a começar pela resultante das generalizações, a partir de atos de corrupção ou de violência praticados por maus policiais sem que se considerem os milhares de bons atendimentos à população. E sem que se faça caso das centenas de policiais mortos e feridos em defesa da sociedade. Não raro são vítimas daqueles que, dentro e fora das corporações, depois de os induzirem a ações violentas – que acabam por levá-los à prisão (como presos), à morte, à paraplegia – , ajudam a execrá-los publicamente, transformando-os em bodes expiatórios do sistema. Policiais morrem às centenas no Brasil, em boa parte em consequência dos apelos apaixonados pelo confronto armado, sem que se busquem os responsáveis (em termos políticos e gerenciais) por isso. Sofrem violência, principalmente simbólica por parte da própria organização policial e do Estado. Tudo sem contar as doenças profissionais, como é o caso do stress⁴¹.

129. É necessário também considerar o problema da baixa remuneração dos policiais. Que segurança pode proporcionar à população alguém que não tem a sua segurança garantida pelo Estado, nem mesmo a segurança financeira? Alguém que sai para o trabalho sabendo que seus filhos não têm as necessidades básicas atendidas

⁴¹ DA SILVA, J., *Criminologia Crítica – Segurança Pública* p.p. 527-39.

em razão do seu baixíssimo salário, sobretudo em se tratando daqueles que estão em permanente contato, nas ruas, com a população? Daí o fato de muitos procurarem outras ocupações durante a folga para aumentar a renda, o que resulta em estafa e prejudica a satisfação das suas necessidades pessoais com sérios reflexos no exercício do seu trabalho. No limite, a baixa remuneração acaba abrindo caminho para desvios de conduta.

10. Violência, corrupção e injustiça social

130. Uma grave fonte de conflitos é a injustiça social, que tem forte incidência no Brasil e manifesta-se de diferentes formas como a concentração de renda, a não satisfação das necessidades básicas de grande parte da população e o processo cada vez mais crescente de exclusão social, cada dia com novos desdobramentos.

131. Parcelas consideráveis da população convivem, diariamente, com a falta dos recursos básicos para uma vida digna e, até mesmo, para a própria sobrevivência. Os programas públicos de seguridade social, um ganho dos trabalhadores ao longo do tempo, são frequentemente menosprezados pelos Estados, que tendem a deles se “desonerar” para aumentar seus cofres em vista de outros fins. Com isso, ao mesmo tempo em que são conquistados avanços econômicos e tecnológicos, acontecem recuos em relação às conquistas sociais.

132. Escândalos de corrupção multiplicam-se. Basta citar as falências bancárias, em especial do Banco Nacional, do Banco Santos e do Banco Econômico; o caso do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO; o Valerioduto, o caso conhecido como Sanguessuga. Tudo isso gera, na população, um perigoso descrédito diante das instituições.

133. A injustiça social muitas vezes cria ocasiões de busca de justiça pelas próprias mãos, sem respeito à lei, como exemplificam os jagunços e as milícias presentes nas favelas. Por falta de oportunidades e até de amparo legal, a luta pela igualdade social segue, muitas vezes, o caminho da ilegalidade.

11. A violência explícita

134. Existem determinadas situações de violência que, embora formalmente condenadas, entraram no critério de normalidade, de tal modo que são praticadas quase impunemente, algumas contando com a conivência das autoridades e da sociedade em geral.

11.1 O universo das drogas

135. Cabe aqui uma consideração sobre o narcotráfico, cujas redes permeiam todo o planeta, movimentando valores estimados em torno de US\$ 400 bilhões por ano. Apesar de sua clandestinidade, seu poder alcança muita gente, que atua tanto na fase de produção e de industrialização, quanto nos inúmeros depósitos de distribuição.

136. A mídia já fez muitas reportagens sobre o domínio desse comércio, que hoje é um dos setores que oferece melhores salários. Sua imensa malha integra produtores, agentes financeiros, traficantes e consumidores. Enquanto os poderosos chefes dessa rede dispõem de muitos meios para escapar da repressão policial, inclusive fazendo a “lavagem de dinheiro”, que lhe dá a aparência de comércio legal, os pequenos traficantes de droga acabam atrás das grades ou mortos nos becos das nossas cidades. Apenas os usuários não podem mais ser presos. Constitui-se assim um círculo vicioso e maldito.

137. Os excluídos da sociedade de mercado acabam por ser as pessoas mais expostas à violência do narcotráfico. As chacinas e os conflitos entre gangues nas grandes cidades, a guerra pelo controle do tráfico, as manobras de introdução da droga nas escolas e em lugares de lazer, a precariedade explosiva do sistema carcerário mostram estampada nos corpos das vítimas a sua origem social.

138. O país, os estados, os municípios, os bairros, as ruas e os lares estão, de algum modo, conectados a esse vasto sistema das drogas. Ao contrário da imagem corrente do “mundo das drogas” como um mundo à parte, freqüentado apenas por marginais e pessoas

discriminadas socialmente, são muitos os fios de conexão entre o sistema das drogas e a sociedade em geral.

139. Essa conexão fica mais clara quando se levam em conta todas as conseqüências diretas e indiretas do tráfico e do consumo de drogas. Mesmo pessoas que nunca consumiram drogas tornam-se vítimas delas quando são assaltadas por pessoas sob efeito de drogas ou que roubam para comprar drogas, quando sofrem a violência que cerca as bocas de fumo, quando sofrem acidente de trânsito por causa de motoristas embriagados, quando são governadas por políticos eleitos com dinheiro do narcotráfico e com ele comprometidos... A lista vai longe... O sistema das drogas causa muito mais vítimas do que parece à primeira vista. Não apenas o tóxico-dependente, mas de algum modo, todos são vítimas de sua ação anti-social. Todo este universo atenta contra a segurança pública e desafia a sociedade como um todo.

11.2 O tráfico humano⁴²

140. O tráfico de pessoas para fins de exploração sexual ou trabalho escravo é uma triste realidade que movimentava anualmente grandes somas de dinheiro⁴³. Hoje, o tráfico de seres humanos só perde em rentabilidade para o comércio ilegal de drogas e armas, embora estudos comprovem que, em muitos casos, eles estão associados. Segundo as Nações Unidas, a questão da exploração humana diz respeito tanto às nações mais pobres, quanto às mais ricas, que constituem o principal mercado consumidor.

141. O tráfico de seres humanos aumentou em todo o mundo nos últimos anos, principalmente nos países do antigo bloco socialista europeu. Das dez nações com maior número de vítimas, seis são do leste da Europa (Rússia, Ucrânia, Moldávia, Romênia, Albânia

⁴² www.onu-brasil.org.br/view_news.php?id=508.

⁴³ De acordo com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes, as redes criminosas que traficam seres humanos lucram até US\$ 9 bilhões por ano, o equivalente atualmente a cerca de R\$ 15 bilhões de reais.

e Bielorrússia), três da Ásia (China, Mianmar e Tailândia) e uma da África (Nigéria). Os destinos mais freqüentes das pessoas aliciadas concentram-se nos países desenvolvidos. De acordo com as Nações Unidas, seis dos principais rumos das vítimas estão na Europa (Alemanha, Itália, Holanda, Grécia, Bélgica e Turquia), dois na Ásia (Japão e Índia) e um na América do Norte (Estados Unidos).

142. A escandalosa organização do **tráfico de pessoas** para fins de exploração de trabalho ou de exploração sexual revela o rosto sofrido, especialmente, de crianças, adolescentes e mulheres. A Organização Internacional do Trabalho estima que 43% das vítimas sejam subjugadas para exploração sexual e 32% para exploração econômica. De acordo com a UN.GIFT, o Brasil ocupa o terceiro lugar no *ranking* dos países latino-americanos exportadores de pessoas para esse fim, precedido por República Dominicana e Colômbia.

143. O **tráfico de pessoas** desenha uma rota na qual se percebe a relação entre a falta de oportunidade de emprego e esse tipo de prática. As mulheres e adolescentes aliciadas por quadrilhas internacionais saem principalmente das cidades litorâneas, mas há também registros consideráveis de casos nos Estados de Goiás, São Paulo, Minas Gerais e Pará com rota para o Amapá e o Suriname. Os destinos principais são a Europa (com destaque para a Itália, Espanha e, mais recentemente, Portugal) e países da América Latina (como Paraguai, Suriname, Venezuela e República Dominicana, sendo que esta última é lugar de passagem para outros centros).

11.3 A exploração sexual

144. Com toda a crueldade e violência que a acompanha, a **prostituição infantil** assume, no Brasil, dimensões e características estarrecedoras. Na expressão de uma promotora do Ministério Público do Pará, *“são coisas tão bárbaras que, se não existissem vídeos e fotografias, não daria para acreditar que um ser humano possa fazer isso com uma criança”*⁴⁴.

⁴⁴ “O Estado de São Paulo”, 23/04/99.

145. O que torna o problema ainda mais dramático é o fato de ele vir se alastrando de Norte a Sul do Brasil. Em Santana do Araguaia - PA, na fronteira entre os Estados do Pará e Mato Grosso, no Xapuri - AC, na Paraíba. Devido à seca, crianças e adolescentes da região do Cariri - CE, usam os postos de gasolina localizados na BR - 230 como pontos de prostituição e porta de saída do sertão⁴⁵. O Rio de Janeiro - RJ já ocupa o segundo lugar no *ranking* nacional das denúncias de exploração sexual que chegam até o Ministério da Justiça⁴⁶, depois de São Paulo, que tem o recorde de denúncias de prostituição infantil. O problema cresce no interior, por exemplo, em Campinas - SP. Em Foz do Iguaçu - PR, conforme noticiou o Jornal "O Globo" de 31 de março de 1997, a maioria das boates e bares funcionaria como ponto de prostituição infantil, importando do Sul do país meninas menores de idade, que trabalham disfarçadas de cozinheiras ou de ajudantes de cozinha⁴⁷.

146. Marginalizam-se as prostitutas, mas não os que se dedicam à prática do lenocínio (crime contra os costumes, caracterizado sobretudo pelo fato de se prestar assistência à libidinagem alheia, ou dela se tirar proveito)⁴⁸, usando-as e auferindo lucros com sua atividade. Elas estão expostas a doenças e todo tipo de abuso. Muitas escondem dos filhos o seu meio de vida, pela forte carga de rejeição que virá dessa revelação. Mesmo as que conseguem mudar de vida enfrentam a barreira do preconceito.

147. Fala-se e escreve-se muito sobre o "problema das prostitutas"; não se costuma tocar no problema da deformação moral de quem compra um corpo humano por dinheiro e muito pouco se faz para educar quem procura satisfação nesse tipo de comércio. A prostituição masculina é menos mencionada, mas se torna cada dia mais visível. A prostituição pode ser constatada nas ruas e está exposta, de forma mais sofisticada, nos classificados dos jornais:

⁴⁵ "O Estado de São Paulo", 29/07/93.

⁴⁶ "O Globo", 03/05/98.

⁴⁷ "O Globo", 31/03/97.

⁴⁸ FERREIRA, A. B. H. *Opus cit.* p 1200. Verbete lenocínio.

homens e mulheres oferecem seus serviços sexuais explicitamente a quem quiser pagar, com apelos semelhantes aos que são usados para anunciar outras “mercadorias”.

148. As causas diretas e indiretas desse problema são muitas. Costuma-se apontar as causas que motivam o comportamento daquelas e daqueles que se prostituem: pobreza, violência familiar, despreparo para a vida, experiências sexuais traumáticas etc. Mas há também causas mais gerais, presentes no conjunto da sociedade: machismo, desvalorização do trabalho, exaltação do hedonismo exacerbado, falta de educação para o amor, variadas formas de coisificação da pessoa humana.

11.4 A violência no mundo do trabalho

149. Em pleno final de século XX, havia trabalhadores escravizados no Brasil. Em 1993, a Organização Internacional do Trabalho. OIT, disse que o Brasil era um dos nove países do mundo com problemas sérios de escravidão, sob a forma de “cativeiro da dívida”⁴⁹. A organização inglesa ‘Anti-escravidão Internacional’ denunciou, nesse mesmo ano, que a escravidão de trabalhadores no Brasil não era prática esporádica nem se restringia apenas a alguns setores da economia.

150. Segundo essa ONG, na maioria dos casos os trabalhadores são obrigados a contrair dívidas que nunca podem pagar e, por causa dessas dívidas, são obrigados a trabalhar de graça, num regime de quase escravidão⁵⁰. Foram muitos, em 1998, os casos de escravidão que as autoridades descobriram nas mais variadas regiões do Brasil.

151. Juntamente com a escravidão de adultos, emerge a iniquidade do trabalho infantil. Segundo a OIT, havia no Brasil em 1996 uma mão-de-obra invisível, um silencioso exército de 7,5 milhões de crianças e adolescentes trabalhando como adultos. Há testemu-

⁴⁹ “Folha de São Paulo”, 09/03/93.

⁵⁰ “O Globo”, 11/08/93.

nhos de fiscais que já presenciaram crianças de chupeta na boca com uma enxada na mão. Não é apenas um problema brasileiro. A OIT denunciou a existência de 250 milhões de crianças e adolescentes trabalhando em condições precárias especialmente nos países em desenvolvimento. Na América Latina, o Brasil só fica atrás de Guatemala e Haiti nessa triste estatística⁵¹.

152. Não se trata aqui de uma ajuda mais ou menos normal e até certo ponto educativa que crianças poderiam dar à família. Existem ajudas que não impedem que as crianças freqüentem a escola, não tiram os direitos inerentes à infância, como brincar, e até podem contribuir para sua educação e integração social.

153. É aqui denunciado “um eterno ciclo, em que a pobreza puxa mais pobreza e criança é condenada a carregar problemas e tarefas de adultos. Os pais levam uma vida infeliz trabalhando como condenados e agora, por força do próprio mercado e por exigência de empresas, são obrigados a submeterem seus filhos ao mesmo drama por falta de perspectivas melhores”⁵². Os próprios pais testemunham: “As crianças ficam muito escravizadas. Às vezes, eu via a caçula fazendo aquele serviço e pensava que aquilo não era vida. Mas a gente precisava do dinheiro e não tinha outra alternativa”⁵³.

12. Políticas públicas de segurança

154. “O crime e a violência são fenômenos sócio-políticos, presentes em qualquer sociedade, e não uma patologia a ser extirpada a qualquer custo. O seu enfrentamento há de ser feito em conjunto pelo poder público e pela sociedade civil”⁵⁴. Um dos elementos principais que devem ser abordados com referência à segurança é a questão das políticas públicas. “Públicas” no sentido do atendimento dos anseios dos diferentes segmentos da sociedade, de

⁵¹ “O Globo”, 11/08/96.

⁵² “O Globo”, 12/04/98.

⁵³ “O Globo”, 09/06/96.

⁵⁴ Da Silva, J. *Op. Cit.*, p. 113.

modo a promover a inclusão social, e não políticas governamentais de cunho particularista, que respondam apenas aos interesses de setores com mais poder e voz.

12.1 Políticas de prevenção ao crime

155. Algo difícil de entender é que a repressão policial-penal desdobra-se das políticas de prevenção. Cabem medidas em três frentes principais, como recomendam os criminologistas: (a) prevenção primária; (b) prevenção secundária; e (c) prevenção terciária.

12.1.1 Prevenção primária

156. Destina-se a EVITAR o cometimento de crimes. Dirige-se a todos os cidadãos por meio de programas de prevenção. Volta-se principalmente para os jovens em situação de risco, articuladamente com a sociedade civil e as comunidades. Visa a aumentar o capital humano e social das comunidades, a melhorar as condições de sociabilidade e do ambiente. Investe em valores positivos: família, escola, religião etc. Espera-se o envolvimento do poder público, das organizações da sociedade civil – em especial dos meios de comunicação –, das comunidades e dos cidadãos individualmente.

12.1.2 Prevenção Secundária

157. Destina-se a REPRIMIR, partindo do princípio de que a segurança primária falhou e precisa ser implementada ou melhorada. Atua onde os conflitos se manifestam concretamente. Tem a ver com a política legislativa, com a atuação do sistema penal como um todo (justiça criminal, ministério público, advogados criminais, subsistema prisional, advogados criminais), mas principalmente com a atuação da polícia, a qual deve atuar com profissionalismo, aplicando-se na utilização dos princípios da inteligência policial e da chamada polícia comunitária.

12.1.3 Prevenção terciária

158. Destina-se a RECUPERAR. Atua junto aos reclusos e todos aqueles que, de alguma forma, foram colhidos pelo sistema penal, oferecendo-lhes oportunidades de recuperação e ressocialização. Compreende ações e programas sob a responsabilidade do poder público, mas também programas desenvolvidos pela sociedade civil.

12.2 Espaços de controle social e elaboração da política

159. Uma boa gestão na área da segurança pública envolve o diagnóstico, o planejamento, a execução, a avaliação e uma boa estrutura organizacional. Uma boa base de dados e um sistema de informação capaz de analisar e interpretar corretamente esses dados constituem condição fundamental para a realização do diagnóstico, o que não existe se não houver transparência e divulgação regular das informações, segundo critérios científicos. O planejamento, que deve acontecer nos níveis comunitário, municipal, regional, estadual e federal, da forma mais participativa possível, deve ter como ponto de partida o diagnóstico e ser um processo constante, ou seja, sua execução precisa ser acompanhada e seus resultados sempre avaliados. Corrijam-se as distorções, melhore-se a qualidade do trabalho e garanta-se que todos os elementos envolvidos no processo concorram eficazmente para que os objetivos sejam plenamente atingidos.

160. Nesta gestão devem ser envolvidos os poderes públicos – Legislativo, Executivo e Judiciário – pois a segurança pública é uma questão sócio-política que envolve a todos. A sociedade civil também deve ser envolvida. Nenhum elemento da sociedade organizada pode ser excluído do processo ou eximir-se de sua responsabilidade. Sendo assim, também se envolvam, no empreendimento da segurança pública, os conselhos paritários, os sindicatos, as entidades de classe, as organizações não governamentais, as associações de moradores, as ONGs, os conselhos comunitários, as Igrejas, etc. e criem-se mecanismos para sua participação na gestão da segurança pública.

12.3 As responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios⁵⁵

161. O Estado tem legitimidade social na medida em que se constitui em agente de satisfação de direitos da cidadania. O instrumento propício para tal são as políticas públicas. Recuperar a capacidade de investimento público em políticas de promoção da cidadania, para além do atendimento às populações historicamente vulneráveis ou desajustadas ao mercado, é tarefa primeira do Estado.

162. Quem tem direito de cidadania é usuário de serviços e sujeito de deveres. Além de desfrutar dos direitos, tem a obrigação de intervir positivamente em seu controle e direcionamento. Neste sentido, aprimorar os canais e os espaços de participação direta – definição do orçamento, de políticas e programas públicos – e de controle social – conselhos, conferências e outros – incidem diretamente no desenvolvimento dos direitos humanos e no exercício da cidadania.

163. Historicamente a questão da segurança pública tem sido tratada de forma corporativa, fragmentada e pontual. Para uma política nacional de segurança não é suficiente delegar aos Estados a tarefa de enfrentar a questão, mas é necessária uma ação coordenada e com papéis definidos dos Governos Federal, Estaduais e Municipais. Isto implica entender o sistema da segurança pública não como a organização dos meios exclusivos e de força para lançar mão do controle dos conflitos, mas como satisfação de um direito.

164. Sob esse entendimento, a orientação da política de segurança pública deixará de ser investimento em polícia, estritamente, e haverá de passar a ser investimento no desenvolvimento de condições para tratamento político dos conflitos sociais, de forma democrática e participativa, comunitária e cidadã. “Uma segurança autêntica pode se alcançar somente pelo trabalho com as comunidades com o fim de proteger todos os seus direitos, combinando uma permanente e respeitosa presença da polícia com uma política de programas de investimento social”⁵⁶.

⁵⁵ MNDH, *Segurança pública e direitos humanos*. www.mndh.org.br.

⁵⁶ Amnesty International Press Release AMR 19/015/2007 – News Service n 129 – 6/7/07
Brazil: Government must work with communities to tackle security crisis.

165. Independentemente da necessidade de articulação dos órgãos das diferentes esferas federativas, impõe-se que sejam aclaradas as responsabilidades específicas da União, dos Estados e dos Municípios (e dos diferentes Poderes) na luta contra o crime e a violência. Se, por exemplo, importa enfrentar o problema das drogas ilícitas, é reducionismo grosseiro imaginar que essa luta há de ser feita na ponta da linha tão-somente, como tem sido a tônica. É preciso ter em mente que, antes de chegar aos pontos de distribuição locais no varejo, as drogas, as metralhadoras e os fuzis preferidos pelos bandidos entram no Brasil por aeroportos (oficiais e clandestinos), baías, portos e fronteiras terrestres. E que não se adquirem armas e drogas no exterior em reais, o que indica forte ligação do submundo com sistemas legais. E que, se o número de consumidores de drogas aumenta no País, é certo que políticas nacionais de prevenção são necessárias. Estes, antes de serem problemas dos Estados e dos Municípios, são de responsabilidade da União, que ainda não possui um Plano articulador de seus diferentes órgãos e agências.

166. Em diversos momentos, o Governo Federal preocupou-se com a questão da articulação dos diferentes entes federativos. Já tivemos, no início da Nova República, o chamado “Mutirão Contra a Violência”, cuja tônica era a articulação federativa. Em 2000, foi lançado pelo Governo o “Plano Nacional de Segurança Pública”, com a mesma preocupação, e em 2003 o SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), este bem mais ambicioso⁵⁷, complementado pelo PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania). Tais planos, inobstante a clara sinalização para a necessidade de articulação entre os governos federal, estaduais e municipais, não especificaram quais seriam as incumbências da União, sobretudo as do Governo Federal, no empreendimento da segurança da população e da luta contra a criminalidade. Diante dos macroproblemas apontados no tópico precedente, não se compreende, por exemplo, que setores importantes da sociedade continuem a clamar pelo emprego das Forças Armadas como polícia urbana, desviando-as da sua missão constitucional.

⁵⁷ www.forumseguranca.org.br/artigos/pronasci.

12.4 O Instituto Médico Legal – IML e a Polícia Científica

167. O IML presta serviços de Polícia Científica na área de Medicina Legal. Realiza perícias médico-legais em cadáveres, partes de corpos, ossadas completas ou não, e também em pessoas vivas, além de exames complementares (laboratoriais) nas áreas de anatomia patológica, toxicologia, química legal e sexologia forense, requisitadas por autoridades policiais e judiciárias, necessárias ao esclarecimento dos processos policiais, judiciários e administrativos.

168. Por serem serviços técnico-científicos à disposição especialmente da Polícia e do Judiciário, o IML e a Polícia Científica emitem laudos sigilosos que representam peças fundamentais nas investigações, inquéritos policiais e demais encaminhamentos jurídicos⁵⁸. O fato do IML e da Polícia Científica prestarem um serviço técnico exige independência para que possam exercer sua função de modo objetivo, sem serem condicionados por interesses institucionais, particulares ou políticos.

12.5 Responsabilidade do Poder Público⁵⁹

169. Os encargos da União são:

- combate ao narcotráfico, o contrabando e a transgressão à Lei;
- policiamento das rodovias e ferrovias federais, com foco também no crime;;
- vigilância de florestas, parques nacionais e meio ambiente;
- manutenção de presídios federais;
- vigilância de bens, serviços e instalações federais;
- vigilância (ostensiva), do ponto de vista militar de defesa, das fronteiras terrestres, costeiras, marítimas e aéreas;
- patrulhamento, do ponto de vista policial, dos pontos de en-

⁵⁸ www.pr.gov.br/iml/oque.html.

⁵⁹ Da Silva, j. *Op. Cit.*, p. 118-120.

trada e saída, oficiais e clandestinos, das fronteiras terrestres, costeiras, marítimas e aéreas,

170. Os órgãos de que a União dispõe para a realização de suas atribuições são:

- Polícia Federal;
- Polícia Rodoviária Federal
- Guardas Federais:
 - ✓ de vigilância ostensiva: Florestal e de Meio Ambiente, Penitenciária;
 - ✓ de vigilância territorial;
 - ✓ de patrulhamento policial com vistas ao crime.

171. Os encargos dos Estados são:

- atividades policiais estaduais, ostensivas e judiciárias, como atualmente previsto para a Polícia Civil e para a Polícia Militar;
- atividades de bombeiros e de defesa civil estadual, como atribuído hoje aos corpos de bombeiros militares;
- policiamento das rodovias e ferrovias estaduais (no caso das rodovias e ferrovias federais, concorrentemente com a União ou em convênio com ela);
- vigilância das florestas, parques estaduais e meio ambiente;
- segurança de presídios estaduais;
- vigilância de bens, serviços e instalações estaduais.

172. Os órgãos de que os Estados dispõem para a realização de suas atribuições são:

- Polícia Estadual:
 - ✓ Polícia Civil (“polícia judiciária e a apuração das infrações penais”);
 - ✓ Polícia Militar (“polícia ostensiva e preservação da ordem pública”);
- Corpo de Bombeiros;
- Guarda Penitenciária.

173. Os encargos dos Municípios são:

- vigilância de prédios, imóveis e instalações municipais;
- vigilância de praças, parques e jardins;
- proteção dos serviços municipais;
- atividades de trânsito nas vias municipais;
- vigilância de recursos naturais, do patrimônio histórico e do meio ambiente;
- atividades de defesa civil municipal;
- segurança da administração do Município em geral e do Legislativo municipal.

174. Os órgãos de que os Municípios dispõem para a realização de suas atribuições são:

- Guarda Municipal (facultativo);
- Corpo de Bombeiros Municipal (facultativo).

13. Sistema de garantia e defesa de direitos⁶⁰

175. A principal razão de existência da força pública de segurança é a garantia dos direitos humanos. Os operadores do sistema de segurança devem, portanto, ser promotores dos direitos humanos, para garantir a Segurança Pública como ordem. Isto é fundamental para assegurar e elevar a qualidade de vida; para promover a igualdade; para ampliar o espaço de cidadania; para a superação do medo, do ódio, da falta de respeito e também para a superação da lógica da vingança, da resolução de conflitos pela própria força, da hostilidade, da prática da tortura. É necessário, portanto, desenvolver programas de mediação de conflitos para vencer a lógica da violência como elemento natural.

176. Para exercer a função pedagógica que esses programas exigem, é preciso alterar a lógica de funcionamento, pois só essa

⁶⁰ MNDH, *Segurança pública e direitos humanos*. www.mndh.org.br.

profunda alteração possibilitará às polícias e guardas cumprirem seu papel de protagonistas da realização de direitos humanos para todos e todas. Neste sentido, a Constituição Federal de 1988, art. 144, chama os órgãos da segurança pública – as polícias e as guardas – de instituições democráticas, conforme o Título V, no qual estão inseridos. É também neste sentido que as polícias devem cumprir seu ciclo de atuação – prevenção, investigação, julgamento e prisão.

177. Algo de que se costuma esquecer quando se fala em segurança pública são as guardas penitenciárias. Estas devem ser profissionalizadas e organizadas em carreira. Não se pode conceber que as delegacias de polícia continuem a funcionar como presídios, como ainda acontece em grande parte do País, o que desvia os policiais civis da sua função.

178. As polícias e as guardas, como instituições democráticas, têm a prerrogativa de usar a força, de trabalhar a persuasão e a repressão, de conter desvios individuais e grupais que atacam os direitos e as garantias do conjunto da sociedade e das pessoas, mas preservando a vida, o respeito à lei e à dignidade humana, as diferenças culturais.

14. Sinais de esperança

179. É importante ressaltar os avanços que estão acontecendo na área da segurança pública, principalmente a partir da tomada de consciência a respeito da dignidade humana e de seus direitos. Essa consciência vem fundamentando iniciativas solidárias e de transformação social. Quando tal consciência alia-se à fé, os avanços tornam-se maiores, como percebemos a partir da ação pastoral da Igreja.

14.1 Ação solidária e proteção social

180. Diversas entidades e organizações sociais têm se preocupado com a questão da segurança pública, principalmente no que diz

respeito à prevenção da violência, à minimização dos seus efeitos e à solidariedade com as suas vítimas. Existem entidades que trabalham basicamente na área de promoção da justiça e de defesa dos direitos. Outras trabalham na área da prevenção da violência, através de ações educativas e de lazer, principalmente com os membros de grupos de risco. Ainda outras trabalham, basicamente, através da solidariedade com as vítimas da violência.

14.2 Ação sócio-transformadora

181. Existem entidades e organizações que atuam no combate à injustiça social institucionalizada e na sócio-transformação. É o caso daquelas que trabalham com a formação da consciência das pessoas e com a organização da sociedade para que aconteça o protagonismo na luta por direitos e por uma nova ordem social fundamentada em uma hierarquia de valores, em cujo topo está a pessoa humana e sua dignidade. A partir desse trabalho, vemos o surgimento de organizações específicas de resistência e luta por direitos que, sem o uso da violência, mas a partir dos mecanismos da sociedade democrática, promovem a transformação social.

14.3 Ação pastoral da Igreja

182. A Campanha da Fraternidade muito já contribuiu para a conquista da segurança pública. Ao analisarmos sua história, saltam a nossos olhos a quantidade e a abrangência das Campanhas da Fraternidade que possibilitaram uma vida melhor e mais segura, como mostram os parágrafos que seguem.

183. As campanhas de 1974 (Fraternidade e vida – *Onde está teu irmão*), 1984 (Fraternidade e vida – *Para que todos tenham vida*), 1995 (A fraternidade e os excluídos – *Eras Tu, Senhor?*), 2000 (Dignidade humana e paz – *Novo milênio sem exclusões*), e 2005 (Solidariedade e paz – *Felizes os que promovem a paz*) discutiram o problema da vida e da justiça social, a ameaça à vida e a necessidade de uma sociedade mais justa e mais segura.

184. As campanhas de 1978 (Fraternidade no mundo do trabalho – *Trabalho e justiça para todos*), 1991 (Fraternidade e o mundo do trabalho – *Solidários na dignidade do trabalho*) e 1999 (Fraternidade e os desempregados – *Sem trabalho... Por quê?*) abordaram os diferentes problemas referentes ao universo do trabalhador, denunciando profeticamente as injustiças presentes nesse universo e contribuindo para que o trabalho se tornasse mais humano e mais seguro.

185. As campanhas de 1980 (Fraternidade no mundo das migrações – *Exigências da eucaristia – Para onde vais?*), 1983 (Fraternidade e violência – *Fraternidade sim, violência não*), 1986 (Fraternidade e terra – *Terra de Deus, terra de irmãos*), 1989 (A fraternidade e a comunicação – *Comunicação para a verdade e a paz*), 1993 (Fraternidade e moradia – *Onde moras?*), 1996 (A fraternidade e a política – *Justiça e paz se abraçarão!*) e 2001 (*Vida sim, drogas não*) denunciaram os graves problemas da realidade brasileira e buscaram sua superação como caminho da paz, contribuindo, pois, para a segurança pública.

186. As campanhas de 1987 (A fraternidade e o menor – *Quem acolhe o menor, a Mim acolhe*), 1988 (A fraternidade e o negro – *Ouvi o clamor deste povo*), 1990 (A fraternidade e a mulher – *Mulher e homem, imagem de Deus*), 1997 (A fraternidade e os encarcerados – *Cristo liberta de todas as prisões!*), 2002 (Fraternidade e povos indígenas – *Por uma terra sem males!*), 2003 (Fraternidade e pessoas idosas – *Vida, dignidade e esperança!*) e 2006 (Fraternidade e pessoas com deficiência – *Levanta-te, vem para o meio [Mc 3, 3]*) analisaram as dificuldades e injustiças contra a pessoa humana nas suas mais diferentes condições e apresentaram propostas de novos relacionamentos que garantissem a paz e o respeito à dignidade humana.

187. As Campanhas de 1979 (Por um mundo mais humano – *Preserve o que é de todos*), 2004 (Fraternidade e água – *Água, fonte de vida*) e 2007 (Fraternidade e Amazônia – *Vida e missão neste chão*) denunciaram os problemas que dizem respeito ao meio ambiente.

188. As campanhas de 1981 (Saúde e fraternidade – *Saúde para todos*), 1982 (Educação e fraternidade – *A verdade vos libertará*) e 1998 (A fraternidade e a educação – *A serviço da vida e da esperança!*) mos-

traram necessidades básicas não satisfeitas de tantas pessoas, denunciando suas causas e propondo a superação dos problemas.

189. Merece especial destaque a Campanha da Fraternidade de 2008 (Fraternidade e defesa da vida – *Escolhe, pois a vida [Dt 30, 19]*) que enfrentou questões muito sérias no que diz respeito à segurança pública e à cultura da vida, como o problema da juventude, as crises familiares, o mundo das prisões que se tornam escolas do crime e revelam a incapacidade de reeducação por parte do sistema previdenciário, o aborto, o suicídio, a eutanásia, a distanásia, a mistanásia, a violência urbana, o tráfico de drogas, os preconceitos contra a pobreza e a ecologia.

190. A ação pastoral da Igreja em vista da segurança pública acontece basicamente a partir das seguintes ações:

- formação da consciência para novos valores – que tem seu início com o processo catequético e acompanha o cristão na sua vida eclesial. Essa formação tem por finalidade gerar comportamentos compatíveis com os valores do Reino de Deus, condição fundamental para que haja uma sociedade de paz;
- estímulo constante à conversão e à mudança de vida – para que a transformação pessoal seja um elemento constante na luta pela transformação social. Com isso, a partir da mudança de si, as pessoas contribuem para a mudança da sociedade, criando novas relações que geram mudanças estruturais que possibilitam a concretização da justiça social;
- busca da superação da justiça comutativa – para superar, com isso, as relações de ódio e vingança através de relações fundamentadas na misericórdia e que visam não à punição, mas à superação do mal e de suas causas;
- ação das Pastorais Sociais – que procuram ver as necessidades do povo, a satisfação dessas necessidades e a superação de suas causas através de iniciativas sócio-transformadoras. Com suas ações, as pastorais sociais procuram enfrentar os grandes desafios que estão presentes em nosso meio e que geram carências, sofrimentos e violência.

Segunda PARTE

JULGAR

1. Introdução

191. A Igreja está intimamente ligada às pessoas, à sua história e aos acontecimentos que marcam a vida de todos⁶¹. Fiel a seu Fundador, que quer que todos os povos sejam seus discípulos e vivam o mandamento do amor, e consciente de que sua identidade só pode ser compreendida a partir da pessoa e da mensagem de Jesus, a Igreja procura, tendo como critérios as Escrituras e a Tradição, iluminar a realidade e mostrar os caminhos para que o Reino de Deus aconteça na história humana.

2. Iluminação bíblica⁶²

192. O Antigo Testamento nos mostra a presença de uma mentalidade de profunda confiança no Senhor, reservada ao povo da Aliança. Uma grande lista, qualificando a segurança conferida pelo Senhor a quem nele confia, constitui a coluna vertebral do salmo da proteção divina, o Salmo 91 (92). O Senhor é a sombra, o refúgio, a fortaleza, o escudo, a couraça, a morada, o abrigo e a salvação. Lado a lado com a expressiva descrição da proteção do Senhor, o salmo apresenta a situação concreta da insegurança: armadilhas no campo (v. 3,a); pestes mortais na cidade (v. 3b); pavor do inimigo na noite (v. 5a); flechas do ataque diurno (v. 5b); destruição do meio dia (v. 6b); desgraça na família (v. 10a); praga sobre a tenda (v. 10b); pedras de tropeço no caminho (v. 12); ataques de serpentes (v. 13a); emboscada de leões (v. 13b).

⁶¹ Cf. GS 1.

⁶² Texto do Pe. Geraldo Dondice.

193. O Senhor salva aquele que nele confia (seu povo, considerado como sua esposa), enviando seu anjo para o proteger, mantendo-o em plena segurança (v. 12). Quem é mesmo esse anjo do Senhor? Como ele trabalha? Por meio de quem ele se apresenta na história? O livro do Êxodo descreve o anjo do Senhor com cinco características:

- vai à frente, como os profetas (Ex 23,20a);
- guia e protege pelo caminho, como Moisés (Ex 23,20b);
- introduz na terra prometida, como Josué (Ex 23,20c);
- fala em nome de Deus, como a Torah (Ex 23,21a);
- carrega o nome do Senhor, como os sacerdotes (Ex 23,21d).

194. Com isso, o Antigo Testamento nos mostra que a única fonte da nossa segurança é o próprio Deus e todos aqueles que a colocam em outras fontes (como por exemplo, nos carros ou nos cavalos, conforme nos mostra o Salmo 19,8), não podem conhecer a segurança verdadeira. Mas o que significa colocar a confiança em Deus? Devemos analisar melhor esta questão para não confundir confiança em Deus com uma imatura transferência de responsabilidades e omissão diante da necessidade do protagonismo na construção da paz, da justiça e da segurança.

2.1 O amoroso projeto de Deus

195. Colocar a confiança em Deus significa, em primeiro lugar, descobrir que Ele nos criou por amor e para o amor⁶³, e que nós devemos viver os nossos relacionamentos a partir desse princípio criativo: o amor. Fomos criados à imagem e semelhança de Deus, que é amor. Assim, a exemplo da Santíssima Trindade, comunhão perfeita de três Pessoas em um só Deus, devemos buscar a comunhão entre nós e a Trindade e entre nós mesmos. Sem esta comunhão no seu duplo sentido, não poder haver Cristianismo.

⁶³ Cf. CNBB. *Fraternidade e defesa da vida* – Texto-base – Hino da CF 2008.

196. Confiança em Deus e comunhão com os irmãos conduzem à paz. Deus nos criou para o *Shalom*. Paz é conceito básico na Bíblia. A palavra hebraica *Shalom* é saudação que comunica uma paz completa, resumo de tudo de bom que Deus quer oferecer quando faz aliança com o povo. É um termo que aparece na Escritura 239 vezes. Abrange tudo: bem estar, felicidade, saúde, segurança, relações sociais equilibradas, harmonia consigo mesmo, com o próximo e com Deus. Não é só o contrário de violência e ódio, é a vida como ela deve ser. Por isso, com os salmos, o povo ora: “*Escutarei o que diz o Senhor Deus, porque ele diz palavras de paz...*” (Sl 85,9). “*Aparta-te do mal e faz o bem: Busca a paz e vai atrás dela*” (Sl 34,15). Repetindo Isaías, as comunidades cristãs aprenderam a cantar: “*Como são belos os pés do mensageiro que anuncia a paz!*” (Is 52,7). A paz, na Bíblia, é referida à aliança que Deus fez com a humanidade expressa pelo mais conhecido símbolo da paz: a pomba com um ramo de oliveira no bico, símbolo da vida que renasce após o dilúvio (cf. Gn 8, 6-11). Não é qualquer aliança que Deus fez com o povo de Israel, mas uma aliança de paz e para a paz (cf. Nm 25,12; Is 26,12; e 54,12; Ez 34,25)⁶⁴.

2.2 O pecado e a violência

197. “*A paz é fruto da justiça*” (Is 32, 17). Todo ato de injustiça e desamor é pecado e fonte de violência. Ela sempre aparece quando é negado à pessoa aquilo que lhe é de direito a partir de sua dignidade ou quando a convivência humana é direcionada para o mal. A violência nega a ordem querida por Deus⁶⁵.

2.3 O profetismo diante da violência

198. É por isso que o Antigo Testamento apresenta Deus como aquele que combate o violento e o aniquila (cf. Is 15,1-6; 51,13-

⁶⁴ CNBB. *Solidariedade e paz* – Texto-base CF 2005, n. 15.

⁶⁵ in *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*, p. 275.

14). Em uma liturgia penitencial, o Profeta Isaías mostra para o povo a violência que reina em seu meio, apontando as suas causas: o pecado, a negação da verdade, do direito e da justiça e a confiança no que não tem valor, e as suas conseqüências: a destruição, a desgraça e a morte (cf. Is59, 3-15).

199. Os profetas protestam constantemente contra a violência (cf. Jr 20,8), que caminha junto com a falsidade e com as alianças ilícitas (cf. Os 12,1-2). Falam do castigo de Deus contra todos os que agem com violência (cf. Jr 6,6-8; Ez 7,10-11.22-27; Hab 2,17). Pregam a ruína das cidades e a privação de todos os bens (Ez 12,17-20), além de destacar que Deus não ouve as orações e clamores dos iníquos (cf. Ez 8,17-18). Isso não se refere apenas a Israel, mas também aos países e cidades estrangeiros como o Egito (cf. Jl 13,19) e Nínive (cf. Na 3,1).

200. O homem foi criado perfeito e viveu assim até descobrir a maldade, que foi a causa da sua deterioração, da sua exclusão da presença de Deus. O desejo desenfreado do lucro, do poder e do prazer gera a violência e traz todo tipo de mal para a sociedade. São fonte de insegurança. Um exemplo disso é o cântico fúnebre ao Rei de Tiro, proferido pelo profeta Ezequiel (Ez 28,11-23).

201. Concluindo, o Antigo Testamento nos mostra que fomos criados para a comunhão com Deus e com os irmãos, na vivência concreta do amor e somente a partir deste critério poderemos de fato ter segurança. Somente põe a sua confiança no Senhor aquele que faz a Sua vontade.

2.4 A novidade do Evangelho⁶⁶

202. No Sermão da Montanha, Jesus nos mostra que devemos quebrar a rede de ódio e vingança que existe na sociedade porque violência gera mais violência. Se quisermos viver a justiça do Reino,

⁶⁶ Texto do Pe. Geraldo Dondici.

devemos pagar o mal com o bem, buscar não a vingança, mas a superação, descobrir que a justiça do Reino vai além da justiça comutativa dos homens. O que vemos não é a negação da presença do mal em nosso meio, mas a contestação das nossas atitudes diante desse mesmo mal, pois é o amor que faz a diferença e é, em Cristo, fonte de reconciliação e de paz (cf. Mt 5,38-48).

203. Diante dessa proposta de Jesus, os que querem ser seus discípulos devem assumir essa nova atitude. Assim nos descreve São Mateus no capítulo 18, quando fala sobre a vida da comunidade. Ele recorda tanto a insegurança da comunidade como a ação protetora do Senhor (Mt 18,10). As ameaças à segurança e à paz são colocadas em situações paralelas e opostas: a fragilidade dos pequenos e a insensibilidade dos orgulhosos (Mt 18,4); os que provocam escândalos e a perdição das crianças (Mt 18,7); os justos e as ovelhas que se desgarraram, isto é, os pecadores (Mt 18,15). Para cada uma destas situações de risco, Jesus tem uma indicação precisa e imperativa:

1. fazer-se criança (Mt 18,4);
2. não desprezar nenhum dos pequenos (Mt 18,10);
3. perdoar sempre (Mt 18,22).

204. A ordem de Jesus de *“não desprezar nenhum dos pequenos”* (Mt 18,10) é apresentada em cores muito vivas. Chama a atenção de seu leitor com a interjeição *“cuidado”*; impõe uma ordem pelo imperativo negativo *“não desprezeis”*; determina o substantivo *“pequeninos”* como a expressão numeral *“um só destes”* e apresenta os anjos destes *“pequeninos”* como *aqueles que contemplam sem cessar a face do Pai que está nos céus* (Cf. Mt 18,10b).

205. Esta ordem de Jesus e sua poderosa justificativa indicam que Ele confia todos os esmagados pela insegurança (pequeninos) à proteção dos que são seus discípulos e formam a sua família. Todos os cristãos recebem dele a ordem expressa e incisiva de serem os anjos da sua segurança e da sua paz para os outros, para cada um de seus pequeninos.

2.5 A comunidade cristã

206. Nos caminhos do Mestre Jesus, os primeiros cristãos vendiam seus bens. O resultado das vendas era colocado em comum e distribuído de acordo com as necessidades de cada um (cf. At 2,42-44). Além disso, as primeiras comunidades eram acolhedoras (cf. At 5,42; 9,43; 10,22; 16,15.40; 21,8.16). Com isso, duas das grandes causas da violência eram atacadas: todas as necessidades das pessoas eram satisfeitas, e garantindo a inclusão e a participação de todos.

207. As primeiras comunidades cristãs testemunham a prática da construção da paz fundamentada nos valores evangélicos, principalmente no cuidado com os pequenos e com os necessitados e a superação da vingança e do ódio. Mostram que a conquista da paz não vem pela força das armas (dos carros e dos cavalos). Ela vem dos novos relacionamentos, fundamentados no amor, porque Deus é amor e é ele a fonte da verdadeira paz e da verdadeira concórdia. Somente a partir dos critérios do Evangelho é que se torna possível pensar verdadeiramente em segurança. A paz é fruto da ordem que Jesus Cristo inseriu na sociedade humana, devendo ser realizada progressivamente por todos os que têm fome e sede de justiça. A paz não é possível sem a garantia do bem estar das pessoas e sem a partilha generosa das riquezas do coração e da inteligência⁶⁷ e sem a força renovadora da reconciliação.

2.6 Paulo: o amor renova o mundo

208. Um exemplo disso para todos nós é a atuação de São Paulo. Através do trabalho missionário e da reflexão sobre o mistério de Cristo, levou para o mundo conhecido da época os fundamentos que garantiram comunidades novas, totalmente voltadas para os princípios pregados por Jesus e dando início a um considerável esforço no sentido de conquistar a paz verdadeira e duradoura.

67 Cf. GS, n. 78.

209. Com São Paulo, aprendemos que ser discípulo de Cristo significa não nos conformarmos com este mundo, mas trabalharmos por sua transformação, começando pela renovação de nossa mente (Rm 12,2). Já não se trata mais da submissão a uma lei, mas o crescimento no amor até atingirmos a estatura de Cristo, abençoando os perseguidores e manifestando solidariedade com os que sofrem, tendo estima, sem pretensões de grandeza, não se deixando vencer pelo mal (Cf. Rm 12,14-21). Paulo reconhece que “o amor é a plenitude da Lei” (Rm 13,10), fonte portanto de toda segurança a que a humanidade aspira. Este amor não é uma manifestação de um mero poder mitológico manifesto em diferentes formas de religiosidade, mas sim o compromisso verdadeiro com Deus e com os irmãos que fundamenta o agir humano, conforme nos descreve o próprio apóstolo na carta aos Coríntios (Cf. 1Cor 13,1s).

210. A experiência do encontro pessoal com Cristo, no caminho de Damasco (cf. At 9,1-9) vai mudar a vida de Paulo. Ele deixa de ser perseguidor, fonte de insegurança, para tornar-se instrumento de um mundo novo, fundamentado num jeito diferente de olhar e valorizar as coisas e as pessoas: o jeito de Jesus. Nesse sentido, Paulo é para nós um dos grandes modelos de discípulo-missionário⁶⁸.

3. Fundamentos cristológicos

211. Em tudo isso, nós, discípulos-missionários deste tempo, se quisermos enfrentar os desafios que decorrem da insegurança, precisamos assumir que o principal fundamento da ação pastoral e evangelizadora da Igreja é a centralidade de Cristo⁶⁹. Essa verdade faz com que a pessoa e a mensagem de Jesus tornem-se critérios essenciais para trabalhar a Campanha da Fraternidade. Para isso, é necessário refletir sobre alguns elementos do mistério de Cristo a fim de compreender melhor a relação entre os princípios que ele propôs e a segurança pública.

⁶⁸ Cf. DAp 131-135.

⁶⁹ Cf. NMI, n. 29.

3.1 Príncipe da paz

212. O Profeta Isaías anuncia que o Messias será causa de alegria para o povo e iluminará todos os que estão na escuridão, ele será o Príncipe da Paz (cf. Is9, 1-5). A promessa feita por Deus através do Profeta Isaías realiza-se em Jesus. Ele é o Messias, o Príncipe da Paz enviado por Deus a todos, porque vai realizar a salvação da humanidade e a reconciliação de todos com o Pai.

213. A vida de Jesus foi marcada pelo sofrimento, pela perseguição e, conseqüentemente, pela insegurança. Por seus pais não encontrarem lugar na hospedaria de Belém, Jesus nasceu na estrebaria (cf. Lc 2,7). Seus pais precisaram fugir com ele para o Egito por causa da perseguição de Herodes, que queria matá-lo, sendo que os Santos Inocentes morreram por causa dele (cf. Mt 2,13-18). O temor pela sua vida continuou presente em seus pais quando Herodes, após sua morte, foi sucedido por seu filho Arquelau e, por isso, vão para a Galiléia (cf. Mt 2,19-23).

214. Quando Jesus começou sua vida pública, foi expulso da Sinagoga de Nazaré e seus concidadãos quiseram matá-lo no precipício (cf. Lc 4,23-30). Daí para a frente, a sua vida foi sempre ameaçada. Quando Jesus, na sinagoga e em dia de sábado, curou o homem de mão seca, os fariseus tomaram a decisão de matá-lo (cf. Mt 12,9-14). Muitas vezes, durante a sua vida pública, tentaram prendê-lo, até que armaram um complô para pegar Jesus à traição e executar suas intenções (cf. Mt 26,1-5).

215. Jesus foi traído, preso, julgado e executado em menos de 18 horas (cf. Mt 26,47 – 27,56; Mc 14,43 – 15,41; Lc 22,47 – 23,49; Jo 18,1 – 19,37), o que era contra o Direito Romano e todas as tradições do povo de Israel. Foi acusado injustamente de diversos delitos e, quando respondia, era tratado com violência: “*Se falei mal, mostra em que falei mal; e se falei certo, por que me bates?*” (Jo 18,23). Foi desprezado por Herodes (cf. Lc 23,8-12), flagelado e coroado de espinhos (cf. Jo 19,1-3), crucificado entre dois ladrões (cf. Jo 19,18). Apesar de tudo isso, o Príncipe da Paz afirma do alto da cruz: “*Pai, perdoa-lhes! Eles não sabem o que fazem!*” (Lc 23,34).

216. Outro elemento fundamental para a compreensão de Jesus como o Príncipe da Paz é dado pelo hino Cristológico presente na Carta aos Efésios (Ef 1,3-10). Ele nos mostra o plano divino da salvação e conclui com a finalidade desse plano: “*Reconciliar em si todas as coisas, as da terra e as do céu*” (Ef 1,10)⁷⁰. Essa reconciliação é a única possibilidade e a garantia de que é possível, de fato, conseguir a segurança, uma vez que supera toda separação e toda discórdia, necessárias para que haja violência. Em Jesus, descobrimos que segurança pública é, antes de tudo, mudança de critérios. É ser capaz de descobrir como encarnar no dia a dia o princípio da reconciliação como caminho para a paz⁷¹.

3.2 O mistério pascal

217. A obra da reconciliação realizada por Jesus tem como centro o mistério da cruz. O que realiza a reconciliação não é a cruz como mera expressão do sofrimento, da dor e da morte, mas como expressão maior do amor vivido, como expressão da obediência de Jesus. São Paulo nos ensina: “*Se pela desobediência de um só homem o mal entrou no mundo, tanto mais pela obediência de um só homem, Jesus Cristo, a salvação chegou até nós*” (cf. Rm 5, 18-19).

218. Assim, o mistério da cruz revela o significado mais profundo do amor: *nada para si, tudo para os outros*. De fato, a cruz mostra o que foi a vida de Jesus: *renúncia a tudo para ser para todos*. Esta renúncia só pode ser entendida a partir do esvaziamento da condição divina do Verbo (cf. Fl 2,5-11), para assumir em tudo a condição humana e vivê-la em tudo, exceto no pecado. Na sua vida terrena, Jesus nunca procurou para si algum tipo de favorecimento pessoal. Quando nasceu, foi colocado em uma manjedoura por não haver lugar para ele na hospedaria (cf. Lc 2,1-7). Jesus não realiza nenhum milagre em benefício próprio, nem mesmo no momento de fome no deserto, por ocasião das tentações (cf. Lc 4,2-4), nem quando lhe falta onde reclinar a cabeça (cf. Lc 9,58).

⁷⁰ Cf. RUBIO, A. G. *O Encontro com Jesus Cristo Vivo*. p. 147.

⁷¹ Cf. EN 18-19.

219. No alto da cruz, Jesus não tem praticamente nada que seja seu. Suas vestes, tecidas por sua mãe, Maria, foram repartidas e sorteadas entre os soldados (cf. Lc 23,34). A única coisa que, de fato, Jesus tinha era a própria vida, e ele a entregou, conforme disse anteriormente: *“Minha vida ninguém tira, eu a dou livremente”* (Jo 10,18).

220. É por isso que Jesus diz com autoridade: *“Quem quiser ser meu discípulo, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me”* (Lc 9,23). Sem a renúncia de si, a cruz não tem sentido e não leva a nada. Sem o amor, a cruz torna-se um absurdo e inconclusivo momento de dor. Para ser discípulo de Jesus, é necessário ter os mesmos sentimentos de Jesus (cf. Fl 2,5). Somente haverá paz e segurança quando este valor pascal for descoberto e vivido por todos.

221. Ter os mesmos sentimentos de Jesus significa conformar a própria vida à vida dele, assumir os mesmos valores que ele assumiu e colocá-los em prática. A vida de Jesus não se limitou ao ensino, foi também prática, ação. A vida de Jesus foi um processo de entrega de si na construção da paz. A partir do seu exemplo, todos devem agir.

222. O nosso critério maior de ação é o novo mandamento: *“Amai-vos uns aos outros, assim como eu vos amei”* (Jo 15,12). A construção da paz e da sociedade segura somente será possível quando as pessoas viverem o mandamento do amor segundo o critério proposto por Jesus, que dá à palavra amor o seu mais profundo significado: o amor transformado em ação, em gesto concreto, esvaziamento de si, entrega, reconciliação, serviço, oblação, gratuidade. Tudo isso tem o agir de Jesus como modelo e paradigma, do qual o mistério pascal é a maior expressão.

3.3 O mistério eucarístico

223. Na Eucaristia, a Igreja celebra o mistério pascal de Cristo, celebra a paz que é dada por ele. Faz memória, participa no modo de vida de Jesus, comunga sacramentalmente com ele, que é a sua

paz. A partir da comunhão sacramental com Jesus, a Igreja, animada pelo Espírito Santo, é enviada em missão.

224. Todos participam da missão da Igreja enquanto constroem uma comunidade de amor para a qual as demais pessoas se sentem atraídas a partir da comunhão entre seus membros. Não é possível pensar em missão sem comunhão nem em comunhão sem missão⁷².

225. Essa missão tem como um dos seus principais objetivos a reconciliação. Jesus derrama o seu sangue para a remissão dos pecados⁷³. O mesmo Jesus ensina a rezar: “*Perdoa as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos que nos devem*” (Mt 6,12). Participar do sacramento da Eucaristia implica o compromisso da misericórdia, da reconciliação e da superação amorosa dos problemas que se fazem presentes nos relacionamentos humanos.

226. A Eucaristia é o sinal sacramental da comunhão. A participação na Eucaristia faz com que seja necessária a construção da comunhão entre todas as pessoas da comunidade eclesial, o que é expresso na parábola da videira e dos ramos (cf. Jo 15,1-8) e na imagem do Corpo Místico de Cristo (cf. Ef 1,20-22). Só assim, A Igreja poderá ser no mundo, expressão viva do seu significado mais profundo.

227. A participação na Eucaristia exige de todos a luta na construção de novos relacionamentos, fundamentados nos valores pregados por Jesus. Para que isso seja possível, a Eucaristia é presença viva de Jesus, é graça, é força. **A Eucaristia é fonte de novos relacionamentos que possibilitam a segurança e a paz.**

228. Para que a missão em vista da construção da comunhão aconteça, é necessária a ação do Espírito Santo. Ele é invocado “a fim de que as nossas ofertas se mudem no Corpo e no Sangue de nosso Senhor Jesus Cristo”⁷⁴. É o Espírito Santo quem cria as condições

⁷² Cf. DGAE nn. 49.

⁷³ Fórmula da consagração, presente em todas as orações eucarísticas.

⁷⁴ Oração Eucarística V.

para que todos sejam capazes de construir a comunhão exigida pela Eucaristia: “E concedei que, pela força do Espírito do vosso amor, sejamos contados, agora e por toda a eternidade, entre os membros do vosso Filho, cujo Corpo e Sangue comungamos”⁷⁵. O Espírito Santo é o protagonista da missão⁷⁶ e impele a Igreja a ir mais além, ultrapassando barreiras para chegar a uma missão verdadeiramente universal⁷⁷.

229. A Eucaristia também remete às realidades futuras. Nela, a Igreja celebra a morte e a ressurreição do Senhor até que ele venha (cf. 1Cor 11,26), esperando e pedindo a sua vinda. “Vinde, Senhor Jesus!” é a aclamação final do mistério da nossa fé. A vinda do Senhor é a realização plena de suas promessas, é a participação plena no Reino definitivo, Reino da justiça, da caridade e da paz e, consequentemente, de segurança.

3.4 Cristo é a nossa paz

230. Jesus disse: *“Deixo-vos a paz, dou-vos a minha paz. Não é à maneira do mundo que eu a dou. Não se perturbe, nem se atemorize o vosso coração”* (Jo 14, 7). Ele dá a todos a paz porque ele se dá por todos, a fim de que a reconciliação aconteça e a paz possa ser verdadeira. É ele quem ilumina os caminhos e dirige os passos de todos no caminho da paz (cf. Lc 1,79), que traz a paz aos homens de boa vontade (cf. Lc 2,14) e é reconhecido como o enviado por Deus para trazer a paz (cf. Lc 19,38). Na entrega generosa de Jesus pelo mundo, a paz encontra o seu fundamento e a sua possibilidade de tornar-se real.

231. Pelo sacramento do Batismo, todos são configurados a Cristo, ou seja, estão intimamente unidos àquele que é a paz. Todos vivem a Vida Nova em Cristo que é a paz. Isso significa que todos se tor-

⁷⁵ Oração Eucarística VI.

⁷⁶ Cf. RM n. 21.

⁷⁷ Cf. RM n. 25.

nam protagonistas da paz. É necessário o empenho de todos, no dia a dia, para que essa paz aconteça. Esse empenho exige:

- que todos se tornem de Cristo – Jesus é o ícone do Pai, conforme relata São João: *“Filipe disse: ‘Senhor, mostra-nos o Pai, isso nos basta’. Jesus respondeu: ‘Filipe, há tanto tempo estou convosco, e não me conheces? Quem me vê, vê o Pai. Como é que tu dizes: Mostra-nos o Pai? Não acreditas que eu estou no Pai e que o Pai está em mim? As palavras que eu vos digo, não as digo por mim mesmo; é o Pai que, permanecendo em mim, realiza as suas obras. Crede-me: eu estou no Pai e o Pai está em mim. Crede, ao menos, por causa destas obras”*. (Jo 14,8-11) É viver de tal forma que quem veja um cristão, veja o próprio Jesus, e que ele realize suas obras, porque está em sua Igreja;
- empenho no trabalho evangelizador – a fim de que os verdadeiros valores, pregados e vividos por Jesus, valores que fundamentam a paz, sejam propostos pela Igreja e assumidos por todas as pessoas, de modo que dêem livremente sua adesão a Jesus e ao projeto do Reino proposto por ele. Assim, todos se tornarão construtores da paz a partir do estabelecimento de novas formas de relacionamento que expressem a própria fidelidade a Jesus e ao seu projeto;
- prática da caridade – que revele concretamente o amor como critério de relacionamento e como forma de superação da civilização do ódio e da vingança. Fazer isso significa ser na vida das pessoas a expressão do braço amoroso do Pai, que é solidário com o sofrimento humano.

232. No sacramento da Confirmação, O Espírito Santo é dado como o dom de Deus e torna os fiéis adultos na fé, capazes de realizar o projeto de Deus em suas vidas. Através de seus dons e carismas, capacita e impulsiona o fiel a criar novos relacionamentos e participar ativamente da missão da Igreja. Este sacramento é de fundamental importância para o protagonismo do católico na construção da paz.

233. Muitas vezes, porém, a paz é rompida por causa do pecado. Neste sentido, o sacramento da Reconciliação tem importância fundamental. Através da correspondência à graça deste sacramento, no qual todos fazem a experiência do amor misericordioso de Deus que se manifesta em Jesus Cristo, o coração humano é educado para a misericórdia em relação aos irmãos e irmãs. Ultrapassa os critérios da justiça meramente humana, tornando a pessoa promotora da paz e bem aventurada porque obterá misericórdia de Deus e será chamada filha de Deus (cf. Mt 5,7.9).

4. A missão da Igreja e a promoção da paz

234. A Igreja é a continuadora da missão de Jesus pelos caminhos da história. Isso quer dizer que todos, conduzidos pelo Espírito Santo, são enviados a evangelizar (cf. Lc 4,14-21), tornando-se pregadores e os construtores da paz.

4.1 A paz contextualizada

235. A Encarnação do Verbo fez com que ele se inserisse em uma realidade histórica. Jesus nasceu em determinado tempo, em determinado país, membro de uma família, num contexto social, político, econômico e religioso. É no contexto da sua existência histórica que ele prega a paz e é nesse mesmo contexto que ele envia seus discípulos também como anunciadores da paz (cf. Lc 10,1-6) e mostra ao mundo a fé como caminho da paz (cf. Lc 7,50; 8,48).

236. A paz que Jesus traz não é uma fuga mística do desespero diante das dificuldades do nosso tempo, por maiores que elas sejam. Ao contrário, é uma paz concreta, que convoca a todos para que sejam seus construtores na sua realidade social, política, econômica, cultural e religiosa. Negar a possibilidade da construção histórica da paz é negar o mistério da Encarnação. É negar a participar do projeto de Jesus.

4.2 A paz positiva⁷⁸

237. A paz é obra da justiça, supõe e exige a instauração de uma ordem justa que possibilite a realização humana e permita que todas as pessoas sejam sujeitos da própria história. Onde não existem essas condições, existe o atentado contra a paz. Toda opressão é germe da rebelião, da violência e de insegurança.

238. A paz é uma tarefa permanente da comunidade humana, uma paz autêntica implica luta, capacidade inventiva, conquista permanente. Deve ser construída, de modo que o cristão seja um artesão da paz. A paz é fruto do amor, expressão da real fraternidade entre as pessoas. Onde a paz social não existe, onde há injustiças, desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais, rejeita-se o Senhor e o seu dom da paz.

239. Todos devem, portanto, colaborar na criação e na construção de uma ordem justa, sem a qual a paz é ilusória e não há segurança. Isso só é possível a partir da formação da consciência para os valores que fundamentam a paz, tais como a responsabilidade, a solidariedade e a dimensão social da própria fé. Esses valores levam ao engajamento pela superação das causas da perda da paz social. Assim, cada um poderá construir uma nova ordem que assegure a paz e a segurança para todos.

4.3 O poder como serviço

240. Um dos elementos mais importantes no contexto da segurança pública diz respeito às relações de poder. Enquanto o poder for assumido simplesmente em vista do bem próprio, como meio de satisfação de necessidades e interesses pessoais através da opressão, violência e insegurança reinarão. Somente quando o poder significar, de fato, autoridade, ou seja, exercício em vista do aperfeiçoamento do outro e tornar-se serviço em vista do bem comum, poderá haver segurança e paz.

⁷⁸ Cf. DM II, 22, 24, 33.

241. Para que isso aconteça, a Igreja, perita em humanidade⁷⁹, deve ser, a exemplo de seu divino Fundador e Mestre, uma Igreja serva, uma Igreja samaritana⁸⁰ que, a cada momento, volta seu olhar para o sofrimento e as necessidades de todas as pessoas. Sendo solidária com os que sofrem e lutando para promover o bem comum, a Igreja é chamada a ser expressão viva da legitimidade do exercício do poder. Também mostrará que esse exercício promove a paz e a comunhão entre todas as pessoas e faz de todos protagonistas na construção da civilização do amor e da paz. Esse testemunho é de fundamental importância para que se possa interpelar profeticamente o mau uso do poder, caracterizado por interesses pessoais, corrupção, tráfico de influência e de informações privilegiadas e outros elementos que tanto nos incomodam hoje em dia e inviabilizam o sonho de uma sociedade segura. Isso nos mostra a importância do serviço, como exigência da evangelização inculturada, ser assumido por todos.

5. Cultura da paz

242. A paz e a segurança, mais do que discursos ou conjunto de propostas, deve constituir-se em mentalidade que determine o modo de pensar e de agir de todas as pessoas: deve ser expressão de uma cultura⁸¹. Essa responsabilidade é colocada à frente de todos pela Campanha da Fraternidade deste ano.

5.1 A família: lugar de segurança⁸²

243. É no seio da família que o ser humano aprende a ser “verdadeiramente humano”. A experiência do perdão, da partilha, da correção, do acolhimento, do amor, das alegrias e tristezas vividos

⁷⁹ Cf. PAULO VI, *Discurso na ONU* no dia 04 de outubro de 1965, n.º 1.

⁸⁰ Cf. DAp 65, 257, 402.

⁸¹ Cf. DAp 476.

⁸² Cf. DAp 302-303 e 432-437.

em família forma o ambiente privilegiado e insubstituível para desenvolver a cultura da paz. Assim, as relações familiares, embora muitas vezes não sem dificuldades, devem contribuir eficazmente para o aprendizado da superação de problemas e conflitos e o desenvolvimento de uma mentalidade em favor da paz.

244. Nas últimas décadas, tivemos a infelicidade de ver terríveis acontecimentos que marcaram a família no Brasil, desde simples questões de convivência até sua base conceitual transformada por uma forte crise de valores. Mais do que nunca somos interpelados pelo Evangelho. O mundo precisa saber quais são os pilares da instituição familiar e reassumir esses pilares, se quiser, um dia, pensar em paz e segurança pública. Não precisamos ser especialistas para constatar o vínculo entre a atual situação da família e questões ligadas à violência e à segurança pública. Portanto, comprometer-se com a segurança implica, necessariamente, em valorizar e defender a família.

5.2 A caridade como critério de julgamento (misericórdia)

245. Em tempos de medo, nos quais a violência e a insegurança crescem cada vez mais, as posturas de vingança e de guerra tornam-se fundamento de justiça e o ódio torna-se uma das marcas fundamentais diante dos problemas, o Evangelho nos convida a pensar e agir de forma diferente.

246. O Evangelho de São Mateus apresenta, no Sermão da Montanha, a necessidade da superação dos relacionamentos marcados pelo ódio e pela vingança. Apresenta também que a misericórdia de Deus para com todos tem como ponto de partida a misericórdia de todos com os seus irmãos e irmãs (cf. Mt 7,1-2). O Evangelho de São Lucas, de um modo especial, mostra as parábolas da misericórdia para que todos aprendam que a verdadeira justiça é a que quer a superação e não a condenação.

247. A postura de Jesus diante dos que erram, dos que pecam e até mesmo diante dos que agem contra ele torna-se elemento fundan-

te do nosso agir. Ele prega e vive o perdão, a misericórdia, a possibilidade do recomeço, uma nova oportunidade. Jesus quer resgatar as pessoas e não puni-las. Ele veio ao mundo não para condenar o mundo, mas para salvar o mundo. Diante das situações de insegurança, somos convocados a pensar em salvação, devemos reconstruir, resgatar, valorizar, fazer crescer, criar novas oportunidades e abrir novos caminhos tendo sempre o amor e a misericórdia como critérios do nosso agir.

248. Jesus nunca se apresentou como um super-herói justiceiro, pois a sua força transformadora não se encontra no mero cumprimento da lei, mas na construção da pessoa, a fim de que a pessoa venha a assumir os valores do Reino sobre os quais as leis devem se apoiar.

5.3 Não-violência ativa, objeção de consciência e desobediência civil

249. A Igreja ensina que “é *dever dos cidadãos* colaborar com os poderes civis para o bem da sociedade, num espírito de verdade, de justiça, de solidariedade e de liberdade”. Aqueles constituídos legitimamente em autoridade devem ser considerados “como representantes de Deus, que os instituiu ministros de seus dons” (cf. Rm 31,1-2). No entanto, essa obediência não é servil nem absoluta. De fato, a “leal colaboração dos cidadãos inclui o direito, e às vezes o dever, de apresentar suas justas reclamações contra o que lhes parece prejudicial à dignidade das pessoas e ao bem da comunidade”⁸³.

250. E mais: “o cidadão é obrigado em consciência a não seguir as prescrições das autoridades civis quando estes preceitos são contrários às exigências da ordem moral, aos direitos fundamentais das pessoas ou aos ensinamentos do Evangelho”. Essa *recusa de obediência* à autoridade, “quando suas exigências são contrárias às da reta consciência, fundamenta-se na distinção entre o serviço a

⁸³ Cf. *Catecismo da Igreja Católica*, n.2239; 2238.

Deus e o serviço à comunidade política”. “Daí a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (Mt 22,21). “É preciso obedecer antes a Deus que aos homens” (At 5,29)⁸⁴.

251. Um dos critérios fundamentais para a construção da paz e para se atingir a segurança é a não-violência. Esta, porém, não pode ser entendida como omissão ou não ação. Não-violência não significa passividade diante das agressões ou injustiças sofridas. Significa não pagar com a mesma moeda, mas agir a partir de outros critérios, como recusa na participação em atividades não construtivas, desobediência cívica, greves pacíficas, passeatas, protestos pacíficos, etc. A não-violência é um dos meios mais importantes à disposição de todos para quebrar a cultura da guerra, da vingança e do ódio, substituindo-a pela tolerância, pelo diálogo e pela misericórdia como caminhos para superação de todas as formas de conflito.

252. Uma das maiores dificuldades para a realização do amoroso e fraterno projeto de Deus é a desilusão das pessoas diante de sofrimentos e dificuldades. É a descrença na possibilidade de superação dos gigantescos problemas que geram conflitos, violência e insegurança. Esta dificuldade deve ser iluminada pela palavra de Jesus que disse: “*coragem, eu venci o mundo*” (Jo 16, 35) e pela resposta positiva de cada um a esta palavra como disse Paulo: “*Sei em quem acreditei*” (2 Tm 1,12). “*A esperança não decepciona*” (Rm 5,5) mas, ao contrário, torna-se força motora que gera protagonismo para a superação dessas dificuldades do tempo presente.

253. Esta confiança em Deus como parceiro solidário na luta contra o sofrimento, a dor e a morte deve ser a fonte do agir humano contra o mal. A luta acontece com a garantia de que o braço forte de Deus está ao lado daquele que se empenha para construir um mundo melhor para si e para os demais. A partir daí, acreditamos na vitória. Esse fato deve levar à revolução da confiança, na qual todos acreditem em Deus e no decorrente protagonismo de cada pessoa de boa vontade para a construção da paz.

⁸⁴ *Catecismo da Igreja Católica*, n.2242.

5.4 Protagonismo histórico

254. A certeza de que Deus luta ao lado de todos os que agem de boa vontade não deve afastar as pessoas das responsabilidades do tempo presente, pois Deus age ao nosso lado, não em nosso lugar. Na história da Igreja, há tantos santos, muitos entre eles mártires, que acreditaram em Deus e esta fé tornou-se a fonte do protagonismo histórico em favor da paz e da superação do sofrimento. Entre os mais populares, estão São Francisco de Assis, Santa Catarina de Sena, São Maximiliano Kolbe, Bem Aventurada Tereza de Calcutá, entre outros. A história nos mostra ainda outros cristãos que não foram canonizados pela Igreja, mas têm o seu protagonismo reconhecido pelo povo, como Dom Oscar Romero, Dom Luciano Mendes de Almeida, Dom Helder Câmara, Padre Josimo, Ir. Dorothy Stang, Santo Dias da Silva e Chico Mendes, entre outros.

255. Certamente também foram movidos pela ação divina outros grandes personagens históricos que, sem aderir formalmente à fé cristã, deram sua contribuição para a construção de um mundo de paz, como o Mahatma Gandhi, por exemplo. Este caso nos mostra a importância do reconhecimento de valores em outras Igrejas e religiões para a construção da paz e a busca de segurança. Os valores propostos por aqueles que não pertencem à nossa religião só podem ser descobertos na medida em que nos abrimos para o diálogo ecumênico e inter-religioso. Também é importante percebermos a necessidade da união de forças entre as diferentes religiões para conseguirmos a superação de muitos dos problemas relacionados com a segurança, o que é urgente para toda a humanidade.

5.5 Decorrências éticas

256. Depois dessas reflexões, algumas exigências éticas ficam claras:

- o projeto do Reino de Deus é o grande fundamento que deve iluminar o agir humano na construção da paz;

- o agir diante de qualquer problema voltado para as questões de segurança pública deve ter como critério o Evangelho, que revela as palavras, as motivações e o agir de Jesus;
- é necessária a superação do conceito de justiça que diz que todo mundo deve pagar pelo que faz;
- a misericórdia, a solidariedade e o desejo de superação devem ser os elementos que fundamentam a ação de todos diante da injustiça, da violência, do sofrimento, do conflito e da insegurança;
- ninguém pode pagar o mal com o mal, mas com o bem;
- renunciar a qualquer forma de violência;
- não se justifica colocar nas armas a solução para os conflitos humanos;
- criar novos relacionamentos, tendo como princípio a fraternidade e a necessidade de um projeto social comum, que seja causa de bens para todas as pessoas;
- a solidariedade para com as vítimas da violência;
- o respeito pela dignidade das pessoas e o engajamento na luta para que esta dignidade seja respeitada em todas as condições da vida humana;
- a luta pela conversão pessoal e pela conversão de todos;
- o trabalho evangelizador como meio de estabelecer os princípios que possibilitam uma sociedade justa e fraterna, que garanta a paz e a segurança.

Terceira PARTE

AGIR

1. Compromisso de todos na luta contra as causas e fatores da insegurança

257. É muito comum nas discussões sobre segurança pública a exigência de ações rápidas em relação a situações de insegurança como violência, problemas de trânsito e demais situações abordadas neste Texto-base. Embora essas ações sejam necessárias, são insuficientes porque não eliminam as causas dessas situações.

258. A ação contra as causas da insegurança é tão ou mais necessária do que a ação contra seus efeitos, e deve ser priorizada pela sociedade, pelos poderes constituídos e pela Igreja. Entre as principais causas de insegurança que precisam ser enfrentadas, citamos:

- modelo social centrado no econômico-financeiro – que gera uma absurda hierarquia de valores na qual o econômico financeiro encontra-se no topo da pirâmide de valores e torna relativos a si todos os demais valores. Com isso, se vive em função do dinheiro, numa verdadeira idolatria e coloca-se no dinheiro a finalidade da existência humana, gerando violência, frustração, exclusão social, etc., além de negar todos os princípios éticos que visam o bem comum⁸⁵;
- injustiça social – enquanto a base das relações sociais for a economia, a sociedade vai se caracterizar por privilégios, pois o acesso aos bens em geral não é dado a partir da pessoa humana e de suas necessidades, mas a partir do poder econômico. A conquista do poder econômico significa, portan-

⁸⁵ Cf. DGAE, nn. 24-32.

to, conquista de privilégios. A luta pelo poder econômico vai continuar enquanto essa mentalidade persistir, tornando-se causa de insegurança;

- desvalorização da pessoa humana e da sua dignidade – esta causa é decorrente da anterior. O valor econômico não pode estar acima da pessoa humana, que deve ser o valor maior da sociedade;
- a pobreza, a miséria, a fome e a exclusão social – que causam a insatisfação de necessidades fundamentais da pessoa humana, como alimentação, moradia, vestuário, saúde, educação, entre outros, além de conseqüências sociais como desemprego, a falta de recursos básicos e a preocupação com a sustentabilidade do Estado. Todos esses fatores colaboram na geração de violência;
- a educação de má qualidade – que não prepara as pessoas adequadamente nem para o mercado de trabalho nem para a vida social, porque não forma a pessoa para a vivência dos valores mínimos necessários para o exercício da cidadania plena;
- os meios de comunicação social – enquanto continuar havendo programas que incutem nas pessoas, desde a infância, uma mentalidade violenta e conflitiva, tanto mais difícil será a superação dos problemas relacionados à segurança pública;
- o individualismo e o subjetivismo – são elementos que impedem a elaboração e o engajamento num projeto social que leve à superação da insegurança pública.

2. A violência na sua realidade próxima

259. É comum as pessoas citarem problemas de violência das realidades mais distantes, principalmente das grandes cidades, e julgarem que a realidade próxima não apresenta determinados problemas ou que a situação não é tão grave. É necessário que todas as pessoas procurem analisar a realidade mais próxima no que diz

respeito às situações de violência, desde a que ocorre no seio familiar, geralmente tida como “normal”, não sendo vista como problema social ou causa dele, até situações as mais odiosas. A partir daí, faz-se necessário que a comunidade se organize no sentido de desenvolver projetos e ações, inclusive em a parceria com entidades da sociedade civil ou com o Poder Público, através dos meios legalmente instituídos, que tenham por finalidade a superação da violência local como forma primeira de colaboração para a conquista de uma maior segurança pública.

3. Ações educativas

260. A mudança social passa necessariamente pelo caminho da educação. Neste sentido, a Campanha da Fraternidade de 2009 também passa, necessariamente, pela educação⁸⁶ e as ações principais a serem desenvolvidas são:

- Conscientizar as famílias sobre a necessidade de assumirem o papel da educação dos filhos na cultura da paz, a partir dos valores do Reino de Deus. Para a realização deste trabalho, além do conhecimento do Texto-base da Campanha da Fraternidade de 2009, alguns subsídios da mesma são um valioso instrumento de apoio, como por exemplo a Fraternidade em família, os círculos bíblicos e o ABC da Fraternidade.
- realização da Campanha da Fraternidade nas escolas públicas e particulares. Essa realização deve começar no processo do planejamento escolar, buscando conseguir que a segurança pública torne-se um eixo transversal do processo pedagógico. Essa realização não deve atingir somente os alunos, mas também os professores, funcionários e os familiares, tanto dos alunos como dos profissionais que atuam na escola, o que pode ser conseguido através da realização de diversos eventos. Para que isso seja possível, é necessário que o tema

⁸⁶ Cf. DGAE, nn. 22, 34, 63-65, 122-126.

segurança pública esteja sempre na pauta das reuniões do Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres e Grêmio Estudantil;

- realização, pelo Estado e pela sociedade organizada, de campanhas educacionais de conscientização em relação aos principais problemas que geram insegurança pública, sejam locais, regionais ou nacionais, com o apoio, principalmente, da força dos meios de comunicação social e das instituições presentes na sociedade que são comprometidas com o bem social e com a educação;
- realização de campanhas educacionais a partir das dioceses e das paróquias, contando com os recursos institucionais disponíveis, com a participação do clero, de religiosos e religiosas, de leigos e leigas, das pastorais e dos movimentos. Este esforço deve ser empreendido pelo Conselho de Pastoral no intuito de integração da Pastoral Orgânica com as organizações políticas e sociais.

4. Violência não se vence com a violência: romper com as visões de guerra

261. Quando Caim matou Abel, Deus não permitiu que houvesse a vingança (cf. Gn 4,13-15). Com isso, ele mostra que é impossível que o mal seja derrotado a partir do mal, porque na verdade os males somam-se e somente agravam a situação. A história da humanidade está repleta de exemplos de vingança e intolerância que levaram o mundo a grandes guerras e causaram males indescritíveis.

262. A lógica do amor é o único instrumento eficaz diante das ações violentas. Esta lógica deve ser a base do raciocínio que leva à superação dos conflitos e da violência. Sem ela, será alimentada uma rede de insegurança, de destruição e de morte.

263. A superação da insegurança passa necessariamente pelo estabelecimento de novos fundamentos para as relações entre as pes-

soas. Essas novas relações necessitam de mediações para que possam se sustentar e criar meios de ação eficazes para a superação dos problemas relacionados com a segurança pública.

264. O Evangelho é a proposta da Campanha da Fraternidade para a formação da consciência das pessoas em vista desses novos relacionamentos. A ação evangelizadora da Igreja se constitui, entre outros elementos, em um trabalho constante e permanente de construção de paz e solidariedade. Ela cria os fundamentos para a formação da consciência das pessoas para a vivência de novos relacionamentos que revelem a superação das guerras geradas pelas visões de luta armada contra a violência.

265. A visão corrente, de busca da paz por meio das armas, a chamada paz negativa, é insuficiente para a conquista da segurança pública. A corrida armamentista nunca garantiu segurança ao mundo, mas sempre agravou os temores de uma catástrofe generalizada. A mentalidade simplista de aumentar o poder de fogo dos sistemas repressivos do crime só tem conseguido que o alcance dos conflitos e o número de vítimas inocentes aumentem cada vez mais. O número de pessoas vítimas de balas perdidas ilustra bem essa triste realidade.

5. A busca de um novo modelo penal

266. Ninguém pode negar os esforços das autoridades públicas no desenvolvimento dos sistemas de repressão ao crime no Brasil, de um modo especial no que diz respeito ao sistema penal. São raros, porém, os avanços nos fundamentos desse sistema penal. Na maioria dos casos, a pena passa pelo caminho da multa ou da reclusão e ambas merecem críticas.

267. No que diz respeito à multa, o grande problema é que a volta à legalidade tem como critério o econômico e não a mudança de comportamento. Assim, satisfeitas as exigências econômicas, o problema está resolvido. Nesse caso, não se busca a construção de valores ou novas formas de comportamento. As pessoas agem

legalmente muito mais em função de evitar perdas pessoais do que em função do bem estar social, agem de forma negativa e não de forma positiva, o seu agir não é construtivo e não vai além das exigências legais, não procuram o bem comum. Não buscam soluções para os problemas mas, diante deles, agem de acordo com a norma e criticam a autoridade, sem que haja envolvimento social e busca de superação dos desafios do dia a dia.

268. O problema da reclusão é muito mais sério. No sistema penal, salvo em condições especiais previstas em lei e que se constituem em privilégios para as altas rodas do crime, a pessoa humana não é vista em sua dignidade e é desrespeitada em todos os sentidos.

269. Nas detenções provisórias, não se considera a pessoa ou o delito, mas o tempo de espera para o julgamento, sendo a culpa sempre pressuposta. Muitas vezes, as pessoas aguardam os encaminhamentos referentes a seu processo em condições totalmente inadequadas e com a conivência da justiça. Como ilustração, citamos o caso de Abaetetuba - PA, no qual uma adolescente detida em condições inadequadas, em uma cela masculina, sofreu violência sexual e humilhações⁸⁷. Nas demais instituições prisionais, o clima é desumano e de terror, principalmente por causa da ineficácia da presença do Estado e da força do crime organizado.

270. É necessária a realização urgente de um trabalho em vista da criação, ampliação e aplicação de penas alternativas, que levem o infrator a desenvolver responsabilidade social e a contribuir efetivamente com a construção do bem comum, vendo nisso uma forma de reparação dos males cometidos e, ao mesmo tempo, de superação da própria condição pessoal. Esse tipo de pena pode, inclusive, colaborar para a superação de problemas de ordem social que não contam com recursos para a execução de tarefas necessárias para a mudança da situação.

271. É também importante a formação e valorização de Comissões Diocesanas de Justiça e Paz e Comissões de Defesa dos Direitos

⁸⁷ www.pastoraldomenornacional.org/materiais.htm.

Humanos, que lutem contra a injustiça penal institucionalizada e defendam os direitos e a dignidade de todas as pessoas envolvidas nas situações que levaram à penalização, sejam os culpados, sejam as vítimas, de modo a minimizar ao máximo os sofrimentos e encontrar caminhos consistentes de criação de novos relacionamentos para a reconquista da segurança social.

272. É preciso ter em mente que o Código Penal e o Código de Processo Penal são herança do período de exceção do Estado Novo, instituídos por meio de dois decretos-leis, baixados em dezembro de 1940 e outubro de 1941, respectivamente. No caso do Código de Processo Penal, como se pode conferir na Exposição de Motivos do então ministro da Justiça, um dos seus objetivos foi, na verdade, centralizar na esfera do Executivo uma boa parte da aplicação da justiça criminal⁸⁸. Esses dois instrumentos necessitam de modificações, principalmente este último, a fim de pôr fim aos privilégios penais de caráter oligárquico ainda existentes no Brasil, e acabar com as veredas abertas no sistema para beneficiar aqueles que possuem poder ou dinheiro. É o Código de Processo Penal que disciplina o andamento dos processos na Justiça, tais como os prazos, as execuções de sentenças, os recursos e outras medidas. A impunidade, muitas vezes, decorre de ações protelatórias levadas a efeito em função de disposições da legislação penal.

273. Há vários caminhos para a Igreja ajudar nessas alterações. Um deles é por intermédio da formação dos alunos das Faculdades de Direito das Universidades Católicas, por exemplo, instituindo o ensino de disciplinas relativas aos direitos humanos e incentivando os discentes a assumirem cargos na magistratura, no ministério público e no aparelho policial.

274. Uma contribuição importante para a superação dos problemas relacionados à realidade carcerária é a experiência da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC. No ano

⁸⁸ O Código de Processo Penal manda a autoridade policial praticar os mesmos atos que o juiz, conforme se pode conferir no Art. 4º, “Do Inquérito Policial”, e no inciso V do Art. 6º.

de 1972, através de estudos e experiências com os condenados, um grupo de pessoas voluntárias lideradas por Mário Ottoboni, em São José dos Campos – SP, instituiu um método revolucionário e eficiente no modo de execução de pena que hoje, decorridos mais de trinta anos, tornou-se conhecido e adotado em vários Estados do Brasil e em diversos países do mundo. É o Método APAC, que trouxe ao condenado condições para recuperar-se e ressocializar-se. Este método tornou realidade aquilo que parecia ser impossível de alcançar⁸⁹. Divulga-lo e implantá-lo onde ainda não é conhecido, e fortalecer as Unidades já existentes não de ser iniciativas muito concretas na busca de um novo Sistema Penal.

275. Também desempenha importante papel, nesta área, a Pastoral Carcerária⁹⁰ que tem seu fundamento bíblico nas palavras de Jesus: *“O Espírito do Senhor está sobre mim... enviou-me para proclamar a libertação aos presos...”* (Lc 4,18), e ainda: *“Eu estava na prisão e vocês foram me visitar.”* (Mt 25,36). A Igreja, fiel ao mandato de Jesus, sente-se responsável e comprometida com esses homens e com essas mulheres que, afastados do convívio social, continuam sendo imagem e semelhança do Cristo (cf. Gn 1,27; Cl 3,10).

276. A Pastoral Carcerária é a presença da Igreja no meio deles, levando “vida” e sempre se questionando sobre o que Jesus faria diante dessa realidade tão complexa e dolorosa. Com essa atitude, ela foge do senso comum que diz: “Eles estão lá porque merecem”, “Devem pagar por aquilo que fizeram” e outras afirmações que indicam o não empenho com a “sacralidade da vida”, opção fundamental do Evangelho. Se é verdade que cada um deve pagar por seus erros, devemos admitir também que o atual sistema carcerário está longe de ser a solução.

277. Nesse panorama, a evangelização dos irmãos e das irmãs encarcerados, além de ser um direito, quer ser uma ajuda para a não reincidência criminal dos apenados que, deixando o cárcere e

⁸⁹ jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7651.

⁹⁰ www.pime.org.br/missaojovem/mjevangelpastoral.htm.

voltando para a sociedade, possam encontrar perspectivas de vida digna. Neste sentido, a Igreja em parceria com a sociedade civil e os poderes públicos, pode contribuir na criação de meios para a reintegração dessas pessoas na vida social.

6. Criação e a articulação de redes sociais populares

278. A comunidade pode contribuir de forma eficaz para a superação de problemas que geram insegurança social. Existem, nesse sentido, muitos esforços da sociedade civil, como organizações que desenvolvem projetos sociais em áreas violentas de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte e que conseguiram grandes resultados na luta contra a violência e a criminalidade e na conquista de uma vida mais segura. As comunidades, são, portanto, convocadas a criar núcleos de reflexão e atuação em vista da superação da violência e da criminalidade.

279. Podem ser criados grupos de reflexão sobre a violência em geral, que procurem descobrir as suas causas e encontrar pistas para a sua superação. Esses grupos podem trabalhar, por exemplo, com a coleta de dados sobre questões ligadas à segurança pública para, a partir deles, analisar de forma conjunta a situação e identificar causas e problemas específicos que a alimenta. É também necessário que os resultados dessa reflexão sejam divulgados, a fim de que possam subsidiar o Poder Público e outras instituições que lutam por mais segurança.

280. Também podem ser criados grupos de reflexão sobre a violência a partir de enfoques específicos, com objetivos similares aos das organizações anteriores, mas com atuação especializada em uma área bem delimitada. Assim, pode haver grupos refletindo sobre a violência e o tráfico de drogas, a violência e os crimes contra a pessoa, a violência e os direitos econômicos, a violência no trânsito, a violência familiar, a violência nos meios de comunicação social, dentre outros. É importante que esses grupos específicos tenham conhecimento das reflexões de grupos genéricos, a fim de que haja articulação entre eles e colaboração mútua.

281. Para que todas essas reflexões possam ter incidência transformadora sobre a realidade, é importante a criação de grupos organizados visando ações concretas. A partir dos elementos fornecidos pelos grupos de reflexão, os grupos de atuação podem agir de forma preventiva, educacional, assistencial, promocional, participando na elaboração e execução de políticas públicas, estabelecendo articulações e parcerias, nas diferentes áreas identificadas como prioritárias.

282. A Igreja, a partir da setorização das Paróquias, das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e outras formas de vida comunitária, das Pastorais sociais, movimentos e outros grupos existentes e participantes da sua estrutura evangelizadora e pastoral e de seu espaço físico, poderá colaborar ativamente na criação, organização e articulação dos grupos de reflexão e atuação.

283. É importante, para a realização desse trabalho, a articulação com o poder público. Para que isso seja possível, é necessário que se faça uma análise criteriosa do SUSP, do PRONASCI e do projeto do Sistema Nacional de Proteção de Direitos Humanos, no sentido de valorizar seus aspectos positivos e buscar a superação de eventuais distorções e problemas. Respeitando a autonomia e a legitimidade de ambas as instituições, podem ser concretizadas parcerias, ações articuladas e projetos comuns.

284. Conhecer, analisar criteriosamente e apoiar naquilo que for positivo, o projeto da Política Nacional sobre o Álcool⁹¹, para o controle do consumo de bebidas alcoólicas. Uma iniciativa específica foi a proposta do Ministério Público de Goiás para redução da violência com implantação, pelos municípios, da Lei da Hora Certa, que estabelece horários de funcionamento de bares ou similares, limitando também a abertura de novos estabelecimentos nas proximidades de unidades de ensino.

285. Divulgar informações sobre canais instituídos para auxiliar a população na defesa de seus direitos, como a Defensoria Pública,

⁹¹ Cf. Decreto n.º 6117, de 22/05/07 in www.mp.go.gov.br.

as Ouvidorias e Corregedorias, Ministério Público, Conselhos de Direitos, dentre outros, bem como organismos da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos humanos e do cidadão.

7. A responsabilidade pessoal diante do problema da violência e da promoção da cultura da paz

286. É importante levar em conta a dimensão pessoal das questões de segurança pública. Ninguém pode eximir-se de suas responsabilidades, imaginando que a violência sempre está “no outro”. É preciso que cada um se pergunte: “O que tenho feito para ajudar a construir uma cultura de paz?” De fato, todas as pessoas sofrem, embora em diferentes níveis, as conseqüências da insegurança e, em muitos casos, por ação ou por omissão, contribuem para provocá-la.

287. Urge, portanto, um esforço de todos na criação de uma mentalidade de paz, que vença os conflitos e supere o ódio e a vingança. É preciso agir com competência e clareza na mediação dos conflitos, com sabedoria e discernimento à luz de critérios evangélicos. Além disso, todos devem estar atentos a tudo o que forma consciências violentas. É necessária a produção de literatura, filmes e *games* que valorizem a pessoa e a cultura da paz.

288. Outra preocupação constante para a contribuição pessoal na conquista da segurança pública é evitar ser causa de conflito, de violência e de insegurança. Isso exige um esforço constante de vigilância e busca de conversão, fundamentados na hierarquia dos valores evangélicos. Sem a mudança do comportamento pessoal, não há como mudar a sociedade. É importante, nesse caso, mostrar a responsabilidade dos formadores de opinião, principalmente dos que trabalham na educação, nos meios de comunicação social ou que pertencem a algum Poder Público, pois com suas palavras e com seu comportamento, eles podem expressar conceitos que fundamentem a violência, o ódio e o medo.

8. Denunciar a gravidade dos crimes não convencionais e dos privilégios penais

289. Os crimes contra a ética, a economia e as gestões públicas, chamados de *não convencionais*, não são violentos em si, mas são causa de muitas formas de violência. Esse tipo de crime, em geral, é mais tolerado do que outros pela sociedade, que nem sempre percebe sua gravidade e conseqüências. Um exemplo disso é a frase dita em relação aos políticos: “É ladrão, mas faz”. Quem assim diz não percebe que uma obra, ainda que necessária e importante, mas realizada através de práticas de corrupção, de suborno, desvios de verbas e superfaturamentos, contribui fortemente para que a injustiça se torne institucionalizada. Tais práticas esgotam os recursos da sociedade e impedem seu crescimento e o bem comum.

290. É preciso um trabalho de conscientização, em todos os níveis da sociedade e da Igreja, sobre a gravidade desse tipo de crime e sua costumeira impunidade, visto que a maioria das pessoas o pratica goza de foro privilegiado, prisão especial e imunidades.

291. Uma grande conquista da democracia foi a aprovação da Lei 9840/97, até hoje a única Lei fruto de uma iniciativa popular no Brasil, iniciada com o lançamento do Projeto “Combatendo a corrupção eleitoral”, em fevereiro de 1997, pela Comissão Brasileira Justiça e Paz - CBJP, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Esse Projeto dava continuidade à Campanha da Fraternidade de 1996, da CNBB, cujo tema foi “Fraternidade e Política”. A Lei 9840 tem por objetivo coibir a corrupção eleitoral. Para que ela atinja plenamente seus objetivos, é fundamental fortalecer os Comitês que fiscalizam sua aplicação e instituir novos Comitês onde eles ainda não existem⁹².

⁹² Para conhecer a história e abrangência dessa Lei, bem como detalhes sobre os Comitês 9840, veja-se o site do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral: www.mcce.org.br

292. Diversos Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional vão na direção de um aprimoramento das nossas instituições democráticas, da ética na política e da consolidação de direitos sociais e devem ser apoiados.

293. Plebiscitos, Referendos e Iniciativa Popular são formas de democracia direta previstas na Constituição Brasileira, sendo ocasião de um excelente exercício da cidadania. Um exemplo concreto é o Projeto de Lei de iniciativa popular, lançado em 2008, que proíbe a candidatura de pessoas com pendências na justiça (Campanha Ficha Limpa)⁹³.

294. Acompanhar o Poder Judiciário e o Tribunal de Contas na identificação de pessoas que cometem crime de corrupção e, se for o caso, lançar mão dos recursos das Procuradorias, Defensorias Públicas, Ouvidorias e órgãos da sociedade civil que colaboram com a luta pelos direitos do cidadão como, por exemplo, a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – e a Anistia Internacional.

9. Despertar o agir solidário para com as vítimas da violência

295. A Igreja deve ser Samaritana⁹⁴, deve fazer com que todos os seus membros sejam capazes de mostrar a mão amorosa de Deus Pai para com todos os seus filhos e filhas que sofrem, tendo a certeza de que estão servindo ao próprio Jesus.

296. A caridade e a solidariedade não são privilégios dos cristãos, mas valores que devem estar intrínsecos a toda a sociedade. Assim, a Igreja e a sociedade devem construir e desenvolver iniciativas que tenham por finalidade aliviar os sofrimentos de todas as vítimas da violência, principalmente da violência doméstica e da violência urbana.

⁹³ Ver no site www.mcce.org.br como participar.

⁹⁴ Cf. DAp nn. 26.

10. Ações na área da formação

297. Podem ser realizadas atividades tais como:

- desenvolver nas escolas, especialmente nas católicas, uma educação voltada para o exercício da cidadania e o compromisso de todos na conquista da paz e da segurança pública, capacitando de forma permanente os docentes;
- produzir e distribuir materiais (cartilhas, manuais, audiovisuais) que forneçam subsídios consistentes para pais, educadores e demais profissionais que atuam na formação de crianças e adolescentes;
- incentivar a criação de centros que ofereçam programas de formação em temas voltados para as questões de segurança pública;
- promover a formação de leigos e leigas competentes e animá-los a organizarem-se para a construção de uma sociedade segura, incentivando-os a participar em organismos de decisão, nacionais e internacionais;
- incluir o tema da segurança pública nos programas de formação para a Iniciação Cristã, Catequese e Pastoral da Juventude;
- promover encontros sobre segurança para pais, priorizando os aspectos formativos sobre os informativos e valorizando o testemunho de vida com sua imensa capacidade de persuasão;
- apoiar e fortalecer a família na sua missão de educar os filhos nos autênticos valores humanos e cristãos, bem como de desenvolver atitudes de solidariedade, misericórdia, compreensão e busca sadia de superação de conflitos;
- promover uma pastoral familiar capaz de ajudar cada família a superar os problemas de violência doméstica;
- promover fóruns, seminários e congressos que estudem e analisem temas concretos da atualidade acerca da segurança pública;
- apoiar as instituições católicas, locais onde se fomentam o espírito e a prática cristã, a fim de que sejam ambientes pro-

píeios para o estudo, a reflexão e a realização de ações para o desenvolvimento da cultura da vida, bem como para a tomada de posições públicas ante as questões tratadas pela CF;

- incentivar as universidades e os centros de investigação a promoverem cursos de pós-graduação em segurança pública, tão raros hoje no Brasil;
- incentivar a elaboração de teses e pesquisas científicas, nos diversos campos do conhecimento, voltadas às grandes temáticas da segurança pública;
- introduzir nos cursos superiores da área de Ciências Humanas, em especial das Ciências Jurídicas, os direitos humanos como componente curricular;
- buscar outras fontes que complementem e confrontem as informações recebidas pela mídia, para se ter uma visão mais crítica e imparcial da realidade;
- atuar junto aos meios de comunicação, através do envio de artigos, cartas, participação em debates e entrevistas, para o que se faz necessário um preparo técnico adequado;
- sugerir pautas aos jornais, através do relacionamento com assessores de imprensa e agentes da pastoral da comunicação, buscando seu envolvimento na causa da segurança pública;
- criar espaços na Internet para discutir os assuntos levantados pela CF, a fim de atingir principalmente os jovens;
- produzir filmes, peças publicitárias, programas de rádio e músicas que ajudem a compor e fortalecer a mentalidade da cultura da vida, da justiça e da paz;
- resgatar documentos do magistério da igreja referentes ao valor e à dignidade da pessoa humana através da formação de grupos de estudo nas paróquias, escolas, comunidades e movimentos;
- utilizar os meios de formação como homilia, catequese, encontros, cursos, escolas da fé, para aprofundar temas relati-

vos à segurança pública, a fim de atingir as pessoas que participam da vida eclesial;

- aprofundar o conhecimento sobre as questões de segurança pública através da promoção de palestras e cursos destinados a bispos, presbíteros, diáconos, religiosos e religiosas, leigos e leigas, com especial atenção às pastorais da criança, do menor, da juventude, da família, da saúde, da educação, carcerária e da sobriedade.

11. Outras ações que podem ser desenvolvidas

298. Outras formas de ação são necessárias como:

- assegurar que se organizem serviços de caridade para com as vítimas da violência e seus familiares;
- acompanhar e apoiar as associações que lutam para superar as causas da insegurança;
- promover o diálogo com os Poderes Públicos para a elaboração de programas, leis e políticas públicas que permitam a construção de uma sociedade mais segura;
- organizar casas de acolhida – centros de referência em todas as regiões do Brasil – com acompanhamento específico para socorrer e atender, com compaixão e solidariedade, as vítimas da violência e os grupos de risco;
- impulsionar centros paroquiais e diocesanos com uma pastoral de atenção integral à família, especialmente pessoas que sofrem violência doméstica;
- privilegiar o tempo quaresmal, no qual se realiza a CF, como momento propício para a conversão, para a mudança de mentalidade frente a assuntos que requeiram esclarecimentos à luz da fé e da razão, a fim de que os fiéis busquem coerência entre fé e vida;
- fortalecer as pastorais sociais em geral e, em particular, a pastoral carcerária;

- realizar articulações e parcerias com todas as pessoas e movimentos em favor da segurança pública, de modo que possam conceber e desenvolver iniciativas em conjunto;
- valorizar o diálogo ecumênico, inter-religioso e inter-cultural para que, através da explicitação de valores comuns, possamos juntos encontrar caminhos de colaboração solidária na construção da vida segura;
- promover atos públicos em função de uma sociedade mais segura, chamando a atenção da população sobre este tema;
- constituir comissões de justiça e paz e de direitos humanos que atuem em nível (arqui)diocesano e regional, e que possam acompanhar situações de violação desses mesmos direitos;
- criar o dia nacional de luta por segurança;
- sugerir, conforme realidades específicas, a instalação, em praça pública, de um monumento pelas vítimas da violência, a fim de envolver os artistas e ser um marco nas cidades, tornando o tema mais próximo das pessoas;
- aprofundar a presença pastoral nas populações mais frágeis e ameaçadas pelo mundo do crime;
- desenvolver e difundir uma espiritualidade da não violência, o que não significa viver de braços cruzados, mas priorizar a via do diálogo, da solidariedade, do perdão, e não o caminho da vingança, da justiça pelas próprias mãos;
- promover dinâmicas que levem ao perdão e à reconciliação, sobretudo nas famílias;
- lutar contra toda forma de violência e discriminação, e apoiar iniciativas adequadas na defesa dos direitos humanos;
- denunciar e combater toda forma de trabalho escravo, de tráfico de pessoas, de exploração sexual, sobretudo da criança e do adolescente, de violência doméstica, particularmente contra a mulher, a criança e o idoso;

- apoiar as pastorais de fronteira, como o são a pastoral carcerária, da criança e do adolescente sujeitos a medidas sócio-educativas, a pastoral da mulher marginalizada, os que trabalham com indígenas, quilombolas, ribeirinhos, sem-terra e sem-teto;
- apoiar os católicos e as pessoas de boa vontade que militam nos difíceis campos da política, da economia solidária, das comissões de direitos humanos, das relações internacionais;
- trabalhar na prevenção ao uso de drogas, insistir na educação nos valores que devem conduzir as novas gerações, especialmente ao valor da vida e do amor, à própria responsabilidade e à dignidade de filhos de Deus;
- no acompanhamento aos usuários de drogas, estar ao lado do dependente para ajudá-lo a recuperar sua auto-estima e vencer esta enfermidade;
- no apoio à erradicação da droga, denunciar a criminalidade sem nome dos narcotraficantes que prejudicam tantas vidas humanas, com o objetivo do lucro e a força em suas mais baixas expressões; incentivar programas de governos e entidades civis que trabalham neste sentido.

Quarta PARTE

GESTO CONCRETO

A Campanha da Fraternidade se expressa concretamente pela oferta de doações em dinheiro na *coleta da solidariedade*. É um gesto concreto de fraternidade, partilha e solidariedade, feito em âmbito nacional, em todas as comunidades cristãs, paróquias e dioceses. A Coleta da Solidariedade é parte integrante da Campanha da Fraternidade.

DIA NACIONAL DA COLETA DA SOLIDARIEDADE
Domingo de Ramos, 5 de abril de 2009

Todas as pessoas das comunidades eclesiais são convidadas a organizar o gesto concreto de solidariedade durante o tempo forte da Campanha, que vai do início da Quaresma, na quarta-feira de cinzas, 25 de fevereiro, até o Domingo de Ramos, que antecede à Páscoa.

Bispos, padres, religiosos(as), lideranças leigas, agentes de pastoral, colégios católicos e movimentos eclesiais são motivadores e animadores da Campanha da Fraternidade, para que todos participem, oferecendo sua solidariedade em favor das pessoas, grupos e comunidades que querem superar a violência e construir uma cultura de paz. O gesto fraterno da oferta tem um caráter de conversão quaresmal.

O resultado integral da coleta da CF de todas as celebrações do Domingo de Ramos, com ou sem envelope, deve ser encaminhado à respectiva diocese; esta, por sua vez, encaminha 40% do total da coleta para o Fundo Nacional de Solidariedade (FNS), na conta indicada no quadro abaixo.

PARA DEPÓSITO DOS 40%
(FUNDO Nacional de Solidariedade da CNBB)

**Caixa Econômica Federal, Agência 2.220 - Conta Corrente 000.009-0 CNBB,
Brasília, DF**

Enviar comprovante do depósito para a CNBB no FAX (61) 2103-8303.

Doações para o Fundo Nacional de Solidariedade da CNBB podem ser feitas para a conta indicada no quadro acima também ao longo de todo o ano, para aplicar em projetos sociais apontados pelo Texto Base da CF.

Do total arrecadado pela coleta, 40% constituem o Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) da CNBB, e os outros 60% ficam nas dioceses, formando o Fundo Diocesano de Solidariedade (FDS), para o atendimento a projetos locais.

Destinação dos recursos. Serão aplicados para apoiar projetos que tenham um componente de Políticas Públicas. Os recursos arrecadados serão destinados prioritariamente a projetos que atendem aos objetivos propostos pela CF 2009, com o foco voltado para o social – Para a realização da Campanha da Fraternidade de 2009, a Igreja no Brasil propõe os seguintes objetivos específicos.

- Desenvolver nas pessoas a capacidade de reconhecer a violência na sua realidade pessoal e social, a fim de que possam se sensibilizar e se mobilizar, assumindo sua responsabilidade pessoal no que diz respeito ao problema da violência e à promoção da cultura da paz.
- Denunciar a gravidade dos crimes contra a ética, a economia e as gestões públicas, assim como a injustiça presente nos institutos da prisão especial, do foro privilegiado e da imunidade parlamentar para crimes comuns.
- Fortalecer a ação educativa e evangelizadora, objetivando a construção da cultura da paz, a conscientização sobre a negação de direitos como causa da violência e o rompimento com

as visões de guerra, as quais erigem a violência como solução para a violência.

- Denunciar a predominância do modelo punitivo presente no sistema penal brasileiro, expressão de mera vingança, a fim de incorporar ações educativas, penas alternativas e fóruns de mediação de conflitos que visem à superação dos problemas e à aplicação da justiça restaurativa.
- Favorecer a criação e a articulação de redes sociais populares e de políticas públicas com vistas à superação da violência e de suas causas e à difusão da cultura da paz.
- Desenvolver ações que visem à superação das causas e dos fatores da insegurança.
- Despertar o agir solidário para com as vítimas da violência.
- Apoiar as políticas governamentais valorizadoras dos direitos humanos.

A Cáritas Brasileira, por meio de convênio com a CNBB, recebe os projetos encaminhados ao Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) da CNBB. A supervisão do Fundo, a destinação dos recursos e a aprovação dos projetos está a cargo do Conselho Gestor do FNS (com 8 integrantes) nomeado pela CNBB.

As Organizações que desejam obter apoio do Fundo Nacional de Solidariedade, de acordo com os critérios de destinação previstos para a CF-2009, deverão encaminhar os projetos ao:

Fundo Nacional de Solidariedade – Cáritas Brasileira
SDS – Bloco P – Ed. Venâncio III – Sala 410
70393-902 – Brasília – DF
Fones: (61) 3214-5418 - (61) 3214-5400 ou (61) 3214-5404 - FAX

A Cáritas, por sua vez, submeterá os pedidos ao Conselho Gestor do FNS, para análise e decisões.

O Fundo Diocesano de Solidariedade (60% da coleta do Domingo de Ramos) é administrado por um Conselho Gestor Diocesano,

que pode ser constituído com a participação de uma pessoa da Cáritas Diocesana (onde ela existe), de um representante das Pastoris Sociais, da Coordenação de Pastoral Diocesana, da Equipe de animação das Campanhas, do responsável pela administração da diocese e de uma pessoa ligada ao tema da CF. O Bispo constitui este Conselho Gestor e normalmente o preside.

Campanha da Fraternidade de 2007 - Mapa da contribuição dos 40% da coleta de cada diocese, ao Fundo Nacional de Solidariedade – “Fraternidade e Amazônia”, realizada no domingo de ramos, 1º de abril de 2007.

CONTRIBUIÇÕES DIOCESANAS PARA FNS – 2007

REGIONAL NORTE I	Fraternidade R\$
ALTO SOLIMÕES - AM	1.205,00
BORBA - AM	633,06
COARI – AM	6.117,45
ITACOATIARA - AM	800,00
MANAUS - AM	35.473,00
PARINTINS - AM	1.200,00
RORAIMA - RR	4.792,04
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM	1.200,53
TEFÉ - AM	2.465,52
TOTAL	53.886,60

REGIONAL NORTE II	Fraternidade R\$
ABAETETUBA - PA	3.104,32
BELÉM – PA	20.854,57
BRAGANÇA DO PARA - PA	4.914,12
CAMETÁ - PA	1.493,52
SANTÍSSIMA CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - PA	2.890,10
ITAITUBA - PA	3.527,00

MACAPÁ - AP	6.329,64
MARABÁ - PA	3.390,14
MARAJÓ - PA	1.346,60
ÓBIDOS - PA	2.193,34
PONTA DE PEDRAS - PA	685,68
SANTARÉM - PA	7.268,38
XINGU - PA	3.080,90
CASTANHAL	5.337,00
TOTAL	66.415,31

REGIONAL NORDESTE I	Fraternidade R\$
CRATEÚS - CE	4.056,00
CRATO - CE	3.000,00
FORTALEZA - CE	42.265,82
IGUATU - CE	3.120,00
ITAPIPOCA - CE	3.129,06
LIMOEIRO DO NORTE - CE	4.090,34
QUIXADÁ - CE	1.311,35
SOBRAL - CE	6.900,48
TIANGUÁ - CE	6.468,90
TOTAL	74.341,95

REGIONAL NORDESTE II	Fraternidade R\$
AFOGADOS DA INGAZEIRA - PE	3.672,00
CAICÓ - RN	6.207,47
CAJAZEIRAS - PB	4.162,26
CAMPINA GRANDE - PB	5.909,60
CARUARU - PE	5.600,00
FLORESTA - PE	1.230,00
GARANHUNS - PE	4.501,48
GUARABIRA - PB	2.840,00
MACEIÓ - AL	15.528,19

MOSSORÓ - RN	7.280,00
NATAL - RN	24.983,86
NAZARÉ DA MATA - PE	6.245,30
OLINDA E RECIFE - PE	23.390,43
PALMARES - PE	3.271,00
PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL	5.233,36
PARAÍBA - PB	14.500,00
PATOS - PB	6.515,94
PENEDO - AL	4.863,16
PESQUEIRA - PE	2.201,00
PETROLINA - PE	5.865,54
TOTAL	154.000,59

REGIONAL NORDESTE III	Fraternidade R\$
ALAGOINHAS - BA	7.000,00
AMARGOSA - BA	6.455,50
ARACAJU - SE	13.875,00
BARRA - BA	2.557,20
BARREIRAS - BA	9.423,00
BOM JESUS DA LAPA - BA	2.047,78
BONFIM - BA	4.906,00
CAETITÉ - BA	7.233,00
ESTÂNCIA - SE	4.273,00
EUNÁPOLIS - BA	2.128,40
FEIRA DE SANTANA - BA	6.865,65
ILHÉUS - BA	4.010,04
IRECÊ - BA	3.065,32
ITABUNA - BA	Valor não informado
JEQUIÉ - BA	3.730,00
JUAZEIRO - BA	3.016,16
LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA - BA	3.000,00
PAULO AFONSO - BA	3.676,00

PROPRIÁ - SE	3.866,00
RUY BARBOSA - BA	4.123,36
SÃO SALVADOR DA BAHIA - BA	19.163,45
SERRINHA - BA	4.402,80
TEIXEIRA DE FREITAS E CARAVELAS - BA	4.480,34
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	7.350,00
TOTAL	130.648,00

REGIONAL NORDESTE IV	Fraternidade R\$
BOM JESUS DE GURGUÉIA - PI	1.300,00
CAMPO MAIOR - PI	16.204,53
OEIRAS - FLORIANO - PI	3.813,80
PARNAÍBA - PI	8.945,36
PICOS - PI	4.850,09
SÃO RAIMUNDO NONATO - PI	6.927,54
TERESINA - PI	18.975,73
TOTAL	61.017,05

REGIONAL NORDESTE V	Fraternidade R\$
BACABAL - MA	5.409,44
BALSAS - MA	1.616,30
BREJO - MA	1.112,00
CAROLINA - MA	410,00
CAXIAS DO NORTE - MA	2.286,50
COROATÁ - MA	2.781,59
GRAJAÚ - MA	3.750,00
IMPERATRIZ - MA	2.978,00
PINHEIRO - MA	1.824,00
SÃO LUÍS DO MARANHÃO - MA	13.150,52
VIANA - MA	1.893,00
ZÉ-DOCA - MA	1.888,88
TOTAL	39.100,23

REGIONAL LESTE I	Fraternidade R\$
BARRA DO PIRAÍ - VOLTA REDONDA - RJ	26.337,80
CAMPOS - RJ	4.400,00
DUQUE DE CAXIAS - RJ	16.820,87
ITAGUAÍ - RJ	7.722,48
NITERÓI - RJ	28.741,30
NOVA FRIBURGO - RJ	11.687,00
NOVA IGUAÇU - RJ	16.000,00
PETRÓPOLIS - RJ	11.023,47
RIO DE JANEIRO - RJ	121.322,73
VALENÇA - RJ	5.410,00
TOTAL	249.465,65

REGIONAL LESTE II	Fraternidade R\$
ALMENARA - MG	2.233,78
ARAÇUAÍ - MG	1.970,83
BELO HORIZONTE - MG	115.054,13
CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM - ES	35.014,16
CAMPANHA - MG	11.813,40
CARATINGA - MG	8.289,00
COLATINA - ES	29.420,81
DIAMANTINA - MG	9.702,70
DIVINÓPOLIS - MG	21.600,00
GOVERNADOR VALADARES - MG	12.980,62
GUANHÃES - MG	6.635,66
GUAXUPÉ - MG	13.800,00
ITABIRA - MG	24.238,13
ITUIUTABA - MG	1.700,00
JANAUBA - MG	1.714,51
JANUÁRIA - MG	2.400,00
JUIZ DE FORA - MG	20.546,57
LEOPOLDINA - MG	15.183,35

LUZ - MG	8.000,00
MARIANA - MG	20.800,00
MONTES CLAROS - MG	8.747,92
OLIVEIRA - MG	3.204,53
PARACATU - MG	2.884,00
PATOS DE MINAS - MG	Valor não Informado
POUSO ALEGRE - MG	2.540,00
SÃO JOÃO DEL REI - MG	2.131,32
SÃO MATEUS - ES	30.167,90
SETE LAGOAS - MG	4.750,00
TEÓFILO OTTONI - MG	2.169,00
UBERABA - MG	10.463,20
UBERLÂNDIA - MG	9.720,72
VITÓRIA - ES	39.128,98
TOTAL	479.005,22

REGIONAL SUL I	Fraternidade R\$
AMPARO - SP	9.880,00
APARECIDA - SP	8.803,87
ARAÇATUBA - SP	12.884,00
ASSIS - SP	14.920,32
BARRETOS - SP	8.160,00
BAURU - SP	18.686,85
BOTUCATU - SP	11.000,00
BRAGANÇA PAULISTA - SP	11.500,00
CAMPINAS - SP	47.745,90
CAMPO LIMPO - SP	21.778,68
CARAGUATATUBA - SP	6.470,53
CATANDUVA - SP	17.214,08
FRANCA - SP	16.871,29
GUARULHOS - SP	23.000,00
ITAPETININGA - SP	10.451,00

ITAPEVA - SP	8.717,88
JABOTICABAL - SP	12.195,31
JALES - SP	16.032,39
JUNDIAÍ - SP	60.027,72
LIMEIRA - SP	50.000,00
LINS - SP	8.430,00
LORENA - SP	8.278,12
MARÍLIA - SP	49.749,57
MOGI DAS CRUZES - SP	13.362,67
OSASCO - SP	25.344,74
OURINHOS - SP	14.102,86
PIRACICABA - SP	20.000,00
PRESIDENTE PRUDENTE - SP	31.274,36
REGISTRO - SP	4.797,00
RIBEIRÃO PRETO - SP	19.311,34
RIO PRETO - SP	27.488,00
SANTO AMARO - SP	17.795,51
SANTO ANDRÉ - SP	50.898,96
SANTOS - SP	20.788,14
SÃO CARLOS - SP	8.000,00
SÃO JOÃO DA BOA VISTA - SP	22.233,73
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP	61.941,78
SÃO MIGUEL PAULISTA - SP	15.598,77
SÃO PAULO - SP	169.566,06
SOROCABA - SP	26.769,13
TAUBATÉ - SP	16.400,00
TOTAL	1.018.470,56

* A Tabela do Regional Sul II encontra-se no final do livro.

REGIONAL SUL III	Fraternidade R\$
BAGÉ - RS	Valor não Informado
CACHOEIRA DO SUL - RS	4.564,50
CAXIAS DO SUL - RS	49.566,04
CRUZ ALTA - RS	11.604,96

EREXIM - RS	13.116,23
FREDERICO WESTPHALEN - RS	19.340,77
NOVO HAMBURGO - RS	19.703,94
OSÓRIO - RS	7.889,97
PASSO FUNDO - RS	21.364,50
PELOTAS - RS	6.760,00
PORTO ALEGRE - RS	44.476,78
RIO GRANDE - RS	2.026,10
SANTA CRUZ DO SUL - RS	6.700,00
SANTA MARIA - RS	8.350,00
SANTO ÂNGELO - RS	16.191,00
URUGUAIANA - RS	9.372,42
VACARIA - RS	4.470,80
TOTAL	245.498,01

REGIONAL SUL IV	Fraternidade R\$
BLUMENAU - SC	19.631,68
CAÇADOR - SC	14.105,44
CHAPECÓ - SC	38.985,00
CRICIÚMA - SC	26.800,00
FLORIANÓPOLIS - SC	45.298,49
JOAÇABA - SC	10.500,00
JOINVILLE - SC	33.674,00
LAGES - SC	6.051,00
RIO DO SUL - SC	15.141,23
TUBARÃO - SC	14.500,00
TOTAL	224.686,84

REGIONAL CENTRO OESTE	Fraternidade R\$
ARQUIDIOCESE MILITAR DO BRASIL	4.125,00
ANÁPOLIS - GO	10.472,88
BRASÍLIA - DF	51.201,80
CRISTALÂNDIA - TO	2.405,67

FORMOSA - GO	3.400,00
GOIÂNIA - GO	32.876,50
GOIÁS - GO	7.015,48
IPAMERI - GO	3.381,00
ITUMBIARA - GO	2.237,38
JATAÍ - GO	5.400,00
LUZIÂNIA - GO	6.924,00
MIRACEMA DO TOCANTINS - TO	2.074,47
PALMAS - TO	3.819,61
PORTO NACIONAL - TO	2.435,24
RUBIATABA-MOZARLÂNDIA - GO	2.400,00
SÃO LUÍS DE MONTES BELOS - GO	5.860,01
SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT	1.469,66
TOCANTINÓPOLIS - TO	5.350,10
URUAÇU - GO	8.394,16
TOTAL	161.242,96

REGIONAL OESTE I	Fraternidade R\$
CAMPO GRANDE - MS	29.692,92
CORUMBÁ - MS	2.499,00
COXIM - MS	3.888,00
DOURADOS - MS	20.000,00
JARDIM - MS	2.826,84
TRÊS LAGOAS - MS	4.475,85
TOTAL	63.382,61

REGIONAL OESTE II	Fraternidade R\$
BARRA DO GARÇA - MT	3.175,26
SÃO LUÍZ DE CÁCERES - MT	7.548,68
CUIABÁ - MT	27.783,32
DIAMANTINO - MT	6.717,80
GUIRATINGA - MT	5.184,88
JUÍNA - MT	3.321,62

PARANATINGA - MT	721,40
RONDONÓPOLIS - MT	7.701,00
SINOP- MT	7.880,00
TOTAL	70.033,96

REGIONAL NOROESTE	Fraternidade R\$
CRUZEIRO DO SUL - AC	1.850,00
GUAJARA MIRIM - RO	4.847,04
HUMAITÁ - AM	950,00
JI-PARANÁ - RO	27.964,65
LÁBREA - AM	876,62
PORTO VELHO - RO	12.814,74
RIO BRANCO - AC	7.926,40
TOTAL	57.229,45

O resultado em dinheiro desta campanha, contando a coleta, as contribuições individuais de pessoas físicas e rendimentos bancários foi de R\$ 3.842.633,39. Deste montante já foram apoiados pelo FNS 172 projetos.

Equipes diocesanas e paroquiais de animação das Campanhas

– Numa atitude ousada e corajosa, a CNBB, as Pontifícias Obras Missionárias e a Cáritas Brasileira estão realizando o grande mutirão na organização de equipes de animação das 3 grandes Campanhas nacionais realizadas na Igreja do Brasil (Fraternidade, Missionária e para a Evangelização). Estas equipes devem animar também as campanhas emergenciais. A decisão foi tomada na reunião do Conselho Permanente da CNBB em fevereiro de 2007. A meta para 2007 foi a realização das oficinas nos 17 Regionais da CNBB. Ainda em 2007 várias dioceses organizaram a Equipe de Campanhas. Em 2008 e 2009 será a vez do grande mutirão para organizar as equipes de animação das campanhas, nas dioceses e nas paróquias de todo o Brasil.

Você que reconhece a importância das campanhas para a Igreja do Brasil, procure saber se a Equipe de Campanhas está organizada na sua diocese e ajude a organizar ou participar na equipe da sua paróquia.

Para informações, esclarecimentos e orientações sobre a organização das Equipes de Campanhas e o curso de Campanhas pela INTERNET, fazer contato com Pe. Vanzella, Secretário Executivo da CF no e-mail: cf@cnbb.com.br ou telefone (61) 2103-8300.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS DA IGREJA

DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS

JOÃO PAULO II. *Novo Millennio Ineunte*

_____. Carta Encíclica *Veritatis Splendor* in COSTA, L. (org.) *Encílicas de João Paulo II*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. Carta Encíclica *Redemptoris Missio* in COSTA, L. (org.) *Encílicas de João Paulo II*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. Exortação Apostólica *Novo Millennio Ineunte*. São Paulo: Paulinas, 2001

DOCUMENTOS CONCILIARES

Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no mundo de hoje, do Conselho Ecumênico Vaticano II in COSTA, L. (org.) *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 1997.

Declaração *Dignitatis Humanae* sobre a liberdade religiosa, do Concílio Ecumênico Vaticano II in COSTA, L. (org.) *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 1997.

DOCUMENTOS DO MAGISTÉRIO DA IGREJA

PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005.

DOCUMENTOS DAS CONFERÊNCIAS EPISCOPAIS

CELAM. *Documento de Aparecida*. Brasília: CNBB, 2007.

_____. *Documento conclusivo da 3ª Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, Puebla*. São Paulo: Paulinas, 1979.

CNBB. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 2003 – 2006*. São Paulo: Paulinas, 2003. Doc. 71.

_____. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 2008 – 2010*. Brasília: CNBB, 2008.

_____. *Fraternidade e o negro - Texto-base CF1988*. São Paulo: Salesianas, 1987.

_____. *Fraternidade e política - Texto-base CF 1996*. São Paulo: Salesianas, 1995.

_____. *Fraternidade e povos indígenas – Texto-base CF 2002*. São Paulo: Salesianas, 2001.

_____. *Fraternidade e defesa da vida – Texto-base CF 2008*. São Paulo: Salesianas, 2007.

CONIC. *Solidariedade e paz - Texto-base CF 2005*. São Paulo: Salesianas, 2004.

DOCUMENTOS OFICIAIS DO BRASIL

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO. *Anais da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa*. Brasília, 2007.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas*. Brasília, 2007, 90 p.

_____. *Pesquisas em tráfico de pessoas – parte 1*. Porto Alegre, 2005.

_____. *Pesquisas em tráfico de pessoas – parte 2*. Brasília, 2005.

_____. *Pesquisas em tráfico de pessoas – parte 3*. Brasília, 2007.

_____. *Plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas*. Brasília.

_____. *Sistema Único de Segurança Pública*. Brasília, 2003.

OBRAS DE REFERÊNCIA

AGOSTINI, N. *Ética Cristã e desafios atuais*.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro, Difel, 1988, 2ª ed.

- ALVES, R. B. *Criminologia*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- BOBBIO, N. *A Teoria das Formas de Governo*. Brasília, DF: Editora UnB, 2000.
- BURNS, E. M. *História da civilização ocidental. O drama da raça humana*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1968, vol 1, 2ª Ed.
- CASTEL, R. *A insegurança social: o que é ser protegido?* Petrópolis: Vozes, 2005.
- COMBLIN, J. *“Viver na cidade”*. São Paulo: Paulus, 1996.
- DA SILVA, J. *Criminologia crítica – Segurança e Polícia*. Rio de Janeiro: Forense, 2008. 2ª ed.
- _____. *Violência e racismo no Rio de Janeiro*. Niterói: UFF / Eduff, 1998.
- FALEIROS, V. P. *Violência contra a pessoa idosa*. Brasília: Universa, 2007.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 2ª ed.
- FIGUEIRA, R.R. ‘Por que o trabalho escravo?’ *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 14, n. 38, jan-abr 2000.
- LOPEZ-REY, M. A. *Criminologia*. Madri: Aguillar, 1978. Vol. II.
- MARCUSE, H. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1955.
- MIRANDA, A.P. M.; NASCIMENTO, N. & MELLO, K.S.S. *Segurança Pública, Segurança Social e Segurança Humana*. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2006.
- MIRANDA, A.P. ‘Considerações acerca da criminalização da sonegação fiscal e das fraudes no Brasil’. *Revista Ultima Ratio*, Rio de Janeiro, 2007, p.331-359.
- PESSINI, L. e BERTACHINI, L. (orgs) *Humanização e cuidados paliativos*. São Paulo: EUNISC – Loyola, 2004.
- ORWELL, George. *“A revolução dos bichos”*. www.comunismo.com.br/georgeorwell-revolucao.pdf.
- REALE, G e ANTISERI, D. *História da Filosofia*. São Paulo: Paulinas, 1991, vol. III.

RÚBIO, A. G. *Encontro com o Cristo Vivo*. São Paulo: Paulinas, 2008. 18ª ed.

SIMMEL, G. 'A natureza sociológica do conflito'. MORAES FILHO, E. (org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

ZANETIC, A. *A questão da segurança privada: estudo do marco regulatório dos serviços particulares de segurança*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, 2005.

INTERNET

APAC

jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7651. Acesso em 14 de junho de 2008.

Campanha Nacional pelo Direito à Cidadania:

www.campanhaeducacao.org.br. Acesso em: 30 mai 2008.

Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Secretária Nacional:

www.cptnac.com.br/?system=news&eid=6. Acesso em 12 de junho de 2008.

Conselho Indigenista Missionário:

www.cimi.org.br/publicacoes/1208873977_2%20Relat%20Violencia%20-%202006-2007-%20Cap%20II.pdf. Acesso em 12 de junho de 2008.

Governo do Paraná:

www.pr.gov.br. Acesso em 30 de maio de 2008.

DENATRAN

www2.cidades.gov.br/renaest/detalheNoticia.do?noticia.codigo=245 Acesso em 14 de julho de 2008.

Fórum de Segurança

www.forumseguranca.org.br/artigos/pronasci. Acesso em 14 de junho de 2008.

Governo do Estado de Minas Gerais – Defesa Social:

www.socialfgr.org.br/seminarios/MarciaAlvesSEDS.pdf Acesso em 13 de junho de 2008.

Jornal Mundo Jovem

www.pime.org.br/missaojovem/mjevanggeralpastoral.htm Acesso em 14 de junho de 2008.

JUS Navigandi

www.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7651. Acesso em 14 de junho de 2008.

Ministério Público de Goiás

www.mp.go.gov.br. Acesso em 20 de junho de 2008.

MUNIZ, J. & PROENÇA JR, D.

'Onda de ataques no Rio de Janeiro - pequenas notas'

www.comunidadessegura.org/?q=pt/node/31366

Movimento Nacional dos Direitos Humanos.

www.mndh.org.br. Acesso em 30 de maio de 2008

Nações Unidas no Brasil:

www.onu-brasil.org.br. Acesso em 30 de maio de 2008.

Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) www.unesco.org.br/manifesto2000. Acesso em 04 de julho de 2008.

Pastoral do Menor:

www.pastoraldomenornacional.org/materiais.htm. Acesso em 12 de julho de 2008.

Registro Nacional de Acidente e Estatísticas de Trânsito:

www2.cidades.gov.br/renaest/detalheNoticia.do?noticia.codigo=245. Acesso em 13 de junho de 2008.

Sistema Único de Segurança Pública – SUSP

www.segurancacidade.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=22&Itemid=47. Acesso em 14 de junho de 2008.

The World Health Organization (WHO)

www5.who.int/violence_injury_prevention. Acesso em 04 de julho de 2008.

ANEXO 1 | HINO DA CF/2009

L.: José Antônio de Oliveira

M.: Daniel Pinto da Fonseca

D Em F#m G Em A
 D Em F#m G Asus⁴ A⁷
 Bm Em Bm Em 1. Ó po-vo
 meu, che-gou a mim o teu la-men - to, co-nhe-ço_o me-do_e_a in-se-gu-ran-ça em que es -
 F#m G F#m
 tás. Eu ve-nho_a ti, sou tu - a for-ça_e teu a - len - to. Vou te mos -
 C Em A D A/C#
 trar ca - mi-nho no-vo pa-ra_a paz. Refr.: On - de pões tu - a con - fi -
 Bm Bm/A G Em
 an - ça? Se - gu - ran - ça, quem te traz? É_o a -
 F#7 Bm G D A⁷ D
 mor que tu-do_al-can-ça; Só a jus-ti - ça ge-ra_a paz.

1. Ó povo meu, chegou a mim o teu lamento,
Conheço o medo e a insegurança em que estás.
Eu venho a ti, sou tua força e teu alento.
Vou te mostrar caminho novo para a paz.

Refr.: Onde pões tua confiança?

Segurança, quem te traz?

É o amor que tudo alcança;

Só a justiça gera a paz!

2. Quando o direito habitar a tua casa,
Quando a justiça se sentar à tua mesa,
A segurança há de brincar em tuas praças;
Enfim, a paz demonstrará sua beleza.

3. A segurança é vida plena para todos:
Trabalho digno, moradia, educação;
É ter saúde e os direitos respeitados;
É construir fraternidade, é ser irmão.

4. É vão punir sem superar desigualdades;
É ilusão só exigir sem antes dar.
Só na justiça encontrarás tranqüilidade;
Não-violência é jeito novo de lutar.

5. É como teia de aranha, a segurança (Jó 8,14)
De quem confia só nas armas, no poder.
Não é violência, não são grades ou vingança
Que irão fazer paz e justiça florescer.

6. Eu desposei-te no direito e na justiça
Com grande amor e com ternura te escolhi. (Os 2,18)
Como aceitar o desrespeito, a injustiça,
A intolerância e o desamor que vêm de ti?!

1. OCORRÊNCIAS POLICIAIS

Secretaria Nacional de Segurança Pública
Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Ocorrências Registradas pelas Polícias Cíveis por Número de Taxas
por 100 mil Habitantes no Brasil entre 2004 e 2005

Indicadores Criminais	2004		2005	
	Número de Ocorrências	Taxa por 100 mil hab. ⁽¹⁾	Número de Ocorrências	Taxa por 100 mil hab. ⁽¹⁾
Crimes Violentos Letais e Intencionais	40.793	24,1	40.974	23,6
Crimes Violentos Não Letais Contra Pessoa	58.418	34,5	61.232	35,2
Crimes Violentos contra o Patrimônio	874.046	516,9	903.773	519,6
Delitos Envolvendo Drogas	82.288	48,7	87.170	50,1
Delitos de Trânsito	330.806	195,6	320.265	184,1
Homicídios Dolosos	38.115	22,5	38.180	22,0
Tentativas de Homicídio	34.598	20,5	36.080	20,7
Lesões Corporais	658.485	389,4	696.774	400,6
Estupros	14.153	16,5	14.557	16,5
Atentados Violentos ao Pudor	9.443	7,3	10.355	7,8
Extorsões Mediante Sequestro	346	0,3	475	0,4
Roubos	873.700	516,7	903.298	519,4
Furtos	2.050.070	1.212,4	2.022.896	1.163,1

Fonte: Ministério da Justiça - MJ / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP / Secretarias Estaduais de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de Pesquisa.

2. CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Distribuição das Ocorrências⁽³⁾ de Crimes Violentos Letais intencionais⁽¹⁾
Registradas pelas Polícias Cíveis por 100.000 Habitantes, em 2004 e 2005

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	2004			2005		
	População	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 habitantes ⁽²⁾	População	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 habitantes ⁽²⁾
Brasil⁽⁴⁾	169.092.709	40.793	24,1	173.922.234	40.974	23,6
Região Norte	14.064.278	3.486	24,8	14.698.834	3.950	26,9
Roraima	1.479.940	532	35,9	1.534.584	476	31,0
Acre	614.205	155	25,2	669.737	121	18,1
Amazonas	3.100.138	437	14,1	3.232.319	525	16,2
Roraima	367.701	54	14,7	391.318	49	12,5
Pará	6.695.940	1.926	28,8	6.970.591	2.438	35,0
Amapá	553.100	179	32,4	594.577	132	22,2
Tocantins	1.253.258	203	16,2	1.305.708	209	16,0
Região Nordeste	49.862.741	12.300	24,7	51.018.983	13.028	25,5
Maranhão	5.943.807	815	13,7	6.103.338	998	16,4
Piauí	2.949.133	220	7,5	3.006.886	298	9,9
Ceará	7.862.067	1.456	18,5	8.097.290	1.637	20,2
Rio Grande do Norte	2.923.287	433	14,8	3.003.040	597	19,9
Paraíba	3.542.167	730	20,6	3.595.849	696	19,4
Pernambuco	8.238.849	4.034	49,0	8.413.601	4.039	48,0
Alagoas	2.947.717	1.056	35,8	3.015.901	1.123	37,2
Sergipe	1.903.065	482	25,3	1.987.818	460	23,4
Bahia	13.552.649	3.074	22,7	13.815.260	3.180	23,0
Região Sudeste	76.333.625	19.882	26,0	78.472.036	18.721	23,9
Minas Gerais	18.762.405	3.209	17,1	19.237.434	3.566	18,5
Espírito Santo	3.298.541	1.341	40,7	3.408.360	1.285	37,7
Rio de Janeiro	15.033.317	5.966	39,7	15.383.422	6.230	40,5
São Paulo	39.239.382	9.366	23,9	40.442.820	7.640	18,9
Região Sul⁽⁴⁾	16.299.759	2.152	13,2	16.711.592	2.077	12,4
Paraná	Informação Não Encaminhada			Informação Não Encaminhada		
Santa Catarina	5.686.503	554	9,7	5.866.590	490	8,4
Rio Grande do Sul	10.613.126	1.598	15,1	10.845.002	1.587	14,6
Região Centro-Oeste	12.532.306	2.973	23,7	13.020.785	3.198	24,6
Mato Grosso do Sul	2.198.640	551	25,1	2.264.489	519	22,9

Mato Grosso	2.697.717	637	23,6	2.803.272	885	31,6
Goiás	5.402.335	1.162	21,5	5.619.919	1.218	21,7
Distrito Federal	2.233.614	623	27,9	2.333.109	576	24,7

Fonte: Ministério da Justiça - MJ / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP / Secretarias Estaduais de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de Pesquisa Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

- 1 - Este Indicador é composto pela soma do número de ocorrências dos seguintes delitos: homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio).
- 2 - Cálculo feito com base nos Censos Demográficos, Contagem Populacional e MS/SE/Datasus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos Intercensitários.
- 3 - As informações fornecidas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública podem variar de acordo com a cobertura dos dados em termo das delegacias que informam o sistema.
- 4 - A Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná não encaminhou informações estatísticas relativas aos anos de 2004 e 2005.

Data da Elaboração da Tabela: 30/8/2007

3. CRIMES VIOLENTOS CONTRA O PATRIMÔNIO

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Distribuição das Ocorrências⁽³⁾ de Crimes Violentos Contra o Patrimônio⁽¹⁾ Registradas pelas Polícias Cíveis por 100.000 Habitantes, em 2004 e 2005

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	2004			2005		
	População	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 habitantes ⁽²⁾	População	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 habitantes ⁽²⁾
Brasil⁽⁴⁾⁽⁵⁾	169.092.709	874.046	516,9	173.922.234	903.773	519,6
Região Norte	14.064.278	61.189	435,1	14.698.834	70.032	476,4
Rondônia	1.479.940	7.951	537,9	1.534.584	8.069	525,8
Acre	614.205	1.852	301,5	669.737	2.349	350,7
Amazonas	3.100.138	7.664	247,2	3.232.319	10.027	310,2
Roraima	367.701	727	197,7	391.318	772	197,3
Pará	6.695.940	39.338	587,5	6.970.591	45.105	647,1
Amapá	553.100	2.382	430,7	594.577	2.142	360,3
Tocantins	1.253.258	1.265	100,9	1.305.708	1.568	120,1
Região Nordeste	49.862.741	181.269	383,5	51.018.983	209.095	409,8
Maranhão	5.943.807	11.332	190,7	6.103.338	11.924	195,4
Piauí	2.949.133	7.476	253,5	3.006.886	6.801	226,2
Ceará	7.862.067	50.606	643,7	8.097.290	72.727	898,2
Rio Grande do Norte	2.923.287	7.754	265,2	3.003.040	10.325	343,8

Paraíba	3.542.167	8.302	234,4	3.595.849	8.378	233,0
Pernambuco	8.238.849	36.814	446,8	8.413.601	33.222	394,9
Alagoas	2.947.717	5.104	173,2	3.015.901	7.270	241,1
Sergipe	1.903.065	4.422	232,4	1.987.818	4.293	218,2
Bahia	13.552.649	49.459	364,9	13.815.260	54.155	392,0
Região Sudeste	76.333.625	491.882	644,4	78.472.036	481.111	613,1
Minas Gerais	18.762.405	64.978	346,3	19.237.434	55.185	286,9
Espírito Santo	3.298.541	6.895	209,0	3.408.360	8.556	251,0
Rio de Janeiro	15.033.317	111.044	738,7	15.383.422	114.085	741,6
São Paulo	39.239.382	308.965	787,4	40.442.820	303.285	749,9
Região Sul⁽⁴⁾	16.299.759	81.781	501,7	16.711.592	80.381	481,0
Paraná	Informação Não Encaminhada			Informação Não Encaminhada		
Santa Catarina	5.686.503	9.436	165,9	5.866.590	7.776	132,5
Rio Grande do Sul	10.613.126	72.345	681,6	10.845.002	72.605	669,5
Região Centro-Oeste	12.532.306	57.825	462,2	13.020.785	63.154	485,0
Mato Grosso do Sul	2.198.640	3.308	150,5	2.264.489	3.718	164,2
Mato Grosso	2.697.717	4.720	175,0	2.803.272	9.869	352,1
Goiás	5.402.335	20.758	384,2	5.619.919	22.623	402,6
Distrito Federal	2.233.614	29.139	1.304,6	2.333.109	26.944	1.154,9

Fonte: Ministério da Justiça - MJ / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP / Secretarias Estaduais de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coodenação Geral de Pesquisa Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

- 1 - Este indicador é composto pela soma do número de ocorrências dos seguintes delitos: extorsão mediante sequestro, roubo de veículo, roubo de carga, roubo a ou de veículos de transporte de valores (carro-forte), roubo a instituição financeira, roubo a transeunte, roubo em transporte coletivo, roubo em estabelecimento comercial ou de serviços, roubo em residência, roubo com restrição de liberdade da vítima e outros roubos.
- 2 - Cálculo feito com base nos Censos Demográficos, Contagem Populacional e MS/SE/Datasus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos Intercensitários.
- 3 - As informações fornecidas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública podem variar de acordo com a cobertura dos dados em termo das delegacias que informam o sistema.
- 4 - A Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná não encaminhou informações estatísticas relativas aos anos de 2004 e 2005.
- 5 - A Secretaria Estadual de Segurança Pública de São Paulo não encaminhou informações estatísticas relativas a extorsões mediante sequestro para os anos de 2004 e 2005.

Data da Elaboração da Tabela: 30/8/2007

4. DELITOS DE TRÂNSITO

Secretaria Nacional de Segurança Pública
Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Distribuição das Ocorrências⁽³⁾ de Delitos de Trânsito⁽¹⁾
Registradas pelas Polícias Cíveis por 100.000 Habitantes, em 2004 e 2005

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	2004			2005		
	População	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 habitantes ⁽²⁾	População	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 habitantes ⁽²⁾
Brasil⁽⁴⁾	169.092.709	330.806	195,6	173.922.234	320.265	184,1
Região Norte	14.064.278	12.179	86,6	14.698.834	13.640	92,8
Rondônia	1.479.940	4.852	327,9	1.534.584	4.665	304,0
Acre	614.205	167	27,2	669.737	295	44,0
Amazonas	3.100.138	1.627	52,5	3.232.319	2.270	70,2
Roraima	367.701	464	126,2	391.318	1.369	349,8
Pará	6.695.940	2.887	43,1	6.970.591	2.893	41,5
Amapá	553.100	588	106,3	594.577	473	79,6
Tocantins	1.253.258	1.594	127,2	1.305.708	1.675	128,3
Região Nordeste	49.862.741	25.934	52,0	51.018.983	28.375	55,6
Maranhão	5.943.807	3.191	53,7	6.103.338	4.003	65,6
Piauí	2.949.133	1.518	51,5	3.006.886	1.483	49,3
Ceará	7.862.067	2.429	30,9	8.097.290	3.199	39,5
Rio Grande do Norte	2.923.287	1.151	39,4	3.003.040	1.403	46,7
Paraíba	3.542.167	1.125	31,8	3.595.849	1.299	36,1
Pernambuco	8.238.849	2.509	30,5	8.413.601	3.002	35,7
Alagoas	2.947.717	223	7,6	3.015.901	392	13,0
Sergipe	1.903.065	760	39,9	1.987.818	439	22,3
Bahia	13.552.649	13.028	96,1	13.815.260	13.155	95,2
Região Sudeste	76.333.625	219.770	287,9	78.472.036	210.727	268,5
Minas Gerais	18.762.405	54.996	293,1	19.237.434	37.458	194,7
Espírito Santo	3.298.541	1.328	40,3	3.408.360	1.585	46,5
Rio de Janeiro	15.033.317	28.550	189,9	15.383.422	28.746	186,9
São Paulo	39.239.382	134.896	343,8	40.442.820	142.938	353,4
Região Sul⁽⁴⁾	16.299.759	49.135	301,4	16.711.592	43.594	260,9
Paraná	Informação Não Encaminhada			Informação Não Encaminhada		
Santa Catarina	5.686.503	18.722	329,2	5.866.590	12.337	210,3
Rio Grande do Sul	10.613.126	30.413	286,6	10.845.002	31.257	288,2
Região Centro-Oeste	12.532.306	23.788	189,8	13.020.785	23.929	183,8
Mato Grosso do Sul	2.198.640	2.659	120,9	2.264.489	2.913	128,6
Mato Grosso	2.697.717	7.742	287,0	2.803.272	6.485	281,3
Goiás	5.402.335	4.696	86,7	5.619.919	5.166	91,9
Distrito Federal	2.233.614	8.701	389,5	2.333.109	9.365	401,4

Fonte: Ministério da Justiça - MJ / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP / Secretarias Estaduais de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de Pesquisa Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

- 1 - Este indicador é composto pela soma do número de ocorrências dos seguintes delitos: homicídio culposo (acidente de trânsito); lesão corporal culposa (acidente de trânsito).
- 2 - Cálculo feito com base nos Censos Demográficos, Contagem Populacional e MS/SE/Datasus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos Intercensitários.
- 3 - As informações fornecidas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública podem variar de acordo com a cobertura dos dados em termo das delegacias que informam o sistema.
- 4 - A Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná não encaminhou informações estatísticas relativas aos anos de 2004 e 2005.

Data da Elaboração da Tabela: 30/8/2007

5. DELITOS ENVOLVENDO DROGAS

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Distribuição das Ocorrências⁽³⁾ Registradas pela Polícia Civil relativas a Delitos Envolvendo Drogas⁽¹⁾ por 100.000 Habitantes, em 2004 e 2005

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	2004			2005		
	População	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 habitantes ⁽²⁾	População	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 habitantes ⁽²⁾
Brasil⁽⁴⁾	169.092.709	82.288	48,7	173.922.234	87.170	50,1
Região Norte	14.064.278	3.604	25,6	14.698.834	4.052	27,6
Roraima	1.479.940	763	51,6	1.534.584	1.008	65,7
Acre	614.205	270	44,0	669.737	429	64,1
Amazonas	3.100.138	996	32,1	3.232.319	862	26,7
Roraima	367.701	84	22,8	391.318	75	19,2
Pará	6.695.940	1.163	17,4	6.970.591	1.343	19,3
Amapá	553.100	16	2,9	594.577	16	2,7
Tocantins	1.253.258	312	24,9	1.305.708	319	24,4
Região Nordeste	49.862.741	6.689	13,4	51.018.983	7.910	15,5
Maranhão	5.943.807	585	9,8	6.103.338	535	8,8
Piauí	2.949.133	123	4,2	3.006.886	157	5,2
Ceará	7.862.067	878	11,2	8.097.290	1.095	13,5
Rio Grande do Norte	2.923.287	757	25,9	3.003.040	707	23,5
Paraíba	3.542.167	414	11,7	3.595.849	647	18,0
Pernambuco	8.238.849	612	7,4	8.413.601	760	9,0
Alagoas	2.947.717	122	4,1	3.015.901	311	10,3
Sergipe	1.903.065	0	0,0	1.987.818	0	0,0
Bahia	13.552.649	3.198	23,6	13.815.260	3.698	26,8
Região Sudeste	76.333.625	52.637	69,0	78.472.036	56.029	71,4
Minas Gerais	18.762.405	9.198	49,0	19.237.434	9.729	50,6
Espirito Santo	3.298.541	897	27,2	3.408.360	1.135	33,3
Rio de Janeiro	15.033.317	8.428	56,1	15.383.422	9.446	61,4
São Paulo	39.239.382	34.114	86,9	40.442.820	35.719	88,3
Região Sul⁽⁴⁾	16.299.759	12.501	76,7	16.711.592	11.193	67,0
Paraná	Informação Não Encaminhada			Informação Não Encaminhada		
Santa Catarina	5.866.503	4.050	71,2	5.866.590	2.933	50,0
Rio Grande do Sul	10.613.126	8.451	79,6	10.845.002	8.260	76,2
Região Centro-Oeste	12.532.306	6.857	54,7	13.020.785	7.986	61,3
Mato Grosso do Sul	2.198.640	1.555	70,7	2.264.489	2.095	92,5

Mato Grosso	2.697.717	538	19,9	2.803.272	867	30,9
Goiás	5.402.335	2.406	44,5	5.619.919	2.534	45,1
Distrito Federal	2.233.614	2.358	105,6	2.333.109	2.490	106,7

Fonte: Ministério da Justiça - MJ / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP / Secretarias Estaduais de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de Pesquisa Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

- 1 - Este Indicador é composto pela soma do número de ocorrências dos seguintes delitos: tráfico de drogas; uso e porte de drogas.
- 2 - Cálculo feito com base nos Censos Demográficos, Contagem Populacional e MS/SE/Datasus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos Intercensitários.
- 3 - As informações fornecidas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública podem variar de acordo com a cobertura dos dados em termo das delegacias que informam o sistema.
- 4 - A Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná não encaminhou informações estatísticas relativas aos anos de 2004 e 2005.

Data da Elaboração da Tabela: 30/8/2007

6. HOMICÍDIO DOLOSO

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Distribuição das Ocorrências Registradas⁽²⁾ pelas Polícias Cíveis relativas a Homicídio Doloso, Segundo Número e Taxas por 100.000 Habitantes, no Brasil, em 2004 e 2005

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	2004			2005		
	População	Total de Ocorrências de Homicídios Dolosos	Taxa por 100.000 habitantes ⁽²⁾	População	Total de Ocorrências de Homicídios Dolosos	Taxa por 100.000 habitantes ⁽²⁾
Brasil⁽⁴⁾	169.092.709	38.115	22,5	173.922.234	38.180	22,0
Região Norte	14.064.278	3.249	23,1	14.698.834	3.641	24,8
Rondônia	1.479.940	498	33,7	1.534.584	446	29,1
Acre	614.205	151	24,6	669.737	116	17,3
Amazonas	3.100.138	412	13,3	3.232.319	499	15,4
Roraima	367.701	53	14,4	391.318	46	11,8
Pará	6.695.940	1.819	27,2	6.970.591	2.244	32,2
Amapá	553.100	133	24,0	594.577	106	17,8
Tocantins	1.253.258	183	14,6	1.305.708	184	14,1
Região Nordeste	49.862.741	11.358	22,8	51.018.983	11.895	23,3
Maranhão	5.943.807	714	12,0	6.103.338	865	14,2
Piauí	2.949.133	213	7,2	3.006.886	281	9,3

Ceará	7.862.067	1.344	17,1	8.097.290	1.491	18,4
Rio Grande do Norte	2.923.287	380	13,0	3.003.040	549	18,3
Paraíba	3.542.167	679	19,2	3.595.849	649	18,0
Pernambuco	8.238.849	3.658	44,4	8.413.601	3.569	42,4
Alagoas	2.947.717	1.039	35,2	3.015.901	1.081	35,8
Sergipe	1.903.065	465	24,4	1.987.818	447	22,7
Bahia	13.552.649	2.866	21,1	13.815.260	2.963	21,4
Região Sudeste	76.333.625	19.017	24,9	78.472.036	17.953	22,9
Minas Gerais	18.762.405	3.024	16,1	19.237.434	3.413	17,7
Espírito Santo	3.298.541	1.331	40,4	3.408.360	1.270	37,3
Rio de Janeiro	15.033.317	5.753	38,3	15.383.422	5.994	39,0
São Paulo	39.239.382	8.909	22,7	40.442.820	7.276	18,0
Região Sul ⁽⁴⁾	16.299.759	1.830	11,2	16.711.592	1.770	10,6
Paraná	Informação Não Encaminhada			Informação Não Encaminhada		
Santa Catarina	5.686.503	477	8,4	5.866.590	418	7,1
Rio Grande do Sul	10.613.126	1.353	12,7	10.845.002	1.352	12,5
Região Centro-Oeste	12.532.306	2.661	21,2	13.020.785	2.921	22,4
Mato Grosso do Sul	2.198.640	520	23,7	2.264.489	489	21,6
Mato Grosso	2.697.717	551	20,4	2.803.272	793	28,3
Goiás	5.402.335	1.037	19,2	5.619.919	1.124	20,0
Distrito Federal	2.233.614	553	24,8	2.333.109	515	22,1

Fonte: Ministério da Justiça - MJ / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP / Secretarias Estaduais de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coodenação Geral de Pesquisa Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

- 1 - Cálculo feito com base nos Censos Demográficos, Contagem Populacional e MS/SE/Datasus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos Intercensitários.
- 2 - As informações fornecidas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública podem variar de acordo com a cobertura dos dados em termo das delegacias que informam o sistema.
- 4 - A Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná não encaminhou informações estatísticas relativas aos anos de 2004 e 2005.

Data da Elaboração da Tabela: 30/8/2007

7. TENTATIVA DE HOMICÍDIO

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Distribuição das Ocorrências Registradas⁽²⁾ pelas Polícias Cíveis relativas à Tentativa de Homicídio, Segundo Número e Taxas por 100.000 Habitantes, no Brasil, em 2004 e 2005

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	2004			2005		
	População	Total de Ocorrências de Tentativas de Homicídio	Taxa por 100.000 habitantes ⁽²⁾	População	Total de Ocorrências de Tentativas de Homicídio	Taxa por 100.000 habitantes ⁽²⁾
Brasil⁽⁴⁾	169.092.709	34.598	20,5	173.922.234	36.080	20,7
Região Norte	14.064.278	2.476	17,6	14.698.834	2.628	17,9
Rondônia	1.479.940	467	31,6	1.534.584	565	36,8
Acre	614.205	343	55,8	669.737	279	41,7
Amazonas	3.100.138	524	16,9	3.232.319	589	18,2
Roraima	367.701	135	36,7	391.318	146	37,3
Pará	6.695.940	509	7,6	6.970.591	630	9,0
Amapá	553.100	232	41,9	594.577	164	27,6
Tocantins	1.253.258	266	21,2	1.305.708	255	19,5
Região Nordeste	49.862.741	7.770	15,6	51.018.983	8.035	15,7
Maranhão	5.943.807	1.200	20,2	6.103.338	1.238	20,3
Piauí	2.949.133	407	13,8	3.006.886	321	10,7
Ceará	7.862.067	165	2,1	8.097.290	309	3,8
Rio Grande do Norte	2.923.287	488	16,6	3.003.040	525	17,5
Paraíba	3.542.167	304	8,6	3.595.849	368	10,2
Pernambuco	8.238.849	1.349	16,4	8.413.601	1.255	14,9
Alagoas	2.947.717	311	10,6	3.015.901	369	12,2
Sergipe	1.903.065	258	13,6	1.987.818	292	14,8
Bahia	13.552.649	3.290	24,3	13.815.260	3.358	24,3
Região Sudeste	76.333.625	16.470	21,6	78.472.036	16.818	21,4
Minas Gerais	18.762.405	4.233	22,6	19.237.434	4.680	24,3
Espírito Santo	3.298.541	723	21,9	3.408.360	1.606	47,1
Rio de Janeiro	15.033.317	2.739	18,2	15.383.422	2.988	19,4
São Paulo	39.239.382	8.775	22,4	40.442.820	7.544	18,7
Região Sul⁽⁴⁾	16.299.759	4.555	27,9	16.711.592	4.579	27,4
Paraná	Informação Não Encaminhada			Informação Não Encaminhada		
Santa Catarina	5.686.503	861	15,1	5.866.590	836	14,3
Rio Grande do Sul	10.613.126	3.694	34,8	10.845.002	3.743	34,5
Região Centro-Oeste	12.532.306	3.327	26,5	13.020.785	4.020	30,9
Mato Grosso do Sul	2.198.640	672	30,6	2.264.489	792	35,0
Mato Grosso	2.697.717	614	22,8	2.803.272	967	34,5
Goiás	5.402.335	1.168	21,6	5.619.919	1.455	25,9
Distrito Federal	2.233.614	873	39,1	2.333.109	806	34,5

Fonte: Ministério da Justiça - MJ / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP / Secretarias Estaduais de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coodenação Geral de Pesquisa Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

- 1 - Cálculo feito com base nos Censos Demográficos, Contagem Populacional e MS/SE/Datasus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos Intercensitários.
- 2 - As informações fornecidas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública podem variar de acordo com a cobertura dos dados em termo das delegacias que informam o sistema.
- 4 - A Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná não encaminhou informações estatísticas relativas aos anos de 2004 e 2005.

Data da Elaboração da Tabela: 30/8/2007

8. LESÃO CORPORAL

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Distribuição das Ocorrências Registradas⁽³⁾ pelas Polícias Cíveis relativas à Lesão Corporal⁽¹⁾, Segundo Número e Taxas por 100.000 Habitantes, no Brasil, em 2004 e 2005

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	2004			2005		
	População	Total de Ocorrências de Lesões Corporais	Taxa por 100.000 habitantes ⁽²⁾	População	Total de Ocorrências de Lesões Corporais	Taxa por 100.000 habitantes ⁽²⁾
Brasil⁽⁴⁾	169.092.709	658.485	389,4	173.922.234	696.774	400,6
Região Norte	14.064.278	56.523	401,9	14.698.834	64.912	441,6
Roraima	1.479.940	8.848	597,9	1.534.584	9.561	623,0
Acre	614.205	5.477	891,7	669.737	6.414	957,7
Amazonas	3.100.138	11.760	379,3	3.232.319	16.306	504,5
Roraima	367.701	2.123	577,4	391.318	2.523	644,7
Pará	6.695.940	20.635	308,2	6.970.591	21.802	312,8
Amapá	553.100	4.616	834,6	594.577	5.013	843,1
Tocantins	1.253.258	3.064	244,5	1.305.708	3.293	252,2
Região Nordeste	49.862.741	105.213	211,0	51.018.983	112.594	220,7
Maranhão	5.943.807	12.615	212,2	6.103.338	13.695	224,4
Piauí	2.949.133	3.661	124,1	3.006.886	4.306	143,2
Ceará	7.862.067	10.695	136,0	8.097.290	13.458	166,2
Rio Grande do Norte	2.923.287	7.648	261,6	3.003.040	8.752	291,4
Paraíba	3.542.167	5.355	151,2	3.595.849	5.022	139,7
Pernambuco	8.238.849	15.149	183,9	8.413.601	14.090	167,5
Alagoas	2.947.717	3.084	104,6	3.015.901	4.018	133,2
Sergipe	1.903.065	2.156	113,3	1.987.818	2.454	124,7
Bahia	13.552.649	44.850	330,9	13.815.260	46.799	338,7
Região Sudeste	76.333.625	333.195	436,5	78.472.036	354.076	451,2
Minas Gerais	18.762.405	62.991	335,7	19.237.434	69.013	358,7
Espírito Santo	3.298.541	6.909	209,5	3.408.360	8.552	250,9
Rio de Janeiro	15.033.317	67.227	447,2	15.383.422	69.451	451,5
São Paulo	39.239.382	196.068	499,7	40.442.820	207.060	512,0
Região Sul⁽⁴⁾	16.299.759	124.666	764,8	16.711.592	117.977	706,0
Paraná	Informação Não Encaminhada			Informação Não Encaminhada		
Santa Catarina	5.686.503	34.175	601,0	5.866.590	27.246	464,4
Rio Grande do Sul	10.613.126	90.491	852,6	10.845.002	90.731	836,6

Região Centro-Oeste	12.532.306	38.888	310,3	13.020.785	47.215	362,6
Mato Grosso do Sul	2.198.640	10.257	466,5	2.264.489	11.623	513,3
Mato Grosso	2.697.717	5.983	221,8	2.803.272	8.384	299,1
Goiás	5.402.335	9.291	172,0	5.619.919	12.460	221,7
Distrito Federal	2.233.614	13.357	597,0	2.333.109	14.748	632,1

Fonte: Ministério da Justiça - MJ / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP / Secretarias Estaduais de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de Pesquisa Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

- 1 - Este Indicador é composto pelos seguintes delitos: lesão corporal seguida de morte, lesão corporal dolosa, outras lesões corporais culposas e outros crimes resultantes em lesão corporal.
- 2 - Cálculo feito com base nos Censos Demográficos, Contagem Populacional e MS/SE/Datasus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos Intercensitários.
- 3 - As informações fornecidas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública podem variar de acordo com a cobertura dos dados em termo das delegacias que informam o sistema.
- 4 - A Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná não encaminhou informações estatísticas relativas aos anos de 2004 e 2005.

Data da Elaboração da Tabela: 30/8/2007

9. ESTUPRO

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Distribuição das Ocorrências Registradas⁽²⁾ pelas Polícias Cíveis relativas a Estupro, Segundo Número e Taxas por 100.000 mulheres, no Brasil, em 2004 e 2005

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	2004			2005		
	População Feminina	Total de Ocorrências de Estupro	Taxa por 100.000 Mulheres⁽¹⁾	População Feminina	Total de Ocorrências de Estupro	Taxa por 100.000 Mulheres⁽¹⁾
Brasil⁽⁴⁾	85.883.857	14.153	16,48	88.332.009	14.557	16,48
Região Norte	6.740.875	1.564	22,53	7.254.032	1.686	23,24
Rondônia	719.615	241	33,49	745.802	224	30,03
Acre	304.718	100	32,82	332.303	107	32,20
Amazonas	1.541.818	259	16,80	1.608.065	334	20,77
Roraima	179.474	62	34,55	191.017	81	42,40
Pará	3.307.032	648	19,59	3.441.995	658	19,12
Amapá	275.468	105	38,12	296.117	109	36,81
Tocantins	612.750	149	24,32	638.733	173	27,08
Região Nordeste	25.415.461	2.788	10,97	26.008.793	2.842	10,93

Maranhão	2.986.642	297	9,94	3.067.154	351	11,44
Piauí	1.499.255	124	8,27	1.528.973	136	8,89
Ceará	4.023.762	448	11,13	4.144.662	436	10,52
Rio Grande do Norte	1.491.746	173	11,60	1.532.578	180	11,74
Paraíba	1.822.954	128	7,02	1.851.042	116	6,27
Pernambuco	4.257.469	246	5,78	4.347.858	215	4,94
Alagoas	1.508.630	106	7,03	1.544.063	113	7,32
Sergipe	969.953	104	10,72	1.002.979	113	11,27
Bahia	6.855.050	1.162	16,95	6.989.484	1.182	16,91
Região Sudeste	38.977.633	6.216	15,95	40.064.296	6.419	16,02
Minas Gerais	9.480.663	959	10,12	9.721.532	1.047	10,77
Espírito Santo	1.664.355	142	8,53	1.719.969	140	8,14
Rio de Janeiro	7.821.643	1.130	14,45	8.001.992	1.329	16,61
São Paulo	20.010.972	3.985	19,91	20.620.803	3.903	18,93
Região Sul ⁽⁴⁾	8.264.037	2.001	24,21	8.473.347	2.000	23,60
Paraná	Informação Não Encaminhada			Informação Não Encaminhada		
Santa Catarina	2.853.809	665	23,30	2.944.728	597	20,27
Rio Grande do Sul	5.410.228	1.336	24,69	5.528.619	1.403	25,38
Região Centro-Oeste	6.285.851	1.584	25,20	6.531.541	1.610	24,65
Mato Grosso do Sul	1.098.516	360	32,77	1.131.603	373	32,86
Mato Grosso	1.310.415	243	18,54	1.361.345	256	32,86
Goiás	2.711.962	711	26,22	2.821.744	646	22,89
Distrito Federal	1.164.958	270	23,18	1.216.849	335	27,53

Fonte: Ministério da Justiça - MJ / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP / Secretarias Estaduais de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de Pesquisa Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

- 1 - Cálculo feito com base nos Censos Demográficos, Contagem Populacional e MS/SE/Datasus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos Intercensitários.
- 2 - As informações fornecidas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública podem variar de acordo com a cobertura dos dados em termo das delegacias que informam o sistema.
- 4 - A Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná não encaminhou informações estatísticas relativas aos anos de 2004 e 2005.

Data da Elaboração da Tabela: 30/8/2007

10. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Distribuição das Ocorrências Registradas⁽²⁾ pelas Polícia Cíveis relativas a Atentado Violento ao Pudor, Segundo Número e Taxas por 100.000 Habitantes, no Brasil, em 2004 e 2005

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	2004			2005		
	População	Total de Ocorrências de Atentado Violento ao Pudor	Taxa por 100.000 habitantes ⁽¹⁾	População	Total de Ocorrências de Atentado Violento ao Pudor	Taxa por 100.000 habitantes ⁽¹⁾
Brasil⁽⁴⁾⁽⁵⁾	129.853.347	9.443	7,3	133.479.414	10.335	7,8
Região Norte	14.064.278	1.061	7,5	14.698.834	1.273	8,7
Rondônia	1.479.940	146	9,9	1.534.584	177	11,5
Acre	614.205	42	6,8	669.737	55	8,2
Amazonas	3.100.136	304	9,8	3.232.319	388	11,4
Roraima	367.701	41	11,2	391.318	69	17,6
Pará	6.695.940	380	5,7	6.970.591	466	6,7
Amapá	553.100	65	11,8	594.577	53	8,9
Tocantins	1.253.258	83	6,6	1.305.708	85	6,5
Região Nordeste	49.862.741	2.131	4,3	51.018.983	2.323	4,6
Maranhão	5.943.807	211	3,5	6.103.338	152	2,5
Piauí	2.949.133	66	2,2	3.006.886	74	2,5
Ceará	7.862.067	405	5,2	8.097.290	504	6,2
Rio Grande do Norte	2.923.287	211	7,2	3.003.040	228	7,6
Paraíba	3.542.167	129	3,6	3.595.849	100	3,3
Pernambuco	8.238.849	167	2,0	8.413.601	179	2,1
Alagoas	2.947.717	63	2,1	3.015.901	100	3,3
Sergipe	1.903.065	75	3,9	1.967.818	85	4,3
Bahia	13.552.649	804	5,9	13.815.260	901	6,5
Região Sudeste	37.094.263	2.648	7,1	38.029.216	3.061	8,0
Minas Gerais	18.762.405	892	4,8	19.237.434	920	4,8
Espírito Santo	3.298.541	189	5,7	3.408.360	225	6,6
Rio de Janeiro	15.033.317	1.567	10,4	15.383.422	1.916	12,5
São Paulo	Informação Não Encaminhada			Informação Não Encaminhada		
Região Sul⁽⁴⁾	16.299.759	2.265	13,9	16.711.592	2.300	13,8
Paraná	Informação Não Encaminhada			Informação Não Encaminhada		
Santa Catarina	5.686.503	916	16,1	5.866.590	817	13,9
Rio Grande do Sul	10.613.256	1.349	12,7	10.845.002	1.483	13,7
Região Centro-Oeste	12.532.306	1.338	10,7	13.020.789	1.398	10,7
Mato Grosso do Sul	2.198.640	404	18,4	2.264.489	329	14,5
Mato Grosso	2.697.717	202	7,5	2.803.272	221	7,9
Goiás	5.402.335	486	9,0	5.619.919	572	10,2
Distrito Federal	2.233.614	246	11,0	2.333.109	276	11,8

Fonte: Ministério da Justiça - MJ / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP / Secretarias Estaduais de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de Pesquisa Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

- 1 - Cálculo feito com base nos Censos Demográficos, Contagem Populacional e MS/SE/Datasus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos Intercensitários.
- 2 - As informações fornecidas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública podem variar de acordo com a cobertura dos dados em termo das delegacias que informam o sistema.
- 4 - A Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná não encaminhou informações estatísticas relativas aos anos de 2004 e 2005.
- 5 - A Secretaria Estadual de Segurança Pública de São Paulo não encaminhou informações estatísticas relativas aos anos de 2004 e 2005.

Data da Elaboração da Tabela: 30/8/2007

11. SEQÜESTRO

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Distribuição das Ocorrências Registradas⁽²⁾ pelas Polícia Civil relativas a Extorsão Mediante Sequestro, Segundo Número e Taxas por 100.000 Habitantes, em 2004 e 2005

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	2004			2005		
	População	Total de Ocorrências de Extorsão Mediante Sequestro	Taxa por 100.000 habitantes ⁽¹⁾	População	Total de Ocorrências de Extorsão Mediante Sequestro	Taxa por 100.000 habitantes ⁽¹⁾
Brasil⁽⁴⁾⁽⁵⁾	129.853.347	346	0,27	133.479.414	475	0,36
Região Norte	14.064.278	21	0,15	14.698.834	37	0,25
Roraima	1.479.940	2	0,14	1.534.584	5	0,33
Acre	614.205	6	0,98	669.737	0	0,00
Amazonas	3.100.138	5	0,16	3.232.319	8	0,25
Roraima	367.701	1	0,27	391.318	6	1,53
Pará	6.695.940	1	0,01	6.970.591	3	0,04
Amapá	553.100	2	0,36	594.577	13	2,19
Tocantins	1.253.258	4	0,32	1.305.708	2	0,15
Região Nordeste	49.862.741	79	0,16	51.018.983	108	0,21
Maranhão	5.943.807	3	0,05	6.103.338	14	0,23
Piauí	2.949.133	1	0,03	3.006.886	12	0,40
Ceará	7.862.067	7	0,09	8.097.290	14	0,17
Rio Grande do Norte	2.923.287	10	0,34	3.003.040	13	0,43
Paraíba	3.542.167	6	0,17	3.595.849	5	0,14
Pernambuco	8.238.849	10	0,12	8.413.601	11	0,13
Alagoas	2.947.717	13	0,44	3.015.901	10	0,33
Sergipe	1.903.065	1	0,05	1.987.818	0	0,00
Bahia	13.552.649	28	0,21	13.815.260	29	0,21
Região Sudeste⁽⁴⁾	33.094.263	99	0,27	38.029.216	188	0,49
Minas Gerais	18.762.405	67	0,36	19.237.434	140	0,73
Espírito Santo	3.298.541	22	0,67	3.408.360	38	1,11
Rio de Janeiro	15.033.317	10	0,07	15.383.422	10	0,07
São Paulo	Informação Não Encaminhada			Informação Não Encaminhada		
Região Sul⁽⁴⁾	16.299.759	79	0,48	16.711.592	83	0,50
Paraná	Informação Não Encaminhada			Informação Não Encaminhada		
Santa Catarina	5.686.503	61	1,07	5.866.590	64	1,09
Rio Grande do Sul	10.613.256	18	0,17	10.845.002	19	0,18

Região Centro-Oeste	12.532.306	52	0,96	13.020.785	40	0,71
Mato Grosso do Sul	2.198.640	12	0,55	2.264.489	9	0,40
Mato Grosso	2.697.717	1	0,04	2.803.272	5	0,18
Goiás	5.402.335	52	0,96	5.619.919	40	0,71
Distrito Federal	2.233.614	3	0,13	2.333.109	5	0,21

Fonte: Ministério da Justiça - MJ / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP / Secretarias Estaduais de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de Pesquisa Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

- 1 - Cálculo feito com base nos Censos Demográficos, Contagem Populacional e MS/SE/Datasus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos Intercensitários.
- 2 - As informações fornecidas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública podem variar de acordo com a cobertura dos dados em termo das delegacias que informam o sistema.
- 4 - A Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná não encaminhou informações estatísticas relativas aos anos de 2004 e 2005.
- 5 - A Secretaria Estadual de Segurança Pública de São Paulo não encaminhou informações estatísticas relativas aos anos de 2004 e 2005.

Data da Elaboração da Tabela: 30/8/2007

12. ROUBO

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Distribuição das Ocorrências Registradas⁽³⁾ pelas Polícia Civil relativas a Roubos⁽¹⁾, Segundo Número e Taxas por 100.000 Habitantes, em 2004 e 2005

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	2004			2005		
	População	Total de Ocorrências de Roubos	Taxa por 100.000 habitantes ⁽²⁾	População	Total de Ocorrências de Roubos	Taxa por 100.000 habitantes ⁽²⁾
Brasil⁽⁴⁾	169.092.709	873.700	516,7	173.922.234	903.298	519,4
Região Norte	14.064.278	61.168	434,9	14.698.834	69.995	476,2
Rondônia	1.479.940	7.959	537,8	1.534.584	8.064	525,5
Acre	614.205	1.846	300,6	669.737	2.349	350,7
Amazonas	3.100.138	7.659	247,1	3.232.319	10.019	310,0
Roraima	367.701	726	197,4	391.318	766	195,7
Pará	6.695.940	39.337	587,5	6.970.591	45.102	647,0
Amapá	553.100	2.380	430,3	594.577	2.129	358,1
Tocantins	1.253.258	1.261	100,6	1.305.708	1.566	119,9
Região Nordeste	49.862.741	181.190	363,4	51.018.983	208.987	409,6
Maranhão	5.943.807	11.329	190,6	6.103.338	11.910	195,1
Piauí	2.949.133	7.475	253,5	3.006.886	6.789	225,8

Ceará	7.862.067	50.599	643,6	8.097.290	72.713	898,0
Rio Grande do Norte	2.923.287	7.744	264,9	3.003.040	10.312	343,4
Paraíba	3.542.167	8.296	234,2	3.595.849	8.373	232,9
Pernambuco	8.238.849	36.804	446,7	8.413.601	33.211	394,7
Alagoas	2.947.717	5.091	172,7	3.015.901	7.260	240,7
Sergipe	1.903.065	4.421	232,3	1.987.818	4.293	218,2
Bahia	13.552.649	49.431	364,7	13.815.260	54.126	391,8
Região Sudeste	76.333.625	491.783	644,3	78.472.036	480.923	612,9
Minas Gerais	18.762.405	64.911	346,0	19.237.434	55.045	286,1
Espírito Santo	3.298.541	6.873	208,4	3.408.360	8.518	249,9
Rio de Janeiro	15.033.317	111.034	738,6	15.383.422	114.075	741,5
São Paulo	39.239.382	308.965	787,4	40.442.820	303.285	749,9
Região Sul ⁽⁴⁾	16.299.759	81.702	501,2	16.711.592	80.298	480,5
Paraná	Informação Não Encaminhada			Informação Não Encaminhada		
Santa Catarina	5.686.503	9.375	164,9	5.866.590	7.712	131,5
Rio Grande do Sul	10.613.126	72.327	681,5	10.845.002	72.586	669,3
Região Centro-Oeste	12.532.306	57.857	461,7	13.020.785	63.095	484,6
Mato Grosso do Sul	2.198.640	3.296	149,9	2.264.489	3.709	163,8
Mato Grosso	2.697.717	4.719	174,9	2.803.272	9.864	351,9
Goiás	5.402.335	20.706	383,3	5.619.919	22.583	401,8
Distrito Federal	2.233.614	29.136	1.304,4	2.333.109	26.939	1.154,6

Fonte: Ministério da Justiça - MJ / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP / Secretarias Estaduais de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coodenação Geral de Pesquisa Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

- 1 - Indicador composto pelos seguintes delitos: "Roubo de Veículo", "Roubo de Carga", "Roubo a ou de Veículo de Transporte de Valores (Carro-Forte)", "Roubo a Instituição Financeira", "Roubo a Transeunte", "Roubo em Transporte Coletivo", "Roubo em Estabelecimento Comercial ou de Serviços", "Roubo em Residência", "Roubo com Restrição de Liberdade da Vítima" e "Outros Roubos".
- 2 - Cálculo feito com base nos Censos Demográficos, Contagem Populacional e MS/SE/Datasus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos Intercensitários.
- 3 - As informações fornecidas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública podem variar de acordo com a cobertura dos dados em termo das delegacias que informam o sistema.
- 4 - A Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná não encaminhou informações estatísticas relativas aos anos de 2004 e 2005.

Data da Elaboração da Tabela: 30/8/2007

13. FURTO

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Distribuição das Ocorrências Registradas⁽³⁾ pelas Polícia Cíveis relativas a Furtos⁽¹⁾, Segundo Número e Taxas por 100.000 Habitantes, no Brasil, em 2004 e 2005

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	2004			2005		
	População	Total de Ocorrências de Furtos	Taxa por 100.000 habitantes ⁽²⁾	População	Total de Ocorrências de Furtos	Taxa por 100.000 habitantes ⁽²⁾
Brasil⁽⁴⁾	169.092.709	2.050.070	1.212,4	173.922.234	2.022.896	1.163,1
Região Norte	14.064.278	137.552	978,0	14.698.834	141.139	960,2
Rondônia	1.479.940	23.838	1.610,7	1.534.584	23.996	1.563,7
Acre	614.205	11.813	1.923,3	669.737	12.651	1.889,0
Amazonas	3.100.138	23.228	749,3	3.232.319	27.313	845,0
Roraima	367.701	6.428	1.748,2	391.318	7.479	1.911,2
Pará	6.695.940	51.737	772,7	6.970.591	47.393	679,9
Amapá	553.100	8.628	1.559,9	594.577	9.581	1.611,4
Tocantins	1.253.258	11.880	947,9	1.305.708	12.726	974,6
Região Nordeste	49.862.741	332.869	667,6	51.018.983	341.691	669,7
Maranhão	5.943.807	34.360	578,1	6.103.338	40.840	669,1
Piauí	2.949.133	17.838	604,9	3.006.886	15.236	506,7
Ceará	7.862.067	65.736	836,1	8.097.290	79.608	983,1
Rio Grande do Norte	2.923.287	26.477	905,7	3.003.040	29.432	980,1
Paraíba	3.542.167	13.514	381,5	3.595.849	12.344	343,3
Pernambuco	8.238.849	36.456	442,5	8.413.601	32.818	390,1
Alagoas	2.947.717	11.082	376,0	3.015.901	12.709	421,4
Sergipe	1.903.065	9.249	486,0	1.987.818	3.035	154,2
Bahia	13.552.649	118.157	871,8	13.815.260	115.669	837,3
Região Sudeste	76.333.625	996.250	1.305,1	78.472.036	980.602	1.249,6
Minas Gerais	18.762.405	193.623	1.032,0	19.237.434	174.943	909,4
Espírito Santo	3.298.541	21.050	638,2	3.408.360	125.049	734,9
Rio de Janeiro	15.033.317	118.927	791,1	15.383.422	126.352	821,4
São Paulo	39.239.382	662.650	1.688,7	40.442.820	654.258	1.617,7
Região Sul⁽⁴⁾	16.299.759	381.300	2.339,3	16.711.592	337.972	2.022,4
Paraná	Informação Não Encaminhada			Informação Não Encaminhada		
Santa Catarina	5.686.503	126.353	2.222,0	5.866.590	93.631	1.596,0
Rio Grande do Sul	10.613.256	254.947	2.402,2	10.845.002	244.341	2.253,0
Região Centro-Oeste	12.532.306	202.099	1.612,6	13.020.789	221.492	1.701,1
Mato Grosso do Sul	2.198.640	29.294	1.332,4	2.264.489	30.532	1.348,3
Mato Grosso	2.697.717	20.837	772,4	2.803.272	36.587	1.305,2
Goiás	5.402.335	80.040	1.481,6	5.619.919	82.652	1.470,7
Distrito Federal	2.233.614	71.928	3.220,3	2.333.109	71.721	3.074,1

Fonte: Ministério da Justiça - MJ / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP / Secretarias Estaduais de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de Pesquisa Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

- 1 - Indicador composto pelos seguintes delitos: "Furto de Veículo", "Furto de Carga", "Furto a Transeunte", "Furto a Residência", "Outros Furtos".
- 2 - Cálculo feito com base nos Censos Demográficos, Contagem Populacional e MS/SE/Datasus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos Intercensitários.
- 3 - As informações fornecidas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública podem variar de acordo com a cobertura dos dados em termo das delegacias que informam o sistema.
- 4 - A Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná não encaminhou informações estatísticas relativas aos anos de 2004 e 2005.

Data da Elaboração da Tabela: 30/8/2007

14. CONFLITOS NO CAMPO

	2007		2006		2007		2006		2007		2006	
UF	Conflitos por Terra	Fam.	Conflitos por Terra	Fam.	Água	Fam.	Água	Fam.	Trab. Escravo	Pessoas	Trab. Escravo	Pessoas
DF			3	380								
GO	4	1335	11	1234	2	1735			8	441	3	113
MS	5	440	13	3768			3	509	9	628	3	39
MT	13	1397	29	5512			1	80	6	88	20	926
CO	22	3172	56	10894	2	1735	4	589	23	1157	26	1078
AL	17	1981	18	1403	2	1824						
BA	15	2534	34	3164	2	725	3	750	5	175	15	1039
CE	5	694	6	1229	1	100	1	9	1	15	2	88
MA	9	1083	58	3396	1	1600			26	557	15	289
PB	2	170	78	4238			1	58				
PE	13	985	46	9030	4	1530	3	83				
PI	4	484	9	1153	2	350			2	163	1	54
RN	1	130	4	1090	3	1085	1					
SE	7	339	8	700			2	190				
NE	73	8400	261	25403	15	7214	11	1090	34	910	33	1470
AC	2	136	1	100							1	8
AM	7	890	5	422			1				1	8
AP			46	1282			1	20				
PA	34	6543	81	7988	1	4000	2	3874	96	2641	110	2424
RO	11	868	16	2666	2	2800	2	2800			1	25
RR	4	4004	24	7216								
TO	3	103	39	1892			3	211	15	201	34	643
N	61	12544	212	21566	3	6800	9	6905	111	2842	147	3108
ES	3	602	6	633					1	22		
MG	19	1099	11	970	11	2116	5	1870	3	37	5	85
RJ	4	313	7	691	3	3960						
SP	35	4437	45	3668			1	558				
SE	61	6451	69	5962	14	6076	6	2428	4	59	5	85
PR	30	2805	34	3370	2	101	6	1173	3	120	3	26
RS	9	540	7	2715	2	90	1	200				
SC	2	1600	14	1000	2	3903	1	247	2	39		
S	41	4945	55	7085	6	4094	8	1620	5	159	3	26
	258	35512	653	70910	40	25919	38	12632	177	5127	214	5767

Dados parciais, 07/12/2007.
Setor de Documentação da CPT.

15. HOMICÍDIOS EM 2006

UF	Número Municípios			População em 2006			Homicídios em 2006		
	Na UF	Nos 10%	%	Na UF	Nos 10%	%	Na UF	Nos 10%	%
Acre	22	3	13,6	637.656	307.360	48,2	150	117	78,0
Alagoas	102	24	23,5	2.978.604	1.606.794	53,9	1.610	1.299	80,7
Amapá	16	8	50,0	567.033	407.862	71,9	199	166	83,4
Amazônia	62	1	1,6	3.092.466	1.565.813	50,6	697	543	77,9
Bahia	417	25	6,0	13.931.082	4.930.013	35,4	3.244	2.331	71,9
Ceará	184	9	4,9	8.043.350	2.968.272	36,9	1.791	1.044	58,3
Distrito Federal	1	1	100,0	2.393.131	2.393.131	100,0	769	769	100,0
Espírito Santo	78	19	24,4	3.299.962	2.005.794	60,8	1.757	1.509	85,9
Goiás	246	28	11,4	5.546.517	2.780.434	50,1	1.245	952	76,5
Maranhão	217	4	1,8	6.026.863	1.291.537	21,4	775	442	57,0
Minas Gerais	853	31	3,6	19.009.027	4.949.753	26,0	3.982	2.523	63,4
Mato Grosso do Sul	78	20	25,6	2.235.542	1.375.418	61,5	674	494	73,3
Mato Grosso	141	52	36,9	2.786.373	1.597.538	57,3	870	652	74,9
Pará	143	35	24,5	6.918.579	3.410.083	49,3	2.003	1.656	82,7
Paraíba	223	5	2,2	3.605.843	1.062.328	29,5	777	472	60,7
Pernambuco	185	74	40,0	8.365.790	6.171.520	73,8	4.375	3.951	90,3
Piauí	223	4	1,8	2.990.805	780.693	26,1	428	275	64,3
Paraná	399	54	13,5	10.167.151	4.597.583	45,2	2.904	2.071	71,3
Rio de Janeiro	92	43	46,7	15.225.225	13.540.833	88,9	6.286	6.059	96,5
Rio Grande do Norte	167	3	1,8	2.967.533	242.103	8,2	423	88	20,8
Rondônia	52	19	36,5	1.434.719	764.805	53,3	578	460	79,6
Roraima	15	6	40,0	376.902	81.259	21,6	66	45	68,2
Rio Grande do Sul	496	23	4,6	10.522.189	2.357.517	22,4	1.966	827	42,1
Santa Catarina	293	6	2,0	5.768.127	429.428	7,4	643	167	26,0
Sergipe	75	9	12,0	1.910.648	948.043	49,6	587	423	72,1
São Paulo	645	45	7,0	39.340.011	17.325.483	44,0	7.644	4.784	62,6
Tocantins	139	5	3,6	1.235.862	134.247	10,9	210	55	26,2
BRASIL	5.564	556	10,0	181.376.993	80.025.649	44,1	46.653	34.184	73,3

Fonte: Microdados SIM/SVS/MS

16. ACIDENTES DE TRÂNSITO

ACIDENTES DE TRÂNSITO - POR UF				
UF	NÚMERO DE VÍTIMAS / ACIDENTES			
	Vítimas Fatais	Vítimas Não Fatais	Total	Acidentes com Vítimas
BRASIL	6885	151186	158071	116962
Acre	92	1923	2015	1486
Alagoas	177	2365	2542	1605
Amazonas	304	7704	8008	6597
Bahia	388	7145	7533	6068
Ceará	489	3195	3684	2736
Distrito Federal	360	4727	5087	3621
Goiás	109	869	978	978
Maranhão	22	978	1000	826
Mato Grosso do Sul	164	10125	10289	7976
Minas Gerais	385	9281	9666	7144
Pará	1007	9771	10778	8216
Paraná	1672	57745	59417	43518
Pernambuco	133	2966	3099	2400
Piauí	504	4055	4559	3291
Rio Grande do Norte	148	1154	1302	1037
Rio de Janeiro	84	1756	1840	1089
Rondônia	375	12306	12681	8017
Roraima	112	2089	2201	1665
Santa Catarina	65	1922	1987	1623
São Paulo	98	4572	4670	3679
Sergipe	53	1003	1056	746
Tocantins	144	3535	3679	2644

Fonte: Detrans. www2.cidades.gov.br/renaest/detalheNoticia.do?noticia.codigo=245

Dados Sujeitos a Alteração

Data de referência Abr/2008

17. VIGILANTES E POLICIAIS NO BRASIL EM 2004

TAXA POR 100 MIL HABITANTES

Estado	Ranking Vigilantes	vigilantes p/ 100 mil habitantes*	habitantes p/ vigilante	Ranking Policiais	Policiais p/ 100 000 habitantes*	Habitantes por Policial
Distrito Federal	1	2605,60	38,38	1	1.010,0	99,0
Amapá	2	1346,73	74,25	2	706,3	141,6
Rio de Janeiro	3	1106,46	90,38	12	308,0	324,7
São Paulo	4	818,84	122,12	14	294,1	340,0
Santa Catarina	5	729,59	137,06	17	277,7	360,2
Sergipe	6	699,27	143,01	8	324,9	307,8
Rio Grande do Sul	7	670,67	149,11	18	277,1	360,8
Amazonas	8	636,76	157,04	22	252,5	396,0
Goiás	9	634,58	157,59	6	329,1	329,1
Espírito Santo	10	523,24	191,12	10	321,3	311,3
Rondônia	11	509,83	196,14	5	355,3	281,5
Pernambuco	12	487,23	205,24	16	281,0	355,9
Bahia	13	477,53	209,41	24	241,4	414,2
Paraná	14	470,93	212,34	25	211,3	473,2
Alagoas	15	440,17	227,19	9	321,4	311,2
Pará	16	391,00	255,76	23	247,8	403,5
Roraima	17	366,59	272,78	3	589,5	169,6
Ceará	18	356,83	280,24	26	183,7	544,3
Minas Gerais	19	343,92	290,77	21	261,7	382,1
Mato Grosso do Sul	20	330,70	302,39	11	320,1	320,1
Acre	21	329,18	303,79	4	533,1	187,6
Paraíba	22	325,42	307,30	15	283,3	353,0
Maranhão	23	295,19	338,76	27	146,0	684,8
Rio Grande do Norte	24	294,42	339,65	13	301,1	332,1
Mato Grosso	25	289,76	345,11	20	262,3	262,3
Piauí	26	180,37	554,42	19	265,8	376,3
Tocantins	27	158,79	629,75	7	327,2	305,6
Brasil		617,27	162,00		282,3	354,2

Fonte: Criada a partir de informações do Departamento da Polícia Federal – DPF e Ministério da Justiça – MJ (apud Zanetic, 2005)

* As taxas foram construídas com base nas estimativas populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (ano 2004)

O SERVIÇO DE PREPARAÇÃO E ANIMAÇÃO DA CF

1. Tempo quaresmal e CF

Celebrar a Quaresma é reconhecer a presença de Deus na caminhada, no trabalho, na luta, no sofrimento e na dor da vida do povo!

A Quaresma é tempo forte de conversão, de mudança interior, de graça e salvação. Preparamo-nos para viver, de maneira intensa, livre e amorosa, o momento mais importante do ano litúrgico e da história da salvação: a Páscoa.

A espiritualidade quaresmal é caracterizada também por atenta e prolongada escuta da Palavra de Deus. Ela ilumina a vida e chama à conversão, infundindo confiança na misericórdia de Deus.

No Brasil, a dimensão comunitária da Quaresma é vivenciada e assumida pela CF. A cada ano, a Igreja destaca uma situação da realidade social que precisa ser mudada.

A CF ilumina de modo particular os gestos fundamentais desse tempo litúrgico: a oração, o jejum e a esmola.

Pelo exercício da oração, pessoal e comunitária, as pessoas se tornam sempre mais abertas e disponíveis às iniciativas da ação de Deus.

O jejum e a abstinência de carne expressam a íntima relação existente entre os gestos externos da penitência, mudança de vida e conversão interior.

A esmola confere aos gestos de generosidade humana uma dimensão evangélica profunda que se expressa na solidariedade. Coloca a pessoa e a comunidade face a face com o irmão empobrecido e marginalizado, para ajudá-lo e promovê-lo.

Para celebrarmos melhor o tempo litúrgico da Quaresma, valorizando a CF, poderemos responder às seguintes perguntas:

Quais os sinais de pecado e de morte que marcam mais a nossa comunidade atualmente?

Quais os sinais de vida e ressurreição que gostaríamos que aparecessem entre nós?

Como ligar esses sinais com o mistério que celebramos?

De que maneira podemos encaminhar a CF e as celebrações da Quaresma, para que ajudem a comunidade a melhor celebrar a Páscoa?

Como sentimos o tema proposto pela CF em nosso bairro, cidade ou região? Qual será o gesto concreto?

2. Natureza e histórico da CF

Em 1961, três padres responsáveis pela Cáritas Brasileira idealizaram uma campanha para arrecadar fundos para as atividades assistenciais e promocionais da instituição e torná-la, assim, autônoma financeiramente. A atividade foi chamada *Campanha da Fraternidade* e realizada, pela primeira vez, na Quaresma de 1962, em Natal (RN), com adesão de outras três dioceses e apoio financeiro dos bispos norte-americanos. No ano seguinte, dezesseis dioceses do Nordeste realizaram a Campanha. Não teve êxito financeiro, mas foi o embrião de um projeto anual dos Organismos Nacionais da CNBB e das Igrejas Particulares no Brasil, realizado à luz e na perspectiva das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral (Evangelizadora) da Igreja em nosso país.

Em seu início, teve destacada atuação o Secretariado Nacional de Ação Social da CNBB, sob cuja dependência estava a Cáritas Brasileira, que fora fundada no Brasil, em 1957. Na época, o responsável pelo Secretariado de Ação Social era dom Eugênio de Araújo Sales, e por isso, presidente da Cáritas Brasileira. O fato de ser administrador apostólico de Natal (RN) explica que a Campanha tenha iniciado naquela circunscrição eclesial e em todo o Rio Grande do Norte.

Esse projeto foi lançado, em nível nacional, no dia 26 de dezembro de 1963, sob o impulso renovador do espírito do Concílio Vaticano II, em andamento na época, e realizado pela primeira vez na Quaresma de 1964. O tempo do Concílio foi fundamental para a con-

cepção, estruturação e encaminhamentos da CF, do Plano de Pastoral de Emergência, do Plano de Pastoral de Conjunto e de outras iniciativas de renovação eclesial. Ao longo de quatro anos seguidos, por um período extenso em cada um, os bispos ficaram hospedados na mesma casa, em Roma, participando das sessões do Concílio e de diversos momentos de reunião, estudo, troca de experiências. Nesse contexto, nasceu e cresceu a CF.

Em 20 de dezembro de 1964, os bispos aprovaram o projeto inicial da mesma, intitulado: “Campanha da Fraternidade: pontos fundamentais apreciados pelo episcopado em Roma”. Em 1965, tanto a Cáritas quanto a Campanha da Fraternidade, que estavam vinculadas ao Secretariado Nacional de Ação Social, foram vinculadas diretamente ao Secretariado Geral da CNBB. A CNBB passou a assumir a CF. Nessa transição, foi estabelecida a estruturação básica da CF. Em 1967 começou a ser redigido um subsídio, maior que os anteriores, para a organização anual da CF. Nesse mesmo ano, iniciaram-se, também, os encontros nacionais das Coordenações Nacional e Regionais da CF. A partir de 1971, tanto a Presidência da CNBB como a Comissão Episcopal de Pastoral começaram a ter uma participação mais intensa em todo o processo da CF.

Em 1970, a CF ganhou um especial e significativo apoio: a mensagem do Papa, transmitida em cadeia nacional de rádio e televisão, quando de sua abertura, na Quarta-feira de Cinzas. A mensagem papal continua enriquecendo a abertura da CF.

De 1963 até hoje, a CF é uma atividade ampla de evangelização desenvolvida num determinado tempo (Quaresma), para ajudar os cristãos e as pessoas de boa vontade a viverem a fraternidade em compromissos concretos, no processo de transformação da sociedade, a partir de um problema específico que exige a participação de todos, na busca de alternativas de solução. É grande instrumento para desenvolver o espírito quaresmal de conversão, renovação interior e ação comunitária, como a verdadeira penitência que Deus quer de nós em preparação à Páscoa. É momento de conversão, de prática de gestos concretos de fraternidade, de exercício de uma verdadeira pastoral de conjunto em prol da transformação

de situações injustas e não-cristãs. É precioso meio para a evangelização no tempo quaresmal, retomando a pregação dos profetas, confirmada por Cristo, segundo a qual, a verdadeira penitência que agrada a Deus é repartir o pão com quem tem fome, dar de vestir ao maltrapilho, libertar os oprimidos, promover a todos.

A CF tornou-se especial manifestação de evangelização libertadora, provocando, ao mesmo tempo, a renovação da vida da Igreja e a transformação da sociedade, a partir de problemas específicos, tratados à luz do Projeto de Deus.

A CF tem como objetivos permanentes:

- a) Despertar o espírito comunitário e cristão no povo de Deus, comprometendo, em particular, os cristãos na busca do bem comum;
- b) educar para a vida em fraternidade, a partir da justiça e do amor, exigência central do Evangelho;
- c) renovar a consciência da responsabilidade de todos pela ação da Igreja na evangelização, na promoção humana, em vista de uma sociedade justa e solidária (todos devem evangelizar e todos devem sustentar a ação evangelizadora e libertadora da Igreja).

3. Temas da CF no seu contexto histórico

A CF surgiu durante o Concílio Vaticano II. Três documentos conciliares foram importantes para o desenvolvimento da CF: *Sacro-sanctum Concilium*, sobre a liturgia; *Lumen Gentium*, sobre a natureza e missão evangelizadora da Igreja; e *Gaudium et Spes*, sobre a presença transformadora da Igreja no mundo de hoje.

Na América Latina, a Primeira Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, em Medellín (1968), teve um papel muito importante. A reflexão sobre a realidade latino-americana levou a Igreja

a enfrentar o desafio da pobreza e a necessidade de uma presença transformadora nas estruturas sociais.

As Conferências de Puebla e Santo Domingo e a exortação pós-sinodal *Ecclesia in America* acentuaram ainda mais a dimensão social da fé e da vivência cristã, criando-se um clima de comunhão e participação.

Os temas da CF, inicialmente, contemplaram mais a vida interna da Igreja. A consciência sempre maior da situação de injustiça, de exclusão e de crescente miséria levou à escolha de aspectos bem determinados da realidade socioeconômica e política brasileira. O restabelecimento da justiça e da fraternidade nessas situações era compromisso urgente da fé.

Alguns critérios para a escolha dos temas:

- aspectos da vida da Igreja e da sociedade: o centenário da *Reform Novarum*, em 1991 (Solidários na dignidade do trabalho), Ano da Família, em 1994 (A família, como vai?), e outros;
- os desafios sociais, econômicos, políticos, culturais e religiosos da realidade brasileira;
- as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil e os documentos do Magistério Universal da Igreja;
- a Palavra de Deus e as exigências da Quaresma.

Desde 1971, há uma participação mais ampla das comunidades, paróquias e dioceses, que enviam suas sugestões de temas aos regionais da CNBB.

Os temas podem ser divididos em três fases, ao longo desses quarenta anos.

1ª Fase: Em busca da renovação interna da Igreja

a) Renovação da Igreja

CF-64: Igreja em renovação – *Lembre-se: você também é Igreja*

CF-65: Paróquia em renovação – *Faça de sua paróquia uma comunidade de fé, culto e amor*

b) Renovação do cristão

- CF-66: Fraternidade – *Somos responsáveis uns pelos outros*
- CF-67: Co-responsabilidade – *Somos todos iguais, somos todos irmãos*
- CF-68: Doação – *Crer com as mãos*
- CF-69: Descoberta – *Para o outro, o próximo é você*
- CF-70: Participação – *Participar*
- CF-71: Reconciliação – *Reconciliar*
- CF-72: Serviço e vocação – *Descubra a felicidade de servir*

2º Fase: A Igreja se preocupa com a realidade social do povo, denunciando o pecado social e promovendo a justiça (Vaticano II, Medellín e Puebla)

- CF-73: Fraternidade e libertação – *O egoísmo escraviza, o amor liberta*
- CF-74: Reconstruir a vida – *Onde está o teu irmão?*
- CF-75: Fraternidade é repartir – *Repartir o pão*
- CF-76: Fraternidade e comunidade – *Caminhar juntos*
- CF-77: Fraternidade na família – *Comece em sua casa*
- CF-78: Fraternidade no mundo do trabalho – *Trabalho e justiça para todos*
- CF-79: Por um mundo mais humano – *Preserve o que é de todos*
- CF-80: Fraternidade no mundo das migrações: exigência da eucaristia – *Para onde vais?*
- CF-81: Saúde e fraternidade – *Saúde para todos*
- CF-82: Educação e fraternidade – *A verdade vos libertará*
- CF-83: Fraternidade e violência – *Fraternidade sim, violência não*
- CF-84: Fraternidade e vida – *Para que todos tenham vida*

3º Fase: A Igreja se volta para situações existenciais do povo brasileiro

- CF-85: Fraternidade e fome – *Pão para quem tem fome*
- CF-86: Fraternidade e terra – *Terra de Deus, terra de irmãos*

- CF-87: A fraternidade e o menor – Quem acolhe o menor, a Mim acolhe
- CF-88: A fraternidade e o negro – Ouvi o clamor deste povo!
- CF-89: A fraternidade e a comunicação – Comunicação para a verdade e a paz
- CF-90: A fraternidade e a mulher – Mulher e homem: imagem de Deus
- CF-91: A fraternidade e o mundo do trabalho – Solidários na dignidade do trabalho
- CF-92: Fraternidade e juventude – Juventude: caminho aberto
- CF-93: Fraternidade e moradia – Onde moras?
- CF-94: A fraternidade e a família – A família, como vai?
- CF-95: A fraternidade e os excluídos – Eras Tu, Senhor?!
- CF-96: A fraternidade e a política – Justiça e paz se abraçarão!
- CF-97: A fraternidade e os encarcerados – Cristo liberta de todas as prisões!
- CF-98: A fraternidade e a educação – A serviço da vida e da esperança!
- CF-99: Fraternidade e os desempregados – Sem trabalho... Por quê?
- CF-2000: Ecumênica: Dignidade humana e paz – Novo milênio sem exclusões
- CF-2001: Campanha da fraternidade – Vida sim, drogas não!
- CF-2002: Fraternidade e povos indígenas – Por uma terra sem males!
- CF-2003: Fraternidade e pessoas idosas – Vida, dignidade e esperança!
- CF-2004: Fraternidade e água – Água, fonte de vida
- CF-2005: Ecumênica: Solidariedade e paz – Felizes os que promovem a paz
- CF-2006: Fraternidade e pessoas com deficiência – “Levanta-te, vem para o meio” (Mc 3, 3)
- CF-2007: Fraternidade e Amazônia – “Vida e missão neste chão”
- CF-2008: Fraternidade e defesa da vida – “Escolhe, pois, a vida” (Dt 30,19)

CF-2009: Fraternidade e segurança pública – “A paz é fruto da justiça” (Is 32, 17)

4. Serviço de coordenação e animação da CF

A CF é um programa global conjunto dos Organismos Nacionais, do Secretariado Nacional da CNBB e das Igrejas Particulares, sempre realizado à luz e na perspectiva das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.

Desde 1963, com o Plano de Emergência, e 1966, com o Plano de Pastoral de Conjunto, a ação evangelizadora da Igreja vive um processo de planejamento abrangente. Esse processo tem as Diretrizes como fundamentação e inspiração e se expressa no Plano de Pastoral, elaborado de forma muito participativa e em diversos âmbitos.

A busca desse planejamento, sempre mais participativo, requer envolvimento dos agentes de pastoral, das equipes de coordenação e animação, dos conselhos e outros órgãos a serviço do crescimento da vida comunitária.

A realização da CF, como programa global conjunto, é exercício e expressão de planejamento participativo e de articulação pastoral, decorrente da própria natureza da Igreja-Comunhão.

A articulação:

- favorece o desenvolvimento dos carismas eclesiais de maneira orgânica;
- distribui tarefas e define as atribuições das diversas pastorais, organismos, movimentos e grupos;
- envolve um maior número possível de interessados, na reflexão, na decisão, na execução e na avaliação.

Para uma eficaz e frutuosa realização da CF, como de todo programa pastoral, é indispensável reavivar, a cada ano, o processo de seu planejamento. Isso não acontece sem a constituição de equipes de

trabalho com coordenação entusiasta, dinâmica, criativa, com profunda espiritualidade e zelo apostólico.

Em muitos regionais, dioceses e paróquias, a animação da CF é assumida pela respectiva equipe de Coordenação Pastoral, com o estabelecimento de uma Comissão específica para a CF. Esse procedimento poderá favorecer maior integração, evitando paralelismos. Poderá, por outro lado, apresentar o risco de a CF “ser de todos e, ao mesmo tempo, de ninguém”.

Especial tarefa e compromisso das equipes, em seus diversos níveis, deve ser a *desrotinização* da Campanha. A CF não é a mesma a cada ano. Evitando a novidade pela simples novidade, as equipes saberão utilizar-se de *criatividade* para realizá-la, todos os anos, como algo realmente *novo*.

1) Equipe regional da CF

Compete-lhe:

- estimular a formação, o assessoramento e a articulação das equipes diocesanas;
- planejar a CF em nível regional: *o que* organizar, *quem* envolver, *que* calendário seguir, *onde* e *como* atuar.

Atividades que poderá desenvolver

Antes da Campanha:

- realizar encontro regional para o estudo do *Texto-base*, a fim de descobrir a melhor forma de utilização das peças e subsídios de divulgação;
- definir atividades a serem assumidas conjuntamente nas dioceses, paróquias e comunidades;
- verificar a possibilidade da produção de subsídios adaptados à realidade local;

- possibilitar a troca de informações e o repasse de subsídios, relacionados ao tema, produzidos em âmbito mais local ou provenientes de outras fontes e regiões;
- constituir equipes e/ou indicar pessoas que possam prestar serviço de assessoria.

Durante a Campanha:

- descobrir formas de estar em permanente contato com as equipes diocesanas, para animação e intercâmbio das experiências mais significativas;
- possibilitar o acompanhamento das atividades comuns programadas.

Depois da Campanha:

- promover um novo encontro regional de avaliação;
- providenciar a redação e o envio da síntese regional da avaliação à Secretaria Executiva Nacional da CF, dentro do cronograma previsto;
- definir a participação regional no encontro nacional de avaliação e planejamento da CF;
- repassar às dioceses a avaliação nacional e outras informações.

2) Equipe Diocesana da CF

Compete-lhe:

- estimular a formação, assessorar e articular as equipes paroquiais;
- planejar, em nível diocesano: o que realizar, quem envolver, que calendário seguir, como e onde atuar.

Atividades que poderá desenvolver

Antes da Campanha:

- encomendar os subsídios necessários para as paróquias, comunidades religiosas, colégios, meios de comunicação, movimentos de Igreja;
- programar a realização de encontro diocesano para estudo do *Texto-base*, buscando a melhor forma de utilizar as diversas peças da Campanha;
- definir atividades comuns nas paróquias;
- promover o intercâmbio de informações e subsídios;
- sugerir a escolha do gesto concreto;
- estabelecer uma programação especial de lançamento;
- constituir equipes para atividades específicas;
- informar da existência de subsídios alternativos e repassá-los às equipes.

Durante a Campanha:

- acompanhar as diversas equipes existentes;
- verificar o andamento das atividades comuns programadas;
- manter freqüente contato com as paróquias, para perceber o andamento da Campanha;
- conferir a chegada dos subsídios a todos os destinatários em potencial;
- alimentar com pequenos textos motivadores (*releases*) os meios de comunicação social.

Depois da Campanha:

- promover encontro diocesano de avaliação;
- cuidar da redação final e do envio da síntese da avaliação à equipe regional;
- participar do encontro regional de avaliação;

- repassar às equipes paroquiais a avaliação regional e outras informações;
- realizar o gesto concreto e garantir o repasse da parte da coleta para a CNBB regional e nacional;
- fazer com que a Campanha se estenda por todo o ano, repassando outros subsídios que forem sendo publicados.

3) Equipe Paroquial da CF

A CF acontece nas famílias, nos grupos e nas comunidades eclesiais, articulados pela paróquia. Como em relação a outras atividades pastorais, o papel do pároco ou da equipe presbiteral é preponderante. Tudo anda melhor quando ele estimula, incentiva, articula e organiza a ação pastoral.

Em toda paróquia, pastoralmente dinâmica, não faltarão equipes de serviço para tudo que for necessário. O Conselho Paroquial de Pastoral, já constituído na maioria das paróquias, por si ou pela constituição de comissão específica, garantirá a realização articulada e entusiasta da CF.

Atividades que poderá desenvolver

Antes da Campanha:

- providenciar o pedido de material junto à diocese;
- programar um encontro paroquial para estudo do *Texto-base* e para discussão da melhor maneira de se utilizar as diversas peças de reflexão e divulgação da CF;
- definir as atividades a serem assumidas conjuntamente;
- estabelecer a programação da abertura, em âmbito paroquial;
- buscar, juntos, os meios para que a CF possa atingir eficazmente todos os espaços e ambientes da realidade paroquial;
- planejar um gesto concreto comum e a destinação da coleta da CF;

- realizar encontros conjuntos ou específicos com as diversas equipes paroquiais, para programação de toda a Quaresma e Semana Santa;
- prever a utilização do maior número possível de subsídios da Campanha.

Durante a Campanha:

- intensificar sua divulgação;
- conferir a chegada dos subsídios aos destinatários;
- motivar sucessivos gestos concretos de fraternidade;
- realizar a coleta.

Depois da Campanha:

- avaliar sua realização, encaminhando a síntese à coordenação diocesana;
- marcar presença no encontro diocesano de avaliação;
- repassar às lideranças da paróquia as conclusões da avaliação diocesana;
- realizar o gesto concreto e garantir o repasse da parte da coleta à diocese;
- fazer com que a Campanha se estenda por todo o ano, repassando outros subsídios que forem sendo publicados.

5. Cronograma da Campanha da Fraternidade

2009

Janeiro e fevereiro de 2009: organização da CF 2009 nos regionais, dioceses, paróquias, comunidades e grupos.

25 de fevereiro de 2009: Quarta-feira de Cinzas: Lançamento da CF 2009 em todo o Brasil, em nível nacional, regional, diocesano e paroquial, com a mensagem do Papa, da Presidência da CNBB e programas especiais.

25 de fevereiro a 05 de abril de 2009: Campanha da Fraternidade sobre o tema *Fraternidade e segurança pública*, com o lema *A paz é fruto da justiça (Is 32, 17)*.

05 de abril de 2009 – Domingo de Ramos: Coleta nacional da solidariedade (60% para o Fundo Diocesano de Solidariedade e 40% para o Fundo Nacional de Solidariedade).

Abril a junho 2009: avaliação da CF 2009 nos níveis paroquial (de 17 de abril a 04 de maio), diocesano (de 05 a 19 de maio), regional (20 de maio a 07 de junho).

15 e 16 de Junho de 2009: CONSEP: Encontro Nacional com Coordenadores (as) Regionais da CF, Bispos da Presidência, Comissão Episcopal de Pastoral e Assessores (as) Nacionais da CNBB para avaliação da CF 2009; aprovação dos subsídios da CF 2010, elaboração das Orientações Gerais da CF 2010, escolha do tema da CF 2011.

Agosto a dezembro 2009: lançamento do Texto-base da CF 2010, em nível nacional e diocesano, encontro de formação nos regionais e dioceses.

03 e 04 de setembro de 2009: Seminário preparatório para a elaboração da CF 2011.

2010

Janeiro e fevereiro 2010: organização da CF 2010 nos regionais, dioceses, paróquias, comunidades e grupos.

17 de fevereiro de 2010 – Quarta-feira de Cinzas: Lançamento da CF 2010 em todo o Brasil, em nível nacional, regional, diocesano e paroquial, com a mensagem do Papa, da Presidência da CNBB e programas especiais.

17 de fevereiro a 28 de março de 2010: Campanha da Fraternidade Ecumênica sobre o tema *Fraternidade e Economia*, com o lema *Não podeis servir a Deus e ao dinheiro*.

28 de março de 2010 – Domingo de Ramos: Coleta nacional da solidariedade (60% para o Fundo Diocesano de Solidariedade e 40% para o Fundo Ecumênico de Solidariedade).

Abril a junho 2010: avaliação da CF 2010 nos níveis paroquial (de 10 a 30 de abril), diocesano (de 01 a 20 de maio), regional (21 de maio a 08 de junho).

CONTRIBUIÇÕES DIOCESANAS PARA FNS – 2007

REGIONAL LESTE II	Fraternidade R\$
APUCARANA - PR	21.607,85
CAMPO MOURÃO - PR	20.106,11
CASCAVEL - PR	18.181,32
CORNÉLIO PROCÓPIO - PR	6.400,00
CURITIBA - PR	76.998,78
FOZ DO IGUAÇÚ - PR	17.766,00
GUARAPUAVA - PR	13.600,00
JACAREZINHO - PR	15.000,00
LONDRINA - PR	61.380,00
MARINGÁ - PR	24.596,61
PALMAS - PR	9.998,40
PARANAGUÁ - PR	7.000,00
PARANAÍ - PR	17.753,13
PONTA GROSSA - PR	28.760,31
TOLEDO - PR	26.927,04
UMUARAMA - PR	23.869,58
UNIÃO DA VITÓRIA - PR	9.289,36
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR	26.160,23
TOTAL	425.394,72

